Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade

Marlene Tamanini
Roseli Boschilia
Sônia Fátima Schwendler
Organizadoras

Editora UFPR

Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade

UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Reitor
Ricardo Marcelo Fonseca

Vice-Reitora
Graciela Inês Bolzón de Muniz

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Leandro Franklin Gorsdorf

Diretora da Editora UFPR
Suzete de Paula Bornatto

Vice-Diretor da Editora UFPR
Rodrigo Tadeu Gonçalves

Conselho Editorial que aprovou este livro
Adriano Nervo Codato
Claudio José Barros de Carvalho
Cristina Gonçalves de Mendonça
Emerson Gabardo
Emerson Joucoski
Jane Mendes Ferreira
Márcia Santos de Menezes
Marcus Levy Albino Bencostta
Sérgio Luiz Meister Berleze

Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade

Marlene Tamanini
Roseli Boschilia
Sônia Fátima Schwendler
Organizadoras

Editora UFPR

© Marlene Tamanini, Roseli Boschilia e Sônia Fátima Schwendler (Orgas.)

Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade

Coordenação editorial
Rachel Cristina Pavim

Revisão
Daniele Soares Carneiro

Revisão final
Organizadoras

Imagem da Capa
Emílio Carlos Boschilia

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica
Rachel Cristina Pavim

Série Pesquisa, n. 329

Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas.
Biblioteca Central. Coordenação de Processos Técnicos.

T314 Teorias e políticas de gênero na contemporaneidade / Marlene Tamanini, Roseli Boschilia, Sônia Fátima Schwendler, organizadoras. – Curitiba: Ed. UFPR, 2019.
200 p. : il. ; 22 cm. – (Série pesquisa, n. 329)

Vários autores.
Inclui bibliografias.
ISBN 978-85-8480-146-6

1. Políticas públicas - Brasil. 2. Política social - Brasil. I. Tamanini, Marlene. II. Boschilia, Roseli. III. Schwendler, Sônia Fátima, 1967- . IV. Título. V. Série.

CDD: 352.08
CDU: 304

Bibliotecário: Arthur Leitis Junior - CRB 9/1548

ISBN 978-85-8480-146-6
Ref. 932

Direitos desta edição reservados à

Editora UFPR
Rua João Negrão, 280, 2º andar - Centro
Tel.: (41) 3360-7489
80010-200 - Curitiba - Paraná - Brasil
www.editora.ufpr.br
editora@ufpr.br
2019

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação / 7
Marlene Tamanini, Roseli Boschilia e Sônia Fátima Schwendler

Institucionalização dos estudos de gênero no Brasil: a contribuição do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná para a memória de um desafio / 15
Ana Paula Vosne Martins

Gênero: Categoria/perspectivas e constituição do campo historiográfico / 39
Maria Izilda Santos de Matos

Reflexões e vivências sobre a militância feminista na segunda metade do século XX: Rio de Janeiro/Brasil / 65
Hildete Pereira de Melo

Cuestiones de género y desafíos del siglo XXI. Una mirada retrospectiva a 40 años de la I Conferencia Internacional de la Mujer (1975) / 89
Verónica Giordano

As vozes e as imagens da genderização da imigração brasileira / 111
Else R. P. Vieira

Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo / 143
Sônia Fátima Schwendler

¿Qué decimos cuando decimos "sujeto"? / 175
María Luisa Femenías

Sobre as Organizadoras / 195

Sobre as Autoras / 197

Apresentação

Marlene Tamanini
Roseli Boschilia
Sônia Fátima Schwendler

Este livro se estrutura a partir do evento dos 20 anos do Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR. Seu caráter, porém, não é memorial; localiza-se melhor como um exemplar das inúmeras e complexas facetas de múltiplos processos pelos quais se constituiu a *episteme* dos estudos de gênero e feministas no Brasil, e na América Latina. E, em consonância com outros continentes – que igualmente vêm produzindo novos espaços de desconstrução e desnaturalização conceitual e de visibilização da diversidade dos sujeitos –, das epistemologias e das experiências que são frequentemente invisibilizadas.

É, portanto, parte de uma reflexão, da qual as autoras destes textos e outras pesquisadoras e pesquisadores foram protagonistas, seja a partir da sua participação nos grupos de pesquisa, como também na militância feminista e acadêmica. Igualmente são textos resultantes de reflexões a respeito de processos que se modificaram ao longo destes 20 anos, desde a fundação do Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR. Como é próprio do campo das epistemologias feministas, os textos aqui contidos têm em comum o propósito de dar voz e visibilidade ao trabalho exaustivo, intenso e complexo que se realiza para desnaturalizar concepções de ciência, de sujeitos e de direitos, especialmente, quando estes conceitos demonstram sua fragilidade para dialogar com a diversidade da experiência de mulheres e de tantos outros sujeitos que integram hoje os desafios analíticos das teorias feministas, lesbianas e *queer*. De outra parte, o livro apresenta diversos eixos reflexivos que são comuns aos desafios relacionados à implantação de

novas políticas, capazes de superar modelos binários e etnocêntricos. Seus diferentes enfoques denunciam a desigualdade de gênero, a discriminação e a invisibilização da mulher, tanto na esfera profissional, na experiência cotidiana, na inserção política, quanto no campo da sua produção teórica. Todos os textos destacam a importância do referencial teórico das perspectivas de gênero e das práticas sociais, teóricas e políticas feministas, no processo de transformação do pensamento acadêmico, social e da cultura vigente. Destacam novas demandas na agenda feminista, a partir das transformações da sociedade e do acúmulo teórico das pesquisas e da militância, em especial ao longo das últimas décadas. Mostram também a diversidade de vozes advindas da multiplicidade de experiências de sujeitos e de lugares de enunciação da luta feminista, aspectos que ocorrem em distintos contextos da construção de direitos e que trazem, não só demandas diferentes, mas também afirmam estratégias políticas e campos epistemológicos novos para atender a necessidade de referenciais teóricos e de uma agenda política onde o "diferente" e a diversidade possam, como sujeitos, fazer e pensar a história.

O texto de Ana Paula Vosne Martins, "Institucionalização dos estudos de gênero no Brasil: a contribuição do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná para a memória de um desafio", analisa o processo histórico, os significados e as tensões da institucionalização dos estudos de gênero nas universidades brasileiras e, em específico, na UFPR. Em consonância com seu próprio texto e experiência, a autora trata de três dimensões de fundamental importância para o estatuto da *episteme* dos estudos de gênero e da fundamentação deste campo de saberes na instituição UFPR: (1) o estatuto no interior das áreas de conhecimento e o problema da visibilidade acadêmica; (2) a ausência ou a escassez de contrapartidas institucionais para o fortalecimento e funcionamento dos grupos e do núcleo de pesquisa; (3) o problema do lugar político dos estudos de gênero nas instituições de ensino e de amparo à pesquisa. A autora mostra como a produção teórica feminista esteve à margem da produção do conhecimento nas universidades, justamente porque questionava a imparcialidade e a objetividade na produção científica com sua respectiva posição de sujeitos. Mas o pensamento feminista também ocupava este espaço marginal nas esferas políticas, nas políticas públicas, nos movimentos sociais, onde se

compreendia que a demanda das mulheres era secundária para a agenda das lutas pelas transformações sociais. Mostra como, ao longo dos anos, houve uma ausência de políticas institucionais para tratar das questões de gênero. Assim, também destaca o impacto gerado por algumas mudanças introduzidas na última década, em relação ao lugar político dos estudos de gênero no espaço do ensino e da pesquisa acadêmica.

O texto de Maria Izilda Santos de Matos, "Gênero: categoria/perspectivas e constituição do campo historiográfico", constitui uma reflexão sobre o fazer-se da historiografia da categoria de gênero, dando ênfase aos limites e possibilidades de um campo de investigação. O texto mostra como as temáticas em discussão a partir dos anos 70 estiveram articuladas com o momento histórico em que o país vivia, com a organização da sociedade civil, com as demandas feministas e com as ênfases dadas pelas agências de fomento e os paradigmas que dominavam o campo teórico. A autora analisa como neste período histórico, além de superar estereótipos e mitos e dar visibilidade à presença da mulher na sociedade, a partir de sua experiência na esfera pública e privada, buscou-se aprimorar metodologias que contribuíssem para compreender os mecanismos internos às tramas das relações entre os gêneros. Matos destaca que, apesar da categoria/perspectiva de gênero reivindicar um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes, para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens, grande parte da produção privilegiou as experiências das mulheres em detrimento dos homens, dando o sentido de que os homens se constituem num parâmetro extra-histórico e universalizante. Desse modo, enfatiza a necessidade de observar as diferenças de gêneros enquanto construções culturais, linguísticas e históricas, que incluem relações de poder e que perpassam a cultura, a partir de uma perspectiva de gênero relacional, posicional e situacional.

O texto "Reflexões e vivências sobre a militância feminista na segunda metade do século XX: Rio de Janeiro/Brasil", de Hildete Pereira de Melo, traz uma análise do percurso histórico do movimento feminista no Brasil, a partir da experiência da autora na militância feminista no Rio de Janeiro. Porém, suas reflexões são generalizáveis para muitos outros contextos brasileiros e latino-americanos, conforme outros textos também

o estão demonstrando neste livro. Melo destaca o protagonismo da organização feminista, que se institui depois de meados da década de 1970, tendo como uma das primeiras referências o Centro da Mulher Brasileira. Suas demandas iniciais envolviam a igualdade de salário para o mesmo trabalho, a questão do pertencimento do corpo à mulher e a dimensão política da vida privada. A bandeira de luta da violência contra a mulher e do aborto ganham maior espaço com o retorno das feministas exiladas. As questões raciais também ocupam importante espaço no ideário feminista, com a ampliação de grupos feministas de mulheres negras no país. A autora enfatiza que a organização do Fórum Feminista tem reforçado o poder de disputa das mulheres e a possibilidade de expansão do espaço no interior do poder político, fundamental para a ampliação dos direitos das mulheres na esfera legal e na prática cotidiana.

O texto "Cuestiones de género y desafíos del siglo XXI. Una mirada retrospectiva a 40 años de la I Conferencia Internacional de la Mujer (1975)", da autora argentina, Verónica Giordano, faz um importante apanhado dos processos que se desenvolveram no curso das conferências internacionais de mulheres no século XX. Ela se preocupa em mostrar como, nos últimos 40 anos, as lutas por igualdade de direitos foi levada a cabo pelos movimentos sociais englobados na categoria gênero, de mulheres, feministas e diversidade sexual, contribuindo para desvelar a opacidade do direito. Ainda que o ano Internacional da Mulher tenha sido celebrado no contexto das ditaduras institucionais das forças armadas, ou em países nos quais, mesmo sem interrupção da vida democrática, se vivia situações de violência, os anos oitenta marcaram, para a América Latina, um contexto de democratização, com pautas progressistas e ambiciosas, que se estabeleceram na plataforma de Beijing, para a IV Conferência Mundial sobre a mulher, em 1995. Considerados os avanços conquistados pelas conferências organizadas pela ONU, se faz necessário focar os avanços nacionais, e a convergência entre movimentos sociais e processos políticos, que outorgam maiores graus de igualdade entre mulheres e homens no seio da família, nas leis de cotas, na participação política e nas leis relativas à reprodução. Para a autora estes fatores são cruciais no caminho do reconhecimento da igualdade de direitos pela perspectiva de gênero. Sua epistemologia interdisciplinar toma o

caráter global das questões de gênero e os desafios que elas engendraram para o século XXI, a partir de um recorte histórico de média duração e sobre três tópicos: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos penais, em particular, a referência à legalização do aborto. O grande mérito de sua reflexão é o de mostrar as diversas dinâmicas que, durante muito tempo, em vários países da América Latina, construíram o direito das mulheres ao voto, mas não proporcionaram igual direito ao necessário reconhecimento de sua capacidade para exercer o empoderamento sobre sua pessoa, seus bens e seus filhos. Ao analisar o modo como os direitos da mulher estavam associados aos direitos da família e de como a consideração do matrimônio, como um contrato civil, permitiu avançar para a possibilidade do divórcio e para o casamento entre pessoas do mesmo sexo, ao destacar a luta das feministas pela igualdade de oportunidade no trabalho, na família, na política e no controle sobre seu próprio corpo, a autora reforça sua posição de que a igualdade é resultado da articulação entre independência econômica, direitos reprodutivos, uma vida livre de violência e paridade política.

O texto "As vozes e as imagens da genderização da imigração brasileira", de Else Vieira, analisa os gêneros autobiográfico e confessional, nas expressões cinemáticas e literárias do processo migratório brasileiro no exterior, o que a autora denominou de uma literatura da diáspora brasileira. Dando ênfase ao papel da literatura, baseado em fatos da vida real, o texto examina o impacto do gênero sobre a mobilidade transnacional, assim como a influência do gênero na produção de novos espaços de pertencimento. O confessional e o autobiográfico trazem a dimensão da subjetividade, como a memória, a experiência, a identidade, o espaço e a agência e com foco nas subjetividades de gênero das mulheres, dos homossexuais e transexuais. Assim, a autora traz para a análise, a questão de que para além do mercado de trabalho, o deslocamento do nacional para o transnacional estaria sendo motivado – e também motivaria – novas identidades e identificações de gênero ou de re-significações das identidades de gênero. A partir dessa literatura dos imigrantes brasileiros, examina como estes textos tematizam conflitos de gênero que também impelem brasileiros a emigrar e que revelam a busca de uma reestruturação das assimetrias de gênero, de uma redefinição das relações de poder entre os sexos ou mesmo mutações na

divisão da responsabilidade doméstica. Mostra como a feminização da migração também se reflete na produção literária, de modo que a grande maioria dos escritores brasileiros fora do território nacional são mulheres, o que contrasta com a situação dos escritores residentes no país e dá visibilidade ao homoerotismo e ao papel marcante dos *transgenders* na expressão literária da diáspora brasileira.

"Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo", de Sônia Fátima Schwendler, contribui com a história do feminismo no Brasil, tomando por referência os intrincados caminhos e a organização das mulheres no campo. A partir de um apanhado histórico a respeito de como o discurso de gênero foi ocupando lugar dentro da luta de classe, Schwendler analisa as práticas, os saberes e os discursos de gênero construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais campesinos. Esta análise compreende, em primeiro lugar, os elementos que contribuíram para a organização das mulheres camponesas no Brasil e o modo como o discurso de gênero tem sido incorporado na luta de classe. Em segundo, o processo de construção e as bases do feminismo campesino e popular, defendido e protagonizado pelas mulheres que se articulam em nível local, nacional e internacional, mediante a Via Campesina. A autora destaca a importância do movimento feminista para uma leitura de gênero das condições de trabalho, de vida e de participação política da mulher camponesa e para a construção de uma agenda de gênero na luta social do campesinato.

María Luisa Femenías, em seu texto "¿Qué decimos cuando decimos 'sujeto'?", nos reporta às principais questões de exclusão dos sujeitos na formulação dos conceitos relativos à filosofia. Ao longo do texto, a autora analisa a construção moderna do sujeito até chegar ao agente. Ilustra, a partir da filosofia, como se produzem e se institucionalizam os processos de exclusão das mulheres na formulação dos conceitos que acabam por lhes negar a cidadania. Desnaturaliza os pressupostos contidos nos fundamentos de vários filósofos que mantêm mulheres, crianças e outros sujeitos na invisibilidade. Mostra como as legislações de diversos países participaram destes pressupostos naturalizadores das exclusões, pelo menos até a Se-

gunda Guerra Mundial, e como estes modelos se constituíram na norma tácita comum, que considerava que as mulheres não podiam ter cidadania, porque estavam segregadas também em relação aos marcos legais-formais. Resgata o caminho do feminismo, que se constitui desde o final do século XIX como um conjunto heterogêneo de ideias, movimentos políticos, culturais e econômicos, no qual se engendra uma intrincada rede conceitual e social para modificar os fundamentos legitimadores da discriminação. No contexto histórico das reivindicações feministas e de sexo-gênero, a autora nos interroga o que de fato queremos dizer quando falamos em sujeito. Destaca a obra de Simone de Beauvoir, como referente do feminismo do século XX, em especial a edificação dos direitos, a autodeterminação, a liberdade e a problematização do sujeito universal, que é fortemente questionado, também a partir dos escritos de Judith Butler, a intelectual mais influente no meio acadêmico das últimas décadas, no que tange aos estudos de gênero e *queer*. A autora, com sua ênfase na crítica pós-moderna desessencializadora do sujeito masculino universal e transcendental, mostra como a mulher, as mulheres, suas experiências e subjetividades, dizem respeito a sujeitos densos, complexos e polissêmicos. Destaca a crítica de Butler em relação aos modelos identitários binários, que geram exclusão e que limitam as identificações possíveis dos sujeitos-agentes e examina se o mito de sujeito, de agente, ou de nós mesmas permite imaginar, projetar, ressignificar o lugar de nossa vulnerabilidade.

Institucionalização dos estudos de gênero no Brasil: a contribuição do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná para a memória de um desafio

Ana Paula Vosne Martins

Em 2014 as pesquisadoras do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Paraná comemoraram os 20 anos de existência deste grupo interdisciplinar que agrega professoras de três programas de pós-graduação (História, Sociologia e Educação), professoras de outras instituições de ensino e pesquisa do Estado do Paraná e estudantes de graduação e pós-graduação. Havia realmente o que se comemorar, afinal foram 20 anos de funcionamento ininterrupto, de múltiplas atividades acadêmicas (cursos, seminários, eventos, palestras, disciplinas ministradas na pós-graduação, publicações) sempre abertas para o público não universitário, de projetos coletivos e também de muita insistência para vencer as dificuldades, entre elas a falta de infraestrutura e os olhares enviesados de colegas que não entendem ou não querem entender o que fazem "aquelas mulheres do Núcleo", embora os programas de pós-graduação saibam muito bem o que fazem as mulheres do Núcleo, afinal a nossa contribuição para a internacionalização da pós-graduação e a produção científica qualificada nos estudos de gênero tem relevância e reconhecimento para fins de avaliação da pós-graduação nas Ciências Humanas e na Educação. Mas, deixamos as zangas de lado e também os ressentimentos, afinal os 20 anos do Núcleo

mereciam ser comemorados e o fizemos com um evento realizado em agosto de 2014, contando com a participação de pesquisadoras e pesquisadores brasileiras/os e estrangeiras, bem como representantes de movimentos sociais e do movimento de mulheres. Algumas dessas pessoas participam também deste livro.

Momentos de comemoração são também momentos de reflexão. A existência do Núcleo de Estudos de Gênero numa universidade como a UFPR, em particular no Setor de Ciências Humanas, cuja história está ligada a um grupo de intelectuais católicos que fundaram nos anos 1930 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, pode ser interpretada como um ato de coragem. Por se tratar de um ambiente universitário bastante conservador, sem a presença e atuação de professoras feministas nos cursos das Ciências Humanas, há que se admitir que foi um gesto um tanto quanto temerário criar um Núcleo de Estudos de Gênero em 1994 somente com duas professoras de início, afinal não tínhamos muito com quem contar e, principalmente, não havia um coletivo feminista que desse sustentação política para um grupo de pesquisa que almejava ser um espaço de debate, discussão e interlocução entre pesquisadoras, professoras, estudantes e pessoas externas à universidade. Não havia este cenário em 1994.

Foi por meio das relações de amizade e de conversas realizadas fora da universidade (é bom lembrar que naquela época não havia internet e nem as redes sociais), ou então por sabermos que professoras e professores de outras áreas tinham interesse nos estudos sobre mulheres e gênero que começamos a ampliar o número de participantes e a nos reunir, a princípio, com uma periodicidade incerta, sem local predefinido, geralmente no Departamento de História ou no Departamento de Ciências Sociais. Começamos então a organizar o Núcleo, a promover debates sobre temas importantes da agenda política feminista brasileira, a convidar professoras feministas de outras universidades para participar de nossos eventos que ao longo desses 20 anos gentilmente compartilharam conosco suas ideias, expondo um sólido pensamento crítico articulado à experiência acadêmica e feminista, algo pelo qual tanto ansiávamos em construir na UFPR. Desde os primeiros anos demos início a um consciente processo de institucionalização do Núcleo, afinal queríamos muito que os estudos sobre mulheres e

gênero tivessem um espaço formal constituído na estrutura acadêmica da universidade; um espaço de produção do conhecimento, de formação de estudantes e de diálogo com pessoas externas à comunidade universitária e com os movimentos sociais.[1]

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL

O caminho pelo qual enveredamos naquele ano de 1994 não foi solitário, apesar de ter sido difícil. Estávamos em sintonia com o momento histórico dos estudos de gênero no Brasil, momento este de institucionalização de grupos de estudos que até então existiam informalmente, geralmente organizados por professoras feministas que tinham retornado do exterior no final da década de 1970, com a abertura política, ou então professoras que estavam ligadas a grupos feministas nos quais se debatiam temas como a violência, o aborto, a saúde e a contracepção, entre outros, estimulando não só a participação, mas a reflexão a partir da leitura e discussão de textos da teoria feminista que começavam a ser traduzidos, conforme se pode conferir, neste livro, no capítulo escrito por Hildete Pereira de Melo. A partir dos anos 80 e 90 o feminismo brasileiro está revigorado e politicamente articulado dentro dos partidos políticos, das sociedades científicas, das editoras, de destacadas instituições de pesquisa como a Fundação Carlos Chagas e também começava a se articular dentro das universidades. É certo que a inserção do feminismo nas universidades brasileiras foi um processo desigual e não homogêneo. Algumas universidades que já contavam em seus quadros docentes com professoras feministas ou simpatizantes do feminismo tiveram grupos formados ainda na década de 80, sendo pioneira a PUC do Rio de Janeiro, com a criação em 1980 do Núcleo de Estudos da Mulher, liderado pela socióloga Fanny Tabak. Outros foram criados com essa mesma denominação, de estudos da mulher, ainda na década de 1980, como o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher – NEDIM, na Uni-

1 O Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR foi criado pelas professoras Ana Paula Vosne Martins (Departamento de História) e Miriam Adelman (à época Departamento de Ciências Sociais. Em 2015 os departamentos de Sociologia e Ciência Política do Curso de Ciências Sociais se separaram. Hoje, o Departamento de pertença a esta história é o de Sociologia).

versidade Federal do Ceará, em 1981; o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, na Universidade Federal da Bahia, em 1983; os núcleos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Federal de Santa Catarina e da Federal de Minas Gerais, em 1984, e o Núcleo de Estudos da Mulher e das Relações de Gênero da USP, em 1985. A partir de 1990 a denominação dos grupos de estudo mudou com a incorporação da categoria gênero em seus nomes, como aconteceu com o nosso grupo na UFPR, sendo então criados vários grupos de estudos de gênero em universidades brasileiras. Em artigo publicado em 1994, Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg já apontavam para uma estimativa de 40 grupos de estudos sobre mulheres e gênero entre as décadas de 1980 e 1990, número este que certamente teve um acréscimo considerável em 21 anos.[2]

O resultado dessa ampla e heterogênea expansão dos estudos de gênero nas universidades brasileiras entre os anos 1980 e 2000 foi bastante positivo no que diz respeito à produção e divulgação do conhecimento. Além de manter periódicos especializados de grande relevância nacional e internacional, os grupos de estudo estão na origem do incentivo à pesquisa sobre mulheres e gênero nos programas de pós-graduação. Suas integrantes estimularam a discussão e a pesquisa nos cursos nos quais atuavam como professoras permanentes, contribuindo sobremaneira para o fortalecimento da pesquisa na área dos estudos de gênero. Atualmente seria uma tarefa hercúlea e forçosamente incompleta fazer um levantamento de uma única área do conhecimento relativa à produção de dissertações e teses sobre mulheres e gênero no Brasil, quanto mais se tomarmos o conjunto desta produção abarcando áreas como a história, sociologia, antropologia, estudos literários, saúde, educação, comunicação e história da ciência. Uma breve busca pode dar uma ideia aproximada da dimensão deste notável crescimento quantitativo. Do ponto de vista qualitativo os estudos sobre mulheres e gênero produzidos nas universidades brasileiras são reveladores da atualização dos debates teóricos e das inovações metodológicas das pesquisas, contribuindo para a crítica ao conhecimento e à cultura especialmente ao

2 COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e práxis feministas na Academia; os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista de Estudos Feministas*. Ano 2, número especial, p. 387-400, II semestre de 1994.

interpelarem os cânones e os modelos de análise e de interpretação vigentes nas ciências, entre eles a questão da neutralidade, da objetividade e da centralidade do sujeito do conhecimento, pilares de uma concepção de ciência e de conhecimento que os estudos de gênero e os estudos culturais demonstraram ser resultado de um longo processo histórico de escolhas políticas, de exclusões e de hierarquizações sociais.

Entretanto, é necessário ajustar a lente e o olhar mais de perto à extensão desse processo de institucionalização, afinal ele não se deu linearmente e nem pode ser compreendido só a partir da contundência crítica e da qualidade da produção acadêmica. Há outras dimensões que tornam a institucionalização dos estudos de gênero mais problemática e desafiadora para o futuro. Para fins de análise tratamos somente de três dimensões: **o estatuto dos estudos de gênero no interior das áreas de conhecimento e o problema da visibilidade acadêmica; a ausência ou a escassez de contrapartidas institucionais para o fortalecimento e funcionamento dos grupos e do núcleo de pesquisa; o problema do lugar político dos estudos de gênero nas instituições de ensino e de amparo à pesquisa.**

Se, como destacado acima, os estudos sobre mulheres e gênero renovaram áreas tradicionais do conhecimento e contribuíram para a crítica epistemológica, este processo não foi linear e bem-sucedido em todas as universidades nas quais os grupos e núcleos de pesquisa foram criados. Em primeiro lugar é preciso dizer que por algum tempo as discussões teóricas e a prática da pesquisa ficaram restritas às fronteiras acadêmicas dos próprios grupos, como a repetir o mesmo tipo de organização do movimento de mulheres. Isto se deu porque algumas professoras e pesquisadoras atuavam nas duas frentes e o modelo de organização fornecido pelo feminismo brasileiro era bastante atraente tanto do ponto de vista político, quanto da dinâmica mais democrática e pluralista de funcionamento, sem organograma rígido, com tomadas de decisões coletivas e um forte sentido político da reflexão e da crítica aos processos de dominação de gênero, de classe e de raça.

Tal experiência não migrou totalmente para o funcionamento dos grupos e núcleos de gênero nas universidades porque essa aproximação com o feminismo não se deu da mesma forma, como aconteceu com o Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR, conforme veremos mais detalhadamente em

seguida. De qualquer forma, com mais ou menos influência do movimento feminista e de sua forma de organização, ocorreu nas universidades brasileiras um movimento de "guetização" dos núcleos e grupos de gênero, mais ou menos acentuado, dependendo das circunstâncias políticas locais. Em que pese a qualidade das pesquisas e a divulgação de seus resultados em publicações de grande destaque e relevância nacional e internacional, esse fechamento voluntário ou inevitável acabou por reforçar a suplementariedade dos estudos sobre mulheres e gênero nas universidades brasileiras. O recurso à comparação com a estrutura de um edifício pode ser útil. É como se os grupos e núcleos e a sua produção acadêmica fizessem parte de um anexo a um prédio principal. Sabe-se sua localização, mas seu estatuto é suplementar à estrutura principal do edifício.

Em muitas universidades os núcleos e grupos foram vistos com ceticismo pelos outros pesquisadores e também por muitas pesquisadoras como sendo um lugar no qual se fazia política e não se produzia conhecimento, um lugar de feministas, e isto era visto com desconfiança. A marca do feminismo associado aos estudos sobre mulheres e gênero nas universidades parecia ser incompatível com o que institucionalmente se definia como ciência e produção do conhecimento, ou seja, a imparcialidade e a objetividade, pilares estes, por sua vez, criticados pelo pensamento feminista. Criava-se, portanto, um espaço de difícil interlocução no qual as pesquisadoras feministas pareciam também se sentir à vontade, afinal elas não compartilhavam com as concepções epistemológicas vigentes das áreas de conhecimento estabelecidas, nem com uma visão hierárquica de universidade. O problema é que este lugar suplementar dos estudos sobre mulheres e gênero criou impasses, entre os quais destacaria a invisibilidade da crítica e de suas contribuições ao conhecimento. Como bem observou a historiadora Joan Scott, a vasta produção teórica e reflexiva dos estudos feministas nas mais diferentes áreas do conhecimento não conseguiu, pelo menos até meados da década de 1990, penetrar as barreiras epistemológicas, afinal a crítica feminista ao conhecimento não deveria ficar restrita aos limites das publicações e dos espaços feministas, como num diálogo identitário entre iniciadas, mas sim promover transformações na forma de pensar o próprio conhecimento, como discursos de saber atravessados por interesses, hierarquias e relações

de poder; como práticas políticas. Essa foi uma contribuição inegável do pensamento feminista para as ciências e a filosofia, mas no caso brasileiro, só muito recentemente e ainda assim com muitas limitações, se pode perceber seu impacto na forma de se pensar e de se produzir conhecimento. Assim, pode-se dizer que no Brasil a institucionalização dos estudos sobre mulheres e gênero não foi um processo bem-sucedido porque apesar da alta qualidade acadêmica já mencionada, a "marca" política do feminismo foi interpretada pelos pares na universidade como um obstáculo não só ao diálogo acadêmico, como também à inclusão dos textos e das contribuições daqueles estudos nos currículos e nos programas de disciplinas que não fossem necessariamente ministradas por professoras identificadas aos grupos e núcleos de estudos de gênero. O grande desafio, nesse sentido, seria ver a discussão teórica feminista sobre ciência, subjetividades, poder, instituições, história, política, entre outros tópicos consolidados, em disciplinas que não fossem necessariamente chamadas de "estudos de gênero" ou ministradas exclusivamente por professoras e professores identificados com o feminismo.

Em decorrência deste problema do estatuto dos estudos de gênero no interior das áreas de conhecimento e da visibilidade acadêmica nas universidades, outro grande desafio da institucionalização é a falta de recursos financeiros e de apoio para o funcionamento dos grupos e núcleos que escolheram a formalização na estrutura das universidades. Geralmente ligados a estruturas maiores como centros, setores ou institutos universitários, demandam espaço físico e equipamentos, como também uma pauta institucional para políticas de gênero e de diversidade sexual. Este desafio da institucionalização, portanto, não diz respeito somente aos problemas mais imediatos de recursos financeiros e espaço físico, mas principalmente à política institucional de gênero e diversidade sexual, afinal demandas sobre estas questões existem na universidade brasileira desde sempre, entretanto têm sido historicamente desprezadas senão mesmo minimizadas como "problemas pontuais", não compreendidos pelas instâncias administrativas universitárias como dimensões cotidianas das relações de poder e intersubjetivas, cabíveis, portanto, de intervenção com vistas à

promoção de espaços mais plurais e de relações igualitárias e democráticas no ambiente universitário.

Nesse sentido, alguns grupos conseguiram ao longo do tempo contar com uma estrutura mais organizada e mesmo criar espaços acadêmicos próprios como na UNICAMP, com o Grupo de Estudos de Gênero Pagu; na Universidade Federal de Santa Catarina, cujo trabalho intelectual e político das/dos pesquisadoras/res resultou na criação do Instituto de Estudos de Gênero, e na Universidade Federal da Bahia, com a criação de um curso de bacharelado em Estudos de Gênero e de Pós-Graduação, com Mestrado e Doutorado em Estudos de Gênero. Mas estas experiências valiosas são exceções. A maioria dos grupos permanece presa ao voluntarismo de suas pesquisadoras ou então recebem apoio dos Programas de Pós-Graduação aos quais estão vinculadas, mas com muitas limitações financeiras. Outros grupos são beneficiados com projetos coletivos liderados por pesquisadoras sênior, bolsistas do CNPq ou então responsáveis por projetos vencedores de editais de agências de fomento nacionais e/ou internacionais. Permanece, portanto, a lógica do improviso e do pires na mão.

Do ponto de vista das políticas institucionais há um imenso vazio no ambiente universitário brasileiro, lamentavelmente visível quando denúncias de abusos e crimes vão parar na imprensa, como tem acontecido nos últimos anos relativamente às denúncias de estupro contra estudantes ou de práticas violentas envolvendo humilhação e tratamento indigno nos execráveis trotes cometidos por estudantes veteranos contra os/as calouros/as. O gênero é um componente central destas práticas de violência no ambiente universitário e as pessoas responsáveis pela administração das instituições não podem mais cruzar os braços ou simplesmente lamentar que uma "minoria" cometa tais "abusos". É preciso haver uma ampla discussão com representantes docentes, discentes, de técnicos administrativos e da administração das universidades com a finalidade não só de punir os atos de violência, mas de criar mecanismos para coibir tais práticas, como também espaços de acolhimento e encaminhamento das denúncias, bem como de acompanhamento das pessoas que fizeram as denúncias e/ou sofreram algum

tipo de constrangimento, abuso ou mesmo de violência de gênero. Para isso é preciso haver não só financiamento, mas principalmente disposição política para enfrentar a violência; reconhecimento de que este não é um problema da vida privada de estudantes, mas uma das faces mais duras e cruéis de relações de poder e que demandam políticas institucionais para o seu enfrentamento.

A terceira dimensão da institucionalização dos estudos de gênero talvez seja a mais desafiadora e que demandará mais tempo e energia das pessoas envolvidas. Ela se refere à pouca expressão política das pesquisadoras feministas que produzem na área dos estudos de gênero nas instituições universitárias e também nas instâncias da política de pós-graduação no país, como o CNPq, a CAPES e as agências estaduais de amparo à pesquisa. O processo de institucionalização não se constrói somente com boas intenções e a competência mais do que reconhecida das pesquisadoras e dos pesquisadores desta área, mas com a participação efetiva nas esferas decisórias das políticas universitárias e no desenvolvimento científico do país. Alguns sinais de mudança começam a aparecer no Brasil nos últimos 10 anos, especialmente com a parceria entre o CNPq e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (Programa Mulher e Ciência; Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero); como também na participação das pesquisadoras e pesquisadores nos comitês das áreas de conhecimento do CNPq e da CAPES.

Mais recentemente as pesquisadoras e os pesquisadores da área dos estudos de gênero começaram a se organizar em espaços de discussão para o enfrentamento das questões políticas de igualdade de gênero e dos direitos das pessoas LGBT no ambiente universitário, participando dos Conselhos Superiores e na estrutura político-administrativa das universidades, ou nas instâncias com poder decisório, como reitorias, pró-reitorias e conselhos das fundações de amparo à pesquisa. No entanto, este é um movimento realizado lentamente, afinal as resistências não se encontram somente na estrutura universitária e nas formas arraigadas de pensar, mas também entre nós, pesquisadoras e pesquisadores que assoberbados com a docência, a pesquisa, as orientações de pós-graduação e nosso compromisso com a divulgação do conhecimento mantendo a produção científica,

nos afastamos do terreno das políticas institucionais. Esse é, sem dúvida, o maior desafio da institucionalização dos estudos de gênero.

O NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Criado em 1994, o Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR (NEG) estava em sintonia com os debates teóricos e as mobilizações no ambiente universitário em torno da criação de espaços reflexivos e políticos sobre mulheres e gênero. Parte de sua história e de suas dificuldades se deve àqueles aspectos da institucionalização acima mencionados, mas há algumas peculiaridades decorrentes do contexto histórico e social da cidade de Curitiba e particularmente da Universidade Federal do Paraná e da área de Ciências Humanas nesta instituição.

Como mencionado, houve uma intensa relação entre o movimento feminista e a organização dos grupos e núcleos em algumas universidades brasileiras, especialmente naquelas onde foram criados os primeiros grupos de estudo sobre mulheres. Na UFPR esta relação não existiu ou foi muito limitada e circunscrita às afinidades feministas das professoras que criaram o NEG. Esta situação se deve ao fato de que o feminismo não teve espaço na UFPR, porque se havia professoras na década de 1980 simpatizantes com o feminismo isto não se traduziu em programas de disciplinas que abrigassem o pensamento feminista, nem em espaços informais de discussão. Esta ausência crítica e política do feminismo na UFPR também pode ser constatada pelas teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação na área de Ciências Humanas entre o final da década de 1970 e a década de 1980. Enquanto em outras universidades brasileiras começavam a ser produzidas pesquisas sociológicas, antropológicas e históricas a respeito das mulheres e das relações de gênero, na UFPR este não era um tema relevante, afinal não havia professoras interessadas em orientar pesquisas sobre mulheres e nem ambiente intelectual propício para as problematizações teóricas e críticas aos modelos epistemológicos vigentes, entre eles o marxismo estruturalista ou ainda o funcionalismo, com forte predominância do empirismo em algumas áreas. No caso da História há que se destacar a primeira dissertação de mes-

trado defendida no PGHIS em 1986 cujo tema era o feminismo brasileiro do começo do século XX, orientada pela Profa. Altiva Pilatti Balhana, que não tinha vinculações com o feminismo, pelo menos não como pesquisadora e nem como professora.[3]

Se ampliarmos o foco da análise para o espaço acadêmico da UFPR e do Setor das Ciências Humanas pode-se ensaiar algumas explicações para a impermeabilidade ao feminismo. Originada de um grupo de intelectuais católicos com fortes vinculações ao projeto de expansão da educação católica no Brasil esboçado desde meados da década de 1920, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, criada em 1938, foi marcadamente um ambiente acadêmico e político de viés conservador, perfil este que só se acentuou em contextos posteriores, como na década de 1970, quando passou a ser o Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Ao longo de 20 anos nenhuma professora assumiu a direção da Faculdade e nem, posteriormente, do Setor. Somente em 1975 a Profa. Cassiana Lacerda Carollo assumiu essa função, como substituta, por menos de um ano, tendo sido a primeira diretora do Setor a Profa. Cecília Maria Westphalen, do Departamento de História, entre 1976 e 1980.[4]

Se este ambiente universitário era, por sua história e estrutura organizacional, impermeável ao feminismo e ao ideário das esquerdas e mesmo a uma política mais aberta à participação feminina em cargos e funções acadêmicas e administrativas – peculiaridade que não era restrita à UFPR, mas às

3 LINO, Sonia Cristina da Fonseca Machado. *As ideias feministas no Brasil (1918-1932)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1986. Altiva Pilatti Balhana foi professora titular de História da América do Departamento de História da UFPR e uma das fundadoras da área de História Demográfica do Programa de Pós-Graduação em História, tendo se destacado entre as décadas de 1960 e 1980 como pesquisadora da história da imigração e das estruturas agrárias no Paraná, atuando em colaboração com outra importante historiadora da UFPR, a Profa. Cecília Maria Westphalen, também especialista na História do Paraná e que exerceu várias funções administrativas na UFPR. No caso de Altiva, como sua ex-aluna, devo mencionar que em algumas ocasiões, na década de 1980, ela expressou alguma simpatia pelas chamadas "causas feministas", mas sempre de maneira pontual e ligeira, o que não permitia que nós estudantes a identificássemos com o feminismo ou mesmo com a nascente história das mulheres no Brasil. De qualquer forma, é interessante pensar como num contexto universitário e de pós-graduação como aquele a Profa. Altiva Balhana tenha aceitado orientar uma dissertação sobre o feminismo brasileiro.

4 As outras professoras que exerceram a função de diretora do Setor foram Elane Tomich Buchmann, substituta em 1998; Sílvia Maria Pereira de Araújo (1998-2002) e Maria Tarcisa Silva Bega (2006-2014). Ou seja, efetivamente ao longo de 76 anos o Setor de Ciências Humanas teve somente três diretoras.

universidades brasileiras de modo geral, antes e após a Reforma Universitária de 1968 –, o ambiente externo, por sua vez, não era auspicioso. Ainda se faz necessário um estudo mais aprofundado sobre o feminismo em Curitiba e no Paraná, mas as evidências históricas disponíveis permitem afirmar que foi um movimento débil que poucas pessoas arregimentava no sentido de realizar mobilizações ou agregar pessoas em grupos informais de estudo e de conscientização, como aconteceu em outras cidades brasileiras.[5] Isso não permite afirmar que não houvesse mulheres e talvez alguns homens simpatizantes do feminismo dentro e fora da universidade em Curitiba, geralmente pessoas vinculadas às esquerdas e ao movimento estudantil, mas esta simpatia não se traduziu em mobilização e nem em organização, talvez porque estas pessoas estivessem comprometidas na época com outras pautas políticas então consideradas mais urgentes como a anistia política e depois, na década de 1980, com a redemocratização da sociedade e da universidade.

Em pesquisa realizada no final da década de 1980 realizei entrevistas com mulheres e homens que atuavam na militância estudantil desde finais da década de 1970 e também tinham participação política nos partidos de esquerda que estavam abrigados no MDB, como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro e o Partido Comunista do Brasil – PCdoB, além de militantes de esquerda que estiveram ligados/as à fundação do Partido dos Trabalhadores e que vinham da experiência da esquerda clandestina ou que retornaram ao Brasil como anistiados políticos.[6] Alguns depoimentos reforçaram a imagem conservadora da cidade de Curitiba e principalmente da UFPR, pois boa parte das pessoas entrevistadas veio de outras cidades para estudar e, devido ao seu envolvimento com o movimento estudantil, teve que enfrentar não só o que elas chamavam de "caretice" da cidade, mas principalmente um ambiente universitário hostil no Setor de Ciências Humanas, com alguns professores e colegas simpáticos ao regime militar e uma estrutura universitária autoritária. Na década de 1970 o clima dentro da UFPR era bastante tenso e repressivo. Apesar da repressão e do ambiente autoritário, alguns estudantes das Ciências Humanas começaram

5 Ver neste livro o capítulo escrito por Hildete Pereira de Melo.

6 MARTINS, Ana Paula Vosne. *Mulheres, luta e poder*. A organização de mulheres em Curitiba (1952-1982). Curitiba: Conselho Municipal da Condição Feminina/ Prefeitura Municipal de Curitiba, 1986. Mimeo.

a se movimentar e ainda em 1976 conseguiram vencer as eleições para o Diretório Acadêmico Rocha Pombo, um dos diretórios mais mobilizados politicamente na época na UFPR contra a ditadura militar. Segundo uma das minhas entrevistadas, as mulheres começaram a participar deste diretório também, mas questões feministas não entravam na pauta das discussões porque estava centralizada na luta política contra o regime. Esta mesma entrevistada, que mais tarde esteve intensamente ligada ao movimento feminista e à construção de um currículo da escola básica em Curitiba aberto para a discussão e o combate à discriminação de gênero, contou que a participação das mulheres no movimento estudantil na UFPR naquele momento de repressão política possibilitou a abertura para a discussão de temas da pauta do feminismo. Apesar de não se sentirem discriminadas, a entrevistada disse que algumas delas percebiam haver uma divisão do trabalho político, ficando elas responsáveis geralmente pelo trabalho mais manual, ou seja, pregar cartazes, pichar muros, rodar textos no mimeógrafo[7], entre outros, enquanto os estudantes elaboravam o discurso político e geralmente tomavam a palavra nas reuniões.[8]

Foi com as gestões de oposição que o Diretório Acadêmico Rocha Pombo começou a promover os Ciclos de Estudos Humanísticos desde 1976, quando por uma semana discutiam temas específicos no Setor de Ciências Humanas. Em 1978 o tema escolhido foi a questão da mulher e naquele mesmo ano, a comissão responsável pela reorganização e reabertura do Diretório Central dos Estudantes lançou um número especial do seu jornal, *Vira-Volta*, com o mesmo tema, por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Mulher. O jornal trazia discussões como trabalho doméstico, os estereótipos sexuais reproduzidos pela escola, o movimento de luta pelas creches, a participação política das mulheres e concluía com depoimentos de Martha Suplicy e Irma Passoni sobre o aborto. Neste mesmo ano o Ciclo de Estudos Humanísticos teve como tema "A Mulher" e no programa constavam conferências e debates, além da exibição do filme "Mar de Rosas"

7 Esta nota é para pessoas nascidas a partir do final da década de 1980. Mimeógrafo é um equipamento de reprodução a partir de um estêncil que era operado manualmente por uma manivela que fazia girar um mecanismo com tinta. Cada página de texto era perfurada no estêncil, que era girado várias vezes.

8 Entrevista concedida por Olinda Evangelista em 1986.

(1977), da cineasta Ana Carolina, que esteve presente no debate. Outros temas de conferências foram "A mulher e o trabalho", com Raquel Moreno, "Participação social e política da mulher", com Margarida do Amaral Lopes, "A mulher e a sexualidade", com Maria Elisa Leonel e "A mulher e a imprensa", com Joana Lopes, Solange Padilha e Amélia Teles.

Este evento promovido pelas estudantes do Diretório Acadêmico Rocha Pombo foi, sem dúvida, um marco na inserção da discussão feminista no Setor de Ciências Humanas da UFPR, abrindo espaço para a participação de feministas brasileiras que estavam atuando em grupos formados no rastro político do Ano Internacional da Mulher (1975). Pode-se dizer que este Ciclo de debates inaugurou a mobilização e conscientização feminista em Curitiba e muitas daquelas estudantes passaram a atuar em suas organizações políticas defendendo a pauta do feminismo. A partir de 1979 a discussão feminista sai da universidade e começa a ganhar outros espaços conforme as expectativas pela abertura e a redemocratização se intensificaram, como as Casas de Estudantes, alguns colégios e também a imprensa, que timidamente começava a publicar artigos escritos por ex-estudantes universitárias tratando de temas feministas em revistas locais como *Rumo Paranaense*, *Panorama* e *Atenção*.

No começo da década de 1980 observa-se em Curitiba um processo de mobilização de mulheres estreitamente ligado aos partidos políticos, tanto aos legalmente instituídos, quanto às tendências de esquerda MR-8, PCB, PCdoB e às mulheres que estiveram ligadas à fundação do Partido dos Trabalhadores a partir de 1979. Seguindo um direcionamento de organização de massa presente nos Congressos de mulheres realizados em São Paulo desde 1978, no Paraná, as mulheres que militavam nas esquerdas dentro do MDB e do PMDB a partir de 1980 passaram a advogar a realização de um congresso de mulheres no Paraná, apoiado por mulheres do PMDB sem vinculação com as esquerdas.[9]

O I Congresso da Mulher Paranaense ocorreu entre 7 e 8 de março de 1981 tendo como promotores o Departamento Feminino do PMDB, o Partido dos Trabalhadores, a União Paranaense de Estudantes, entidades

9 Em 1980 foi criado o Departamento Feminino do PMDB em Curitiba, resultado da mobilização das militantes do MR-8 e de mulheres do partido que não tinham vinculação com as tendências de esquerda, mas estavam comprometidas com a redemocratização do país.

estudantis da UFPR, o Comitê de Defesa da Amazônia e vários sindicatos e entidades populares dos bairros da cidade de Curitiba. Os temas discutidos foram "Mulher e Sociedade", "Mulher e Saúde", "Mulher Trabalhadora" e "Mulher e sua Organização". As teses do congresso assumiam um posicionamento crítico ao regime militar, acusando o governo de ser o responsável pela miséria e discriminação sofrida pelas mulheres, bem como pela prostituição, pelo desemprego e pela carestia que mais duramente atingia as mulheres e as crianças. O documento final reivindicava as liberdades democráticas e lembrava que a luta das mulheres reunidas naquele congresso não era contra os homens, mas contra o machismo presente na sociedade brasileira.[10]

O II Congresso da Mulher Paranaense ocorreu em 1982, ano politicamente importante, pois ocorreriam as primeiras eleições pelo voto direto para governador dos Estados da Federação desde 1964. Cabe destacar que no segundo congresso houve um aumento da participação popular de mulheres e também vieram representantes de cidades do interior do Paraná, como Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Toledo. Entretanto, se no primeiro congresso as divergências políticas entre as mulheres foram superadas em favor das teses unificadoras, no segundo congresso a questão política nacional e local foi um dos elementos principais da divergência e desintegração das forças reunidas desde 1980. A proposta do MR-8 em criar uma Federação de Mulheres do Paraná não foi aceita pelas mulheres do PT, PCdoB, PCB, da Frente Democrática da Mulher Londrinense, de setores do PMDB e algumas associações de bairros de Curitiba. As discordantes entenderam a criação de uma Federação como uma tentativa do MR-8 de atrelamento e aparelhamento do movimento de mulheres à sua direção política, bem como um movimento de organização autoritário, de cima para baixo. Foram favoráveis à criação da Federação o MR-8, o PDT, algumas integrantes do PDS (por incrível que pareça as mulheres do partido que apoiava o regime militar também participaram do congresso e apoiaram o MR-8), outros setores do PMDB, alguns sindicatos e associações de moradores de Curiti-

10 TESES do I Congresso da Mulher Paranaense. Curitiba, 7-8 de março de 1981. Este congresso reuniu aproximadamente 500 mulheres.

ba.[11] Vencida a votação pela criação da Federação de Mulheres do Paraná, a Frente Democrática da Mulher Londrinense (FDML) lançou um manifesto no qual explicava sua posição contrária à criação da Federação e também explicitava, de certa forma, o dilema do movimento de mulheres no Paraná naquele momento:

> A criação de uma Federação deve surgir das bases, ou seja, da existência de diversos grupos e da vontade destes em se constituírem em Federação após ampla discussão dos objetivos prioritários, com a arregimentação, aprovação e apoio das bases e/ou de sua representatividade. Do contrário, corre-se o risco de fazer o que tem sido feito erradamente há tanto tempo: tudo de cima para baixo. E pior, perpetuando um esquema de poder que a duras penas aprendemos a condenar. Constata-se a inexistência, no momento, das condições básicas elementares para a criação de uma Federação: existência de grupos organizados em todo o Paraná; soberania das bases. Fundamenta-se o receio de que uma Federação criada de cima para baixo não corresponda aos anseios das bases (que ainda estão por se organizar) e teme-se que a Federação – movida por interesses de certos setores – possa não absorver inegáveis e flagrantes divergências ideológicas, resultantes da heterogeneidade dos grupos envolvidos.[12]

O resultado do II Congresso da Mulher Paranaense foi a criação da Federação de Mulheres do Paraná, o fim dos congressos e de uma pretensa e temporária unidade política entre as mulheres. O manifesto da FDML já apontava lucidamente para um problema grave que se configurara não só em Curitiba, mas no movimento de mulheres em São Paulo, nesse formato caro às esquerdas que são os congressos, reunindo vários movimentos e agentes para discutir e deliberar teses que supostamente aplainavam as diferentes concepções e tendências do movimento feminista. O que aconteceu em Curitiba

11 "O MR-8 tinha urgência na organização das mulheres e acreditava que não deveria se esperar que a organização ocorresse nas bases, mas que a melhor política era criar uma organização que aglutinasse as já existentes e apoiar o processo organizativo das mulheres." (MARTINS, 1986, p. 125).

12 FRENTE DEMOCRÁTICA DA MULHER LONDRINENSE. *Porque somos contra criar agora a Federação da Mulher Paranaense*. Londrina, 20 de fevereiro de 1982.

foi uma derrota do movimento feminista para as teses de esquerda aplicadas ao que então se chamava de "questão da mulher". No quadro doutrinal e ideológico das esquerdas de viés centralizador a questão da mulher deveria se submeter às questões políticas mais gerais, em especial à luta de classes e, no caso brasileiro, à luta contra o regime militar. Na época a socióloga feminista Maria Lygia Quartim de Moraes fez um balanço bastante realista deste processo político de aparelhamento tomando como referência os congressos paulistas de mulheres: "A briga tem a ver com a disputa pela hegemonia, poder e direção da massa de mulheres que compõem o movimento feminino hoje – como se alguém tivesse a verdade para dar a alguém. Tudo isso em nome da organização de um programa de lutas – raciocínio político linear que vem de uma concepção política e modo de ser masculinos".[13]

As divergências entre as feministas e as mulheres comunistas representantes das tendências de esquerda como o MR-8 se agudizaram no contexto da criação da Federação de Mulheres também pela maneira como os debates foram conduzidos, excluindo da pauta de discussões temas associados às "lutas específicas", ou seja, questões caras ao feminismo como a sexualidade e o aborto, que deveriam ser secundarizadas às chamadas "lutas gerais", como a carestia, a exploração capitalista dos trabalhadores, a universalização da educação pública, o imperialismo, entre outros temas caros às esquerdas naquela época. Em artigo na imprensa, Irede Cardoso assim avaliou esta questão:

> Consideramos divisionismo querer impingir temas gerais em nosso Congresso [III Congresso da Mulher Paulista]. Tais temas devem ser preservados na luta conjunta. Enquanto as mulheres não se informarem, não refletirem, continuarão presas fáceis de toda e qualquer manipulação machista. Trazendo as palavras de ordem de seus partidos ou tendências, estarão invadindo um espaço nosso com as estruturas machistas que as trouxeram, feitas por um mundo masculino, no qual as reivindicações específicas das mulheres soam como ecos longínquos, geralmente desconsiderados. Mas, estamos dispostas a não nos deixar apagar pela

13 MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em movimento*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985. p. 9.

> borracha do autoritarismo de certas esquerdas políticas. Uma esquerda caolha, antipopular e contrária às mulheres.[14]

Sem o apoio de organizações feministas, a Federação não conseguiu vingar em nenhum lugar onde foi criada a partir do dirigismo centralizador do MR-8, no entanto, surtiu efeitos políticos para as mulheres que estiveram envolvidas naquele embate político, pois algumas delas conquistaram espaço nos Conselhos da Condição Feminina Municipal e Estadual, criados em Curitiba em 1985, e outras foram eleitas para cargos públicos ou ocuparam funções no governo estadual e na Prefeitura de Curitiba.[15] De qualquer forma, em que pese a visibilidade política das mulheres e de suas pautas no contexto que antecedeu a Assembleia Nacional Constituinte, é interessante observar como no Paraná e em Curitiba houve uma mudança de eixo político na então chamada questão das mulheres. Os grupos e o movimento de mulheres vinculados ao feminismo e ao que então se chamava de "questões específicas" praticamente ficaram obscurecidos pelo "feminismo oficial", ou pela ação pragmática das mulheres vinculadas às tendências de esquerda e ao PMDB, que vincularam a defesa de mudanças sociais, econômicas e legais que afetavam diretamente as mulheres ao jogo político que então se dava no Congresso com o processo de redemocratização e de preparação para a Constituinte ou com aquele que se dava no contexto local.

A partir de meados da década de 1980 as organizações que se autodenominavam feministas em Curitiba eram muito pequenas e se tornaram quase invisíveis, devido ao processo de aglutinação de militantes e de defensoras das pautas tradicionalmente relacionadas ao feminismo nos Conselhos ou ainda no interior de outros grupos de esquerda. De qualquer forma, os embates levados à Assembleia Nacional Constituinte e a arregimentação de forças políticas das mulheres ligadas aos Conselhos municipais, estaduais e

14 CARDOSO, Irede. É preciso vigiar o espaço conquistado. *Folha de São Paulo*, 26 de abril de 1981.

15 Com a vitória do PMDB nas eleições de 1982 para o governo do estado do Paraná e a prefeitura de Curitiba em 1983, as mulheres do Departamento Feminino do PMDB conseguiram que fossem criados o Conselho Municipal da Condição Feminina e o Conselho Estadual da Condição Feminina em 1985. Em 1997 este passou a ser o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1075.>. Acesso em: ago. 2015.

ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres acabaram por se sobrepor à informalidade organizacional e de discussão do feminismo, desvinculada de partidos e sem atrelamento às estruturas governamentais. Em Curitiba a partir de 1985 não havia grupos feministas que tivessem expressão e nem visibilidade política fora dos Conselhos, nem no meio universitário. Havia simpatizantes do feminismo no movimento estudantil, mas o contexto da redemocratização mobilizava outras causas políticas e, novamente, seguindo uma lógica etapista das esquerdas, o feminismo e suas reivindicações deveriam esperar a "grande mudança".

Esse cenário ajuda a compreender porque o feminismo não conseguiu adeptas e defensoras na UFPR, nem entre as estudantes. Sem a retaguarda reflexiva e crítica do movimento feminista, criar um espaço de estudos sobre mulheres e gênero era uma empreitada muito difícil, como ficou evidente em 1994. Como exposto acima, entre meados da década de 1980 e inícios da década de 1990 os estudos sobre mulheres e gênero começaram a ser organizados formalmente nas universidades brasileiras, em grande parte devido à vinculação das professoras e pesquisadoras ao feminismo. Miriam Adelman e eu tínhamos ingressado no corpo docente da UFPR em 1992 e 1993 respectivamente e vínhamos de uma experiência de pesquisa sobre mulheres e com uma forte influência da produção teórica feminista. Nosso primeiro encontro ocorreu no congresso da ABA, que ocorreu em Curitiba em 1992. Reencontramo-nos como professoras da UFPR e consideramos que poderia haver um grupo de estudos e de pesquisa sobre gênero na universidade e, mesmo sendo poucas, ainda assim criamos o grupo em 1994.

O Núcleo começou com reuniões esporádicas e a organização de debates sobre temas como o aborto, a violência contra a mulher e as representações das mulheres no cinema e na mídia, como também começamos a organizar anualmente as atividades relativas ao dia 8 de março no Setor de Ciências Humanas, convidando pesquisadoras feministas de outras universidades e centros de pesquisa, iniciando também um trabalho cotidiano e incansável nas nossas aulas. Começamos também o trabalho de orientação de trabalhos de graduação e, mais tarde, nos anos 2000, quando concluímos nossos doutorados, também orientamos dissertações e teses nos programas de pós-graduação em Sociologia e em História na UFPR.

Até meados dos anos 2000 o grupo foi bastante instável na sua organização, com um número flutuante de participantes, mas nunca deixou de atrair estudantes e também professoras e alguns poucos professores de outros cursos, que contribuíram para a continuidade das atividades do Núcleo, cuja periodicidade variava bastante naqueles anos iniciais. Havia um grupo mais ou menos estável de pesquisadoras e professoras que não desistiram, apesar das imensas dificuldades, como por exemplo, não termos sequer uma sala de reuniões ou para guardar material bibliográfico até bem recentemente. Foi este grupo original do Núcleo, que contava com professoras e professores da História, das Ciências Sociais, da Comunicação Social, da Enfermagem e da Saúde Comunitária, que organizou o Primeiro Encontro Paranaense de Estudos de Gênero: Mulheres, Homens e Relações de Gênero no III Milênio, entre os dias 15 e 17 de outubro de 1998, somente quatro anos após a criação do Núcleo, o que demonstra que apesar de nossas fragilidades institucionais, contávamos com um grupo de professoras/es bastante aguerrido e incansável na defesa dessa área de estudos na UFPR. O evento foi um grande sucesso, contando com participantes locais e de outras universidades brasileiras, como também ativistas de movimentos sociais que apresentaram trabalhos em sessões coordenadas. Foi a primeira iniciativa ocorrida na UFPR de reunir pesquisadoras e pesquisadores dos estudos de gênero contando com a presença de convidadas/dos do país e estrangeiras/os, da qual resultou a publicação do livro *Gênero Plural* pela Editora UFPR.[16]

O II Encontro de Estudos de Gênero ocorreu entre 24 e 27 de outubro de 2001 com o tema "Corpo, Sujeito e Poder", propondo reflexões em torno da corporalidade, da sexualidade e da construção de novas feminilidades e masculinidades na cultura contemporânea. A conferência de abertura deste encontro foi "O desejo e a desconstrução da mulher e do gênero", com a cientista política norte-americana Jane Flax. Novamente participaram várias pessoas de diferentes universidades brasileiras apresentando comunicações de pesquisa, além das/dos convidadas/dos das mesas redondas, oriundos/as de universidades brasileiras e de dos movimentos sociais.

16 ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup (Orgas.). *Gênero plural*: um debate interdisciplinar. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

A experiência destes dois eventos fortaleceu o Núcleo como grupo de pesquisa nos anos 2000, bem como os estudos de gênero passaram a ter maior expressão nos Programas de Pós-Graduação aos quais as suas pesquisadoras estavam vinculadas, como os de História, Sociologia e Educação e, a partir de 2010, o Núcleo começou a ofertar anualmente uma disciplina ministrada por pesquisadoras do Núcleo. O processo de institucionalização se iniciou, portanto, pela inserção das professoras do Núcleo nos seus respectivos programas de pós-graduação, pela docência e inclusão da teoria feminista e da problematização do gênero em disciplinas de graduação e de pós-graduação, como também pela orientação de pesquisas em diferentes níveis: iniciação científica, trabalhos de conclusão de graduação, dissertações e teses.

Com o crescimento do número de pesquisadoras do Núcleo ocorrido a partir de meados da década de 2000 o Núcleo começou a expandir sua ação para fora da Universidade, estabelecendo parcerias com o Sindicato dos Professores do Paraná – APP Sindicato – e com a Prefeitura Municipal de Curitiba, oferecendo cursos de capacitação na área de estudos de gênero. Outra decorrência do maior engajamento das professoras foi a contribuição do Núcleo para o processo de internacionalização com dois projetos de cooperação internacional (2009-2011 e 2013-2015) financiado pela CAPES e desenvolvido com as professoras e pesquisadoras cubanas da Universidade de Holguin. Com estes projetos o Núcleo deu uma efetiva contribuição não só para o fortalecimento dos estudos de gênero para a Pós-Graduação na UFPR, mas também em Cuba, tendo em vista a consolidação da área e a ampliação da pesquisa na Universidade de Holguin, que também criou um Núcleo de Estudos de Gênero, tendo em vista que até então os estudos sobre mulheres e gênero estava centralizado na Universidade de Havana.

Na UFPR o processo de institucionalização dos estudos de gênero foi lento, mas bem-sucedido, tendo em vista que o principal objetivo almejado em 1994, que era a criação de um espaço reflexivo e de produção do conhecimento, foi alcançado.[17] Nossos desafios futuros são o fortalecimento

17 Desde a criação do Núcleo até 2015 as pesquisadoras do Núcleo que integram Programas de Pós-Graduação foram responsáveis pela orientação e conclusão de 48 dissertações, 15 teses, 9 trabalhos de especialização, 73 trabalhos de conclusão de curso de graduação, 21 pesquisas de Iniciação Científica e 2 estágios de pós-doutorado, exclusivamente na área dos estudos de gênero. Fonte: CNPQ/ Plataforma Lattes.

da área com a criação de um Instituto de Estudos de Gênero que promova não só eventos, mas formação continuada para cursos de graduação e de pós-graduação e uma política de gênero na universidade, criando estruturas para o enfrentamento da violência de gênero e do assédio sexual.

O desafio político é sem dúvida o mais decisivo, pois a universidade é um espaço de poder recortado a partir de diversos marcadores sociais e culturais. Os estudos feministas e de gênero são, em sua origem, comprometidos com a crítica ao conhecimento, às instituições sociais, à cultura e aos processos de eternização do poder e a universidade é um espaço no qual esse amplo exercício crítico precisa ser constantemente atualizado, pois reproduz em diferentes escalas formas de dominação, hierarquização e discriminação. Espaços acadêmicos como o Núcleo de Estudos de Gênero não podem se permitir encerrar nos debates teóricos fechados sobre si mesmos e nas práticas excludentes das estruturas universitárias, mas devem abrir-se para os movimentos sociais, num salutar debate em torno da produção de conhecimento de múltiplas vias, como também manter-se alerta dentro da instituição universitária e acadêmica para não sucumbir à rotina e jamais silenciar frente aos micropoderes cotidianos e às práticas políticas discriminatórias e excludentes. A institucionalização é irreversível e necessária para os grupos de estudos de gênero, no entanto, trata-se de um processo que exige uma atitude de permanente alerta para superar o desafio da passividade e manter vivas a crítica e a solidariedade.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup (Orgas.). *Gênero plural*: um debate interdisciplinar. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

CARDOSO, Irede. É preciso vigiar o espaço conquistado. *Folha de São Paulo*, 26 de abril de 1981.

LINO, Sonia Cristina da Fonseca Machado. *As ideias feministas no Brasil (1918-1932)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade federal do Paraná, Curitiba, 1986.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Mulheres, luta e poder*: A organização de mulheres em Curitiba (1952-1982). Curitiba: Conselho Municipal da Condição Feminina/ Prefeitura Municipal de Curitiba, 1986. Mimeo.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Mulheres em movimento*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985. p. 9.

Gênero: Categoria/perspectivas e constituição do campo historiográfico

Maria Izilda Santos de Matos

> Desde a caverna a humanidade está dividida em machos e fêmeas, com variações aqui e ali, e que devem ser respeitadas na sua diversidade. De repente é a "ideologia" que ensina você a "escolher" o sexo. Mentira: ninguém "escolhe" o sexo. A palavra "ideologia" deveria ser acompanhada com frases do tipo "o Ministério da Saúde adverte...". A facilidade com a qual deixamos de falar em "sexo" e passamos a falar em "gênero" (sexualidade construída socialmente) revela a superficialidade da ideia... Essas modas pioram as já difíceis relações entre homens e mulheres depois da emancipação feminina. Por exemplo, essas modas dizem aos homens: sejam sensíveis e chorem. O problema é que a sofrida macaca na mulher, assustada ancestralmente com o parto dolorido e arriscado, tende a ser seletiva na vida sexual. De nada serve a ela, nunca serviu, machos que choram...
>
> Gerando um verdadeiro pânico contra a psicologia evolucionista e o macaco no homem e a macaca na mulher... Da próxima vez que você for ao zoológico, olhe no olho de um chimpanzé e veja se não parece haver ali uma alma encarcerada como a sua. Quem tem medo do macaco? (PONDÉ, 2008).

Nas últimas décadas, pesquisas, projetos, debates e ações incorporaram a categoria/perspectiva de gênero, que adquiriu importância nos estudos acadêmicos, nos Estados, agências nacionais e internacionais, sindicatos, partidos e terceiro setor, os quais assumiram esta perspectiva em suas políticas públicas, ações interativas e programas de desenvolvimento social. Apesar de todo este processo, ainda se encontram resistências, como a explícita através da crônica publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, que em tom irônico recusa-se a admitir todo este reconhecimento, afrontando as mudanças que favoreceram a inclusão da perspectiva de gênero e a constituição de um campo de pesquisas.

Tendo em vista situações como esta, é que as reflexões aqui presentes se propõem a recuperar o contexto de surgimento e a trajetória na produção historiográfica da expansão da perspectiva de gênero e a constituição de um campo de investigação, para em seguida focalizar a categoria gênero, destacando suas contribuições para a instauração de novas referências e, por fim, observam-se os impasses e dificuldades na constituição do campo e esboçam-se algumas possibilidades.

TRAJETÓRIAS E DIÁLOGOS

Desde os finais do século XX que se tem passado por experiências transformadoras, cujo ritmo acelerado e o impacto das mudanças foram

novidades até então desconhecidas produzindo novas tensões que se impõem como desafios a serem investigados. Neste quadro de mudanças na sociedade mundializada uma das mais marcantes ocorreu nas relações entre o feminino-masculino, devido ao crescimento da presença das mulheres em múltiplos e diversificados setores. Estas alterações produziram inquietações e levaram à incorporação da categoria/perspectiva de gênero, cujo campo de estudos se instituiu possibilitando descobertas e inovações metodológicas.

Desde os finais da Segunda Grande Guerra, o crescimento marcante da presença-visibilidade feminina inquieta investigadores(as). A partir dos anos de 1960, de forma mais contínua, um número crescente de pesquisas passou a questionar sobre estes "novos" agentes sociais – as mulheres – buscando rastrear suas ações, testemunhos e enfrentaram o desafio de desvendar seu ocultamento no passado.

As análises sobre as mulheres nos escritos acadêmicos se expandiram paralelamente ao crescimento da presença feminina no mercado de trabalho, sua maior escolaridade (inclusive a crescente presença nas universidades), conjugada à ampliação das lutas pela igualdade de direitos e por liberdade ("segunda onda" do movimento feminista nos anos de 1960).

Outro fator da expansão dos estudos que incorporam a mulher e a abordagem de gênero localiza-se no quadro de transformações por que vem passando a historiografia nos últimos tempos, sendo possível afirmar que, por razões internas e externas, estes estudos emergiram da crise dos paradigmas tradicionais, que permitiu a revisão dos instrumentos de pesquisa do historiador. Esta "crise de identidade" levou à procura de outras experiências, revigorando o conhecimento e ampliando abordagens, entre outros aspectos, o questionamento das universalidades, propiciando a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos, entre eles, as mulheres.

No Brasil, desde os anos de 1970, mesmo sob o contexto desfavorável dos governos militares, as temáticas referentes à mulher se impuseram, colocando questões como violência, sexualidade, contracepção, aborto, juntamente com as reivindicações concernentes ao trabalho (as múltiplas jornadas de trabalho) e à cidadania feminina. Somaram-se a estas lutas outros canais de participação feminina, sobretudo na forma dos movimentos por melhores condições de vida. Nos âmbitos dos bairros, creches, escolas e

principalmente nas igrejas, a presença feminina foi marcante, reivindicando condições de saúde, educação, saneamento básico, habitação (carências de uma população excluída do processo de urbanização), além da luta pela anistia. Como os espaços tradicionais de expressão política se encontravam fechados, elas se organizavam em formas alternativas de atuação muitas vezes em torno de uma luta pelo imediato, que as constituíam enquanto sujeitos coletivos e políticos. (SADER, 1989; SOUZA-LOBO, 1991).

Desta forma, na década de 1970, as mulheres "entraram em cena" e se tornaram visíveis ocupando espaços sociais e políticos, na sociedade e na academia, na qual os estudos sobre o feminino se encontravam marginalizados na maior parte da produção. Isso instigou os interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres, descobrindo-as como objeto de estudo, sujeitos da história e agentes sociais. (MATOS, 2003).

Por outro lado, como já dito, as novas tendências historiográficas, emergentes nesse momento, possibilitaram uma abertura para os estudos sobre a mulher, ao ampliarem áreas de investigação ao renovarem a metodologia e marcos conceituais tradicionais, apontando para o caráter dinâmico das relações sociais e modificando os paradigmas estabelecidos. Contudo, a influência mais marcante para essa abertura foi a descoberta do político no âmbito do cotidiano, o que levou a um questionamento sobre as transformações da sociedade, o funcionamento da família, o papel da disciplina e das mulheres, o significado dos fatos, lutas e gestos cotidianos. Assim, a expansão dos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano. (MATOS, 2014).

Nessa perspectiva, o tema do feminino passou a atrair pesquisadores(as), desejosos(as) de ampliar os limites de sua disciplina, permitindo uma abertura de novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, o questionamento da universalidade dos discursos, explorando as experiências de mulheres frequentemente ignoradas ou mencionadas apenas de passagem.

Na produção historiográfica das últimas décadas os estudos sobre a mulher, sua participação na sociedade, na organização familiar, nos movimentos sociais, na política e no trabalho foram ampliados. Tomando vigor pluralista, abrangendo distintas formas de abordagem e conteúdos

variados, o tema adquiriu notoriedade e abriu novos espaços, em particular após a incorporação da categoria gênero.

Não se pretende aqui um levantamento exaustivo e completo desta ampla produção, este levantamento deve ser entendido como um esforço no sentido de sistematizar a reflexão, pontuando algumas questões que parecem ser fundamentais para o debate e para a instauração de novas referências paradigmáticas.

Nos anos de 1970, privilegiaram-se as questões do trabalho feminino, em particular, o fabril. É indiscutível a maior visibilidade do trabalho, por seu papel fundamental para a sobrevivência e pelo fato de ocupar grande parte da vida cotidiana e o seu papel nas plataformas feministas. Todavia, esse privilégio dado ao mundo do trabalho possivelmente se deve ao vínculo inicial destas pesquisas com os estudos sobre o movimento operário e a herança da tradição marxista, mais especificamente da teoria do patriarcado cuja preocupação era identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre as mulheres.[18]

A produção brasileira sobre as mulheres, nos anos de 1980, ampliou e diversificou abordagens analisando aspectos diferenciados. No âmbito da temática do trabalho, além de resgatar o cotidiano fabril, lutas e greves femininas e sua ação-exclusão nos espaços dos sindicatos, procurou-se recuperar as múltiplas estratégias e resistências criadas e recriadas pelas mulheres no cotidiano, bem como a capacidade feminina de explorar as inconsistências ou incoerências dos sistemas sociais e políticos para encontrar brechas, através das quais pudessem sobreviver, se expressar e atuar em movimentos e ações. A maior parte desses trabalhos privilegiou a mulher no espaço urbano, em sua faina para colaborar na manutenção da casa, quando não, provendo sozinha o seu próprio sustento e o da família.

18 BLANCO, Esmeralda. *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1982; FIGUEIREDO, Luciano R. de A. Quitandas e Quitutes. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 54, 1985; LOPES, Eliana S. *Fragmentos da mulher* (dimensão da trabalhadora). Dissertação (Mestrado em História) – Campinas, Unicamp, 1985; PENA, Maria Valéria J. *Mulheres e trabalhadoras*: presença feminina na constituição do sistema fabril. São Paulo: Paz e Terra, 1981; RIBEIRO, Maria Alice R. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1988; SILVA, M. Beatriz N. O Trabalho feminino do Brasil Colonial (1765-1822). In: REUNIÃO SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA (SBPH), 8., 1989, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 1989. p. 47-59.

Nesta mesma década de 1980, para além do tema do trabalho, foram focalizados outros aspectos, como o papel feminino na família, relações vinculadas ao casamento, maternidade, além da educação feminina, disciplinarização, padrões de comportamento, códigos de sexualidade e prostituição, incluindo os movimentos de mulheres e outras lutas femininas, trazendo questões como da violência e saúde; cabendo também mencionar os estudos biográficos de mulheres, algumas notáveis e outras nem tanto, mas que contribuíram para dar luz e voz ao feminino no passado.[19]

Nessa produção, poderes e lutas femininas foram recuperados, mitos examinados e estereótipos repensados. Através de um leque de várias correntes de interpretações, a atuação das mulheres como sujeitos ativos foi recuperada, as imagens de pacificidade, ociosidade e confinação ao espaço do lar foram questionadas, descortinando-se esferas de influência e recuperando os testemunhos femininos.[20]

Contudo, tornava-se necessário, sem esquecer a opressão histórica sobre as mulheres, superar a dicotomia fortemente presente nestes estudos entre a "vitimização" da mulher e a visão de "onipotência" e "rebeldia" feminina, que algumas vezes estabeleceu uma "heroicização" das mulheres e construiu uma análise que apresentava um processo linear e progressista de suas lutas e vitórias.

O crescimento da produção historiográfica permitiu apontar que não se tratava apenas de incorporar as mulheres no interior de uma grande narrativa pronta, quer mostrando que estas atuaram e atuam tanto quanto os homens, quer destacando as especificidades de uma

19 DIAS, Maria Odila Leite da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989; ESTEVES, Martha. *Meninas perdidas*: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; LEITE, Miriam M. *Outra Face do Feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984; LEITE, Miriam Moreira (Orga). *A condição feminina no Rio de Janeiro*: século XIX. São Paulo: Hucitec, 1984; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; SAMARA, Eni de M. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo século XIX. São Paulo: Marco Zero;Secretaria de Estado da Cultura de SP, 1989; SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*: Mulheres pobres e ordem urbana – 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

20 Foram inspiradores para os pesquisadores brasileiros os trabalhos de Natalie Zemon Davis, Michele Perrot, Arlette Farge, Danièle Kergoat, Mary Nash, Donna Haraway, Joan Scott, Louise A. Tilly, Eleni Varikas, Judith Butler, Teresa de Lauretis, Sandra Harding, Marilyn Strathern, entre outras.

"cultura feminina", perdendo-se, assim, o foco sobre a multiplicidade de experiências. Desta forma, buscou-se desfazer noções abstratas de "mulher" enquanto identidade única, a-histórica e essencialista, para reconhecer a diferença dentro da diferença, apontando que mulher não constitui um simples aglomerado. Elementos como cultura, classe, etnia, geração, religião e ocupação devem ser ponderados e intercruzados numa tentativa de desvendamento mais frutífero, evitando generalizações e premissas preestabelecidas.

Após a fase inicial da necessidade de tornar visíveis as mulheres, atrelada a certa obsessão pela denúncia, que teria caracterizado uma primeira geração de pesquisadores (as)[21], abriu-se a possibilidade de se recobrar a experiência coletiva de homens e mulheres no passado em toda a sua complexidade, bem como de se procurar um aprimoramento metodológico que permitisse recuperar os mecanismos internos às tramas de relações entre os gêneros.

GÊNERO: CATEGORIA, PERSPECTIVA[22] E CAMPO DE ESTUDO[23]

Em função das dificuldades anteriormente apontadas e das próprias tensões/transformações nas reivindicações dos movimentos fe-

21 As investigadoras, tanto estrangeiras como brasileiras, priorizaram a utilização de categorias como "mulher" e "condição feminina". (SOIHET; PEDRO, 2007).

22 A perspectiva de gênero que utiliza para a investigação a categoria e outros marcos teóricos de gênero permite observar que as relações de gênero são marcadas por hierarquias e desigualdades de poder (em geral favoráveis aos homens e discriminatórias para com as mulheres) e, como essas disparidades geram efeitos sociais e econômicos, na produção e reprodução, no trabalho, na família, na política e nas artes, estando presente em várias organizações como o Estado, empresas, instituições, academia, entre outras. Esta perspectiva é marcada pela multi, inter e transdisciplinaridade (algumas áreas foram mais receptivas como: antropologia, história, psicologia, educação e serviço social e outras refratárias como a ciência política, a filosofia e a economia). A perspectiva de gênero visa um enfoque globalizado que transversalmente cruza diferentes faixas sociais, etnias, gerações e crenças religiosas, favorecendo a leitura crítica e questionadora; em sua acepção política, se propõe à criação de ações transformadoras no sentido de sinalizar para novas possibilidades nas relações entre homens e mulheres sem hierarquias e discriminações.

23 O Campo de Estudos de Gênero não é exclusivo de análises do feminino, versa sobre um segmento da produção do conhecimento que se ocupa em problematizar as relações entre masculino e feminino, suas relações de poder, ressaltando as desigualdades/exclusões presentes em diversos aspectos das culturas.

ministas[24] que surgiu e se difundiu o gênero como categoria e perspectiva de análise. Nesse sentido, importantes contribuições foram dadas pela arqueologia dos discursos de Foucault, somadas as propostas de desconstrução de Derrida e da psicanálise de Lacan, além das questões postas por novas abordagens historiográficas.

A categoria/perspectiva de gênero reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens, entretanto, comumente ainda é utilizada como sinônimo de mulher, já que seu uso teve maior acolhida entre estudiosas e estudiosos deste tema. A categoria/perspectiva despontou frente às criticas ao conceito/teoria do patriarcado e em face da insuficiência de elementos explicativos da persistência das desigualdades entre mulheres e homens. Por ser considerada mais "neutra e objetiva", tornou-se uma faceta na busca pela legitimidade acadêmica destes estudos.

A categoria gênero é polissêmica e seu delineamento encontra-se envolto em polêmicas; apesar disso, observa-se certa unanimidade em aspectos que a caracterizam como: o reconhecimento do caráter histórico, social e cultural acerca da construção dos papéis, identidades e valores atribuídos a homens e mulheres e internalizados através de processos de socialização.

Por sua característica basicamente relacional, a categoria gênero procura destacar que a construção do feminino e masculino define-se um em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os gêneros, e são, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder.

24 A partir dos anos de 1980, o feminismo passou por toda uma autocrítica: antigas plataformas, como a busca pela igualdade de condições e direitos em relação aos homens e a procura de construção de uma identidade feminina única, foram em parte questionadas, sendo substituídas pela diversidade dentro das lutas femininas. As mulheres penetraram nos movimentos sociais, expressaram suas reivindicações no interior dos partidos, sindicatos e inúmeras outras associações, a diversidade se implantou dentro do próprio movimento feminista, que deixava de ter uma luta una e localizada, as reivindicações pelo direito à diferença superaram a busca pela igualdade e identidade e a perspectiva de gênero se expandiu internamente aos movimentos.

Tendo entre suas preocupações evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, por símbolos e discursos, pela linguagem, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas e políticas.[25]

Cabe lembrar que as referências de gênero estão inscritas nas práticas cotidianas (divisão de espaços, tarefa e instrumentos), nas estruturas mentais (princípios, divisões taxionomias, classificações) e nos corpos (a maneira de fazer uso do corpo e perceber o corpo do outro). (BOURDIEU, 1996).

A categoria gênero encontrou um terreno favorável na produção historiográfica contemporânea, desnaturalizando as identidades e postulando a dimensão relacional. Assim, na década de 1990, os estudos aprimoraram suas estratégias de investigação e diversificaram temas, abordagens e fontes de pesquisa. Algumas temáticas foram priorizadas como a questão da violência, direitos reprodutivos e o imaginário feminino. No final desta década, o crescente interesse das agências de desenvolvimento em ver a nova perspectiva integrada às propostas de financiamento foi um incentivo a mais para sua inserção nas investigações.[26] (BESSA, 1998; BRUSCHINI; COSTA, 1992).

Nos anos de 1990 e na primeira década do século XXI[27] foi o momento de deslanche na formação do campo, em que merecem menção

25 Reconhece-se linguagem como sistema complexo que ordena significados e práticas culturais, a partir do qual as pessoas representam e compreendem o mundo, inclusive quem são elas, enquanto que os discursos são os suportes destes significados, tendo características normativas e encontrando-se plenos de poder. Os significados binários – o positivo versus negativo, masculino-feminino, público-privado, provedor-provida – fazendo da "diferença" uma referência crucial das dinâmicas de poder. (MATOS, 2003).

26 Importante incentivo foi implementado através do programa de dotação da Fundação Carlos Chagas com o apoio da Fundação Ford, que entre 1970-90 realizaram concursos e financiaram projetos e encontros sobre o tema. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, patrocinam editais periódicos de apoio a projetos de pesquisa sobre a temática do feminino e das relações de gênero, e estes editais têm beneficiado muitas investigações de diferentes áreas disciplinares, incluindo a história.

27 Foram publicadas duas coletâneas sobre a temática: DEL PRIORE, Mary (Orga). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto e Edunesp, 1997; PINSKY, Carla B.; PEDRO. Joana M. (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: Contexto, 2012.

os estudos biográficos[28] e a multiplicação de pesquisas que enfrentaram o desafio de recobrar as experiências de homens e mulheres em diferentes perspectivas, períodos e regiões do país[29], recuperando o cotidiano, ações, práticas, resistências e lutas, inclusive, destacando as experiências das mulheres cativas no longo passado escravista (1500-1888).[30]

A expansão destas investigações possibilitou a ampliação do campo, gerou novas indagações, com a descoberta de documentos/fontes, temporalidades, territorialidades e temáticas. As questões da sexualidade, família, casamento, códigos e condutas disciplinares, religião e educação

28 FURTADO, J. F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade*: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Edunesp, 2001; ROCHA, Elaine P. *Entre a pena e a espada*: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1934). Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2002; SIMILI, Ivana G. *Mulher e política*: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Edunesp, 2008; SOIHET, R. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

29 Se inicialmente as investigações se concentravam mais no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, gradativamente, expandiram-se por todo o país, o que pode ser observado pela ampliação das teses e dissertações e das apresentações nos congressos internacionais, nacionais e regionais.

30 BOSCHILIA, R. T. *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos*: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). Curitiba: Artes &Textos, 2010; CANCELA, C. D.; ALVAREZ, M. Luzia; SANTOS, Eunice (Orgs.). *Mulheres e Gênero*: As faces da diversidade. Belém: GEPEM, 2009; COSTA, Suely G. *Metáforas do tempo e o espaço doméstico (RJ, século XIX)*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1996; FAVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra*: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2004; FERREIRA, Eliana R. Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará/1835-1860). Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, 2010; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: UnB, 1993; GRAHAN, Sandra L. *Proteção e obediência*: criadas e seus patrões no RJ, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; GUTIÉRREZ, Horacio; SAMARA, Eni M. Mulheres escravas no Brasil do século XIX. In: NASH, M.; PERROT, M. *Historia de las Mujeres*. Madri: Taurus, 1993. p. 643-62. (v. 4). OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 6, p. 91-113, 1998; MACHADO, M. Conceição A. *Submissão e poder*: mulheres operárias de Caxias do Sul (1900-50). Dissertação (Mestrado em História) – PUC, Rio Grande do Sul, 1993; MATOS, M. Izilda. *Cotidiano e Cultura*. Bauru; EDUSC, 2002; PARENTE, Temis G. *O avesso do silêncio*: vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Ed.UFG, 2005; PETERSEN, Áurea T. *Trabalhando no banco*: trajetória de mulheres gaúchas. Tese (Doutorado em História) – PUC, Rio Grande do Sul, 1999; POSSAS, Lídia M. V. *Mulheres, trens e trilhos*: modernidade no sertão paulista. Bauru: Edusc, 2001; SCHPUN, Mônica Raisa. *Les années folles à São Paulo*: hommes et femmes au temps de l'explosion urbaine (1920-1929). Paris: L'Harmattan, 1997; TRINDADE, Etelvina M. *Clotildes ou Marias*: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996. TRINDADE, Etelvina M.; MARTINS, Ana Paula Vosne (Orgs.). *Mulheres na história*: Paraná – séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997; VIEIRA JR., A. Otaviano. *O Cotidiano do desvio*: defloramentos e adultérios no Ceará Colonial 1750-1822. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo, 1997; WOLFF, Cristina S. *Mulheres da floresta*: uma história do Alto Juruá – Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

feminina se dilataram[31], bem como as análises das múltiplas representações femininas e do seu corpo (na literatura, pintura, música, imprensa, teatro, cinema, publicidade, humor, discurso médico e jurídico).[32]

Aumentaram os cursos e disciplinas oferecidos com a temática/perspectiva de gênero nos Programas de Pós-graduação, bem como tem sido crescente o número de dissertações e teses, que, além de incorporarem as mulheres em um ou mais capítulos, privilegiaram as mulheres e a perspectiva

31 ALGRANTI, Leila M. *Honradas e devotas*: mulheres da Colônia. São Paulo: José Olympio, 1993; BELLINI, L. *A Coisa Obscura*: Mulher, Sodomia e Inquisição no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1989; BORELLI, Andrea. *Matei por amor*: as representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo: Celso Bastos editores, 1999; CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Unicamp, 2000; DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: UnB, 1993; LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997; KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras*: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996; MENEZES, Lená M. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima*: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). Tese (Doutorado em História) – PUC, São Paulo, 2004; OLIVEIRA, Sueli. *Uma colmeia gigantesca*: escola profissional feminina nos anos 1910/20/30. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, São Paulo, 1992; PEDRO, Joana M. *Mulheres honestas e mulheres faladas*: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1998; PUGA, Vera L. Moral e costumes: violências que permeiam o rural e o urbano – Uberlândia, 1960-80. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, UFU, v. 6, p. 43-48, 1999; RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*: Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; SOARES, Luis C. *Rameiras, ilhoas, polacas*. A prostituição no RJ no século XIX. São Paulo: Ática, 1992; ARAÚJO, Claudete Ribeiro. *O masculino e o feminino em Nuno Marques Pereira*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, São Paulo, 1998; BORGES, V. R. Masculinidades, feminilidades e a figura do efeminado em Diva. *OPSIS*: Revista da Unidade Acadêmica Especial História e Ciências Sociais, Catalão, Goiás: UFG, v. 6, p. 44-57, 2006; BUITONI, Dulcina. *Mulher de papel*: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus Editorial, 2009; FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas*. Contradições, ambivalências e violências. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

32 MAIA, Claudia; PUA, Vera (Orgas.). *História das Mulheres e do Gênero em Minas Gerais*. Florianópolis: Mulheres, 2015; MARTINS, Angela M. Roberti. *Pelas páginas libertárias*: anarquismo, imagens e representações de gênero. Tese (Doutorado em História) – PUC, São Paulo, 2006; MATOS, M. Izilda. *Dolores Duran*: experiências boemias em Copacabana dos anos 50. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997; MIGUEL, Raquel. De "moça prendada" à "menina super-poderosa": análise das seções de cartas de leitoras da revista Capricho (1954-2004). *História Unisinos*, v. 12, p. 168-179, 2008; MOTT, M. Lúcia. *Parto, parteiras e parturientes*: Mme Durocher e sua época. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 1998; NUNES, Silvia. *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha*: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; PINSKY, Carla B. *Virando as páginas, revendo as mulheres*: relações homem-mulher e revistas femininas, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; PRACCHIA, Lygia. *Os libertários e os caminhos da emancipação feminina SP-RJ, 1900/30*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo, 1992; SOIHET, R; MATOS, M. Izilda (Orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003; TEDESCHI, L. *A. História das Mulheres e representações sociais*. São Paulo: Curt Nimuendajú, 2008.

de gênero como central. A dificuldade maior em captar a dimensão de processo na constituição do campo está nas publicações, que apesar de crescentes ainda são poucas e se encontram setorizadas. Merecem destaque os periódicos acadêmicos centrados na temática: Revistas *Estudos Feministas, Cadernos Espaço Feminino, Gênero (Revista do NUTEG/UFF), Cadernos Pagú e Labrys Estudos Feministas*, além de vários outros que dedicaram dossiês à questão.[33]

A apresentação de pesquisas nos congressos internacionais, nacionais e regionais cresceu. Foram constituídos GTs (Grupos de trabalho) centrados na temática em associações como a ANPOCS, ANPOLL, ABA, ABRALIC, ABEP, ANPED, bem como em outros *fóruns*. As investigações também se fazem presentes na ANPUH (Associação Nacional de História) na qual foi constituído o Grupo de Trabalho de Gênero (2001), que oferece simpósios temáticos, cursos e mesas de discussões nos eventos regionais e nacionais desta associação. Também se destacam as pesquisas históricas em reuniões científicas como Fazendo Gênero (UFSC, Santa Catarina), entre vários outros eventos.

Da mesma forma, observa-se a difusão dos Núcleos de Estudos da Mulher e/ou de Gênero, com a presença marcante de historiadores. Estes núcleos se articularam nacionalmente através da REDEFEM[34] (Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas), que patrocina eventos e publicações.

GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES, IMPASSES, POLÊMICAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A categoria/perspectiva de gênero possibilitou a ampliação do campo, gerando novas indagações, renovação metodológica e estratégias de pesquisa que, além de questionar os paradigmas tradicionais, colocaram

33 Em 1989, a *Revista Brasileira de História* publicou o dossiê *A mulher no espaço público* (v. 9, n. 18), que pela primeira vez dedicava um volume totalmente a discutir a história da mulher, e na apresentação deixava-se explicito que a publicação visava reparar a exclusão feminina no passado. Somente em 2007 foi que a *Revista Brasileira de História* voltou ao tema num outro dossiê, *História e Gênero* (n. 54, v. 27, p. 281-300).

34 Nesse processo não se pode negar que a emergência do campo se deva em grande parte à crescente presença feminina nas universidades e à sua organização em núcleos de pesquisa e estudo sobre o tema. *Women's studies* e depois os *Gender Studies* foram antecedentes e modelos de interdisciplinaridade. Hoje, no Brasil são mais de 150 Núcleos de Estudos do tema, em grande parte organizados na REDEFEM.

questões inovadoras, enfim, contribuindo para redefinir e ampliar noções tradicionais do conhecimento.

Inicialmente, cabe destacar que a difusão da perspectiva de gênero contribuiu para o questionamento do sujeito universal cedendo lugar a uma diversidade de protagonistas. Também se pode perceber como ganho uma gradual "dessencialização" de homens e mulheres, que nas análises se tornaram mais plurais, além de contribuir para generalizar a ideia de desnaturalização biológica do feminino e masculino.

O método único e racional do conhecimento foi questionado em suas concepções totalizadoras e impositivas, sendo substituído pela multiplicidade de abordagens. Neste sentido, o aporte mais significativo foi o da perspectiva relacional, que se generalizou enquanto referência metodológica, somado à incorporação do desconstrutivismo, da crítica dos poderes e da hermenêutica.

A produção no campo de gênero tem revelado os limites da utilização de certas categorias descontextualizadas, sinalizando a necessidade de estudos específicos que evitem tendências às generalizações preestabelecidas, tendo como preocupação explícita se libertar de conceitos abstratos e universais, restringindo o objeto analisado, trabalhando de forma relacional permitindo assim a descoberta de situações inéditas, outros protagonistas e novas experiências, não no sentido de apontar o excepcional, mas de descobrir o que até então era inatingível por estar submerso.

Tornaram-se preocupações norteadoras do trabalho do pesquisador historicizar os conceitos e categorias (entre elas a própria categoria gênero) construindo-os durante o processo de pesquisa; aceitar a instabilidade das categorias analíticas (constantemente desconstruídas e reconstruídas); observar a transitoriedade dos conceitos e do próprio conhecimento; incorporar as mudanças e descontinuidades, bem como acolher a própria efemeridade das perspectivas, além da historicidade inerente ao processo de conhecimento. (HARDING, 1993).

Os estudos de gênero vão ao encontro de certas tendências que questionam a concepção de evolução linear e progressista do tempo vinculado às leis de mudanças e prognósticos do futuro, levando à descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado

aos hábitos, também do tempo criador, dinâmico e inovador, focalizando o relativo e a multiplicidade de durações. Nuanças, tendências e movimentos passaram a ocupar a atenção dos pesquisadores em lugar da certeza de fatos cronológicos e periodizações específicas, permitindo ver que a própria história dos gêneros não é uma linearidade progressiva.

É indiscutível a contribuição da produção dos estudos de gênero na ampliação das visões do conhecimento, todavia ainda resta muito por ser feito, já que grande parte dos objetos a serem conhecidos ainda está encoberta por evidências inexploradas. Nesse sentido, o campo de gênero reconhece a pesquisa empírica como elemento indispensável para detectar o movimento de constituição dos sujeitos históricos, analisando as transformações por que passaram e como construíram suas práticas cotidianas e ações de luta e resistências.

Neste sentido, não foi tanto a ausência de testemunhos e documentação que gerou ocultamentos, mas a noção de que tais informações não eram de interesse do historiador. (SCOTT, 1989). Dessa forma, procurando transpor o silêncio a que estavam relegados mulheres, homens e suas relações, enfrentou-se o desafio de questionar os documentos tradicionais[35] e trazer à luz uma diversidade de novas fontes, incorporando a legislação, fontes eclesiásticas, médicas, policiais e judiciais, ocorrências, processos-crimes, ações de divórcio, sem esquecer as correspondências, a documentação cartorial e censos, memórias, manifestos, diários, materiais iconográficos. Os jornais, periódicos, imprensa feminina e feminista, canções, provérbios, literatura, cronistas, memorialistas, folcloristas, teatro, cinema, artes plásticas e fotografia foram acionados, bem como a história oral que vem sendo empregada intensamente e de maneira inovadora. Restando o desafio de enfrentar mais a fragmentação do que na ausência da documentação, o que requer uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito, para descortinar experiências ocultas no passado.

O campo dos estudos de gênero vem colocando várias questões em relação à construção do conhecimento; por outro lado, novas abordagens

35 Certos corpos documentais, cujo discurso vincula-se à procura de disciplinarização, precisam ser utilizados com cautela nos estudos de gênero. Tem-se que atentar para a não fragmentação da resistência em relação à subordinação, não transformando os sujeitos da resistência em objetos da subordinação. Por outro lado, cuidar para não atribuir uma força consciente invejável às lutas e resistências femininas, dando-lhes quase uma onipotência, reconstruindo heróis e invertendo mitos.

também renovam os olhares sobre o passado, incorporando a diversidade e a multiplicidade de interpretações. A emergência da História Cultural possibilitou, entre outras várias questões, observar as representações, modos de vida, relações sociais e pessoais, redes familiares e étnicas, vínculos afetivos, ritos e sistemas simbólicos, construção de laços de solidariedade, modos e formas de comunicação e de perpetuação e transmissão das tradições, formas de resistência e lutas, o que propiciou um maior conhecimento sobre as relações entre o feminino e masculino.

O enfoque cultural faz emergir outras experiências coletivas e individuais de mulheres e homens, em particular, de um grande contingente não enquadrado em organizações, propiciando a análise do privado e das esferas de informalidade. Nesse sentido, é importante observar as diferenças de gêneros enquanto construções culturais, linguísticas e históricas, que incluem relações de poder perpassando a cultura e não localizadas exclusivamente num ponto fixo – o masculino. Bem como, investigar os discursos e práticas que garantem o consentimento feminino às representações dominantes e naturalizadas da diferença, o que não exclui a incorporação da dominação às variações, manipulações, táticas, recusas e rejeições por parte das mulheres, complexificando as relações de dominação. (CHARTIER, 1995).

Outrora rejeitada – e até marginalizada –, a perspectiva de gênero passou a ser encarada como uma possibilidade de recuperação de outras experiências, demonstrando que o comportamento, sensibilidades e valores que são aceitos numa sociedade em determinados momentos podem ser rejeitados em outras formas de organização social e/ou em outros períodos. Os estudos de gênero colaboraram para ampliar noções como resistência e experiência, ao questionar a naturalização biológica, essencialização e universalismos, que contribuíram para tornar os sujeitos históricos mais plurais, destacando as diferenças e reconhecendo-as como históricas, sociais e culturais, permitindo perceber a existência de processos diferentes e simultâneos, bem como abrir um leque de possibilidades de focos de análise.

As abordagens de gênero têm revelado todo um universo de tensões e movimentos com potencialidade de confrontos; a transversalidade do gênero deixa entrever formas peculiares de identificação-diferenciação vivenciadas de múltiplas formas. Tais abordagens pretendem perceber

mudanças e permanências, descontinuidade e fragmentação, amplas articulações, infinitas possibilidades dessa trama multidimensional que se compõem e recompõem continuamente.

A politização do privado e a privatização do público são novos desafios à interpretação crítica do pesquisador de gênero e permite a ampliação de questões metodológicas importantes. A politização do processo de conhecimento pressupõe um envolvimento do investigador (sem uma neutralidade prefixada), criando uma sintonia entre o pesquisador e seu objeto de estudo, incorporando ao processo de conhecimento um diálogo crítico entre hipóteses, observações, categorias e arcabouço documental sem um método previamente pronto e fechado. (GADAMER, 1984). Ao lado do engajamento do pesquisador com o presente e da transitoriedade do conhecimento, há a diversidade de interpretações possíveis, a multiplicidade de perspectivas analíticas, que são constantemente refeitas junto aos parâmetros e categorias.

O balanço da produção e a crítica interna permitem visualizar o surgimento de novos desafios no sentido de revelar a pluralidade dos femininos e masculinos. Inquestionavelmente, grande parte da produção privilegiou as experiências das mulheres em detrimento dos homens deixando a sensação de que os homens se constituem num parâmetro extra-histórico e universalizante. Desta forma, permanece o desafio de ampliar os estudos das masculinidades[36] e homossexualidades.

36 ALBUQUERQUE Jr., Durval. *Nordestino*: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste-1920-1940). Maceió: Catavento,2003; GREEN, James. *Além do Carnaval*: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX. São Paulo: UNESP, 2000; MACHADO, M. Conceição A. *Submissão e poder*: mulheres operárias de Caxias do Sul (1900-50). Dissertação (Mestrado em História) – PUC, Rio Grande do Sul, 1993; MACHADO, Vanderlei. A saúde da mulher e a virilidade masculina: imagens de corpo e gênero em anúncios de medicamentos – Florianópolis (1900-1930). *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, v. 7, 2007; MATOS, M. Izilda. *Meu lar é o botequim*: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 2001; MATOS, M. Izilda. No fio do bigode: corpos, sensibilidades e subjetividades. In: RAMOS; Alcides et alii (Orgs.). *Olhares sobre a história*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 92-108; MATOS, M. Izilda. Por uma história das sensibilidades: em foco a masculinidade. *História*: *Questões & Debates*, Curitiba, UFPR, v. 34, p. 45-63, 2001-2002; NAVARRO-SWAIN, Tânia. Entre a vida e a morte, o sexo. *Labrys*: Estudos feministas, Brasília, UNB, n. 10, jun. 2006; OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 6, p. 91-113, 1998; SOUSA, Noélia. Embriaguês e desordem: alcoolismo e masculinidade em Fortaleza nas décadas de 20 e 30 do século XX. In: SOUZA, Simone de; CASTRO NEVES, Frederico de (Org.). *Gênero*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 79-100.

As investigações de gênero superaram temáticas tradicionais, entretanto enfrentam dificuldades em articular estratégias metodológicas vinculadas à teoria feminista e em manter um estreito contato com correntes renovadoras de interpretação. Igualmente difícil de analisar é a relação entre o particular e o geral, de modo que constitui grande desafio para o pesquisador mostrar como os gêneros fazem parte da história, abordá-los de modo mais analítico que descritivo, relacioná-los aos acontecimentos mais conjunturais, estabelecendo relações e articulações mais amplas, inserindo-os na dinâmica das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, o que propicia a reinvenção da totalidade dentro do limite do objeto pesquisado, estimulando-se a elaboração de sínteses que abarquem continuidades e rupturas.

Por outro lado, merece ressalva a discrepância entre a ampliação das investigações e a persistência do *status* marginal das mulheres, que se soma à debilidade dos movimentos feministas contemporâneos e seu descolamento dos estudos acadêmicos. Apesar da atenção dada às lutas das mulheres, resta muito a fazer, em especial, sobre a história do feminismo, procurando recuperar toda a sua historicidade e a diversidade de suas reivindicações. Há que se aprofundar a análise não apenas das experiências masculina e feminina no passado e no presente, mas também da conexão entre história passada e prática atual, procurando manter vivas as crenças de que as construções de gênero não são inertes nem eternas, mas mutáveis e reconstruíveis.

Ao pesquisador resta a tarefa de desnaturalizar as diferenças, procurar desvendar o estabelecimento das hegemonias discutindo com rigor as questões de subordinação/dominação, além de adotar uma perspectiva de gênero – relacional, posicional e situacional –, lembrando que gênero não se refere unicamente a homens e mulheres e que as associações homem-masculino e mulher-feminino não são óbvias, devendo-se considerar as percepções sobre masculino e feminino como dependentes e constitutivas das relações culturais; procurando não essencializar sentimentos, posturas e modos de ser e viver de ambos os sexos.

A perspectiva de gênero, porém, não representa opção para o pesquisador preocupado com um método que pressuponha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade, tal perspectiva impõe dificuldades para definições precisas, exige inventividade e imaginação. São muitos os obstáculos para os

investigadores que se atrevem a enveredar por este campo, que se encontra minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambiguidades, caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e definidos.

Espera-se que os estudos de gênero desestabilizem ainda mais as certezas e amplie as possibilidades de críticas sobre a noção de natureza/essência humana, que o universal masculino (homem, branco, heterossexual, ocidental, classe média) deixe de ser generalizável e identificável como natural, possibilitando o questionamento de clivagens e permitindo a descoberta de outras subjetividades até então pouco visíveis e insondadas, subjetividades múltiplas e não unificadas.

A perspectiva relacional do gênero permite projetar como desafio a transformação das relações desiguais entre homens e mulheres que implicaria em reconstruir as subjetividades (femininas e masculinas). Frente às dificuldades de sustentar esta proposição, destaca-se a importância de investigações e intervenções que busquem questionar e transformar a masculinidade hegemônica[37], ciente que estas mudanças são de longo prazo e podem atravessar gerações.

Dessa forma, os estudos sobre a subjetividade apresentam-se como uma nova fronteira aberta para as investigações, porque problematizam a noção de sujeito universal, valorizam os processos de diferenciação e as configurações assumidas pelas apreensões que os sujeitos fazem de si e dos outros.[38]

Nestas últimas décadas, imagens e enraizamentos foram revistos dando visibilidade aos gêneros e questionando a dimensão de exclusão e

37 A masculinidade hegemônica é sustentada e mantida por grande parte dos homens que se sentem gratificados e usufruem de seus benefícios, mas é também mantida por boa parte das mulheres que consentem com tal hegemonia, já que a masculinidade hegemônica pressupõe a predominância de certa configuração de feminilidade, constrói continuamente ações que criam-recriam e ressignificam, permitindo assim a continuidade e legitimação dos padrões predominantes, num processo que envolve uma luta contínua entre subordinação e resistência. (MATOS, 2001-2002).

38 A subjetividade carrega a noção de "sujeição", criando-se a ideia de que é fabricada e modelada no registro social. O processo de construção de subjetividades convive com a imposição coercitiva de modelos culturais hegemônicos que objetivam moldar e regular, contudo, este processo não se constitui como destino inexorável de serialização de indivíduos, comportando possibilidades de reapropriações, subentendendo sujeitos atuantes aos quais se permitem escolhas (apesar de não serem ilimitadas), possibilidades de enfrentamento e autonomia criativa. (GUATTARI; ROLNIK, 1986; BUTLER, 1990; STRATHERN, 1988; HARAWAY, 1991; ALCOFF, 1998).

silêncio a que estavam submetidos; novos femininos, masculinos e suas relações foram revelados, outras histórias contadas e experiências recuperadas.

O crescimento da produção sobre o gênero, ao contrário de esgotar as possibilidades instaurou debates férteis. O cenário atual encontra-se marcado por divergências de posições, debates e controvérsias promissoras, entre eles a diversidade que envolve a própria categoria gênero, coincidindo com a variedade de correntes da historiografia contemporânea. (BURKE, 1992). Cabe também refletir sobre as repercussões dos estudos de gênero sobre os saberes disciplinares e os efeitos destes saberes sobre o campo dos estudos de gênero.

Se a princípio as ações se concentraram em reparar a exclusão feminina no passado, hoje ainda resta batalhar pela legitimidade do campo frente às resistências dos que se mantém vinculados a paradigmas arcaicos (lembrando da crônica no início deste artigo). Contudo, como antes, estas novas inquietações e questões serão debatidas, os desafios transpostos e novas perspectivas abertas através do exercício da criatividade, sensibilidade e imaginação.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda. Cultural feminism versus post-structuralism: the identity crisis in feminist theory. *Signs*, London, v. 13, n. 3, 1998.

ALGRANTI, Leila M. *Honradas e devotas*: mulheres da Colônia. São Paulo: José Olympio, 1993.

ALBUQUERQUE Jr., Durval. *Nordestino:* uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920-1940). Maceió: Catavento, 2003.

ARAÚJO, Claudete Ribeiro. *O masculino e o feminino em Nuno Marques Pereira*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, São Paulo, 1998.

BESSA, Karla A. Trajetórias do gênero. *Cadernos Pagú*, Campinas, Pagú, v. 1, p. 2-11, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, J. et alli (Org.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BLANCO, Esmeralda. *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1982.

BELLINI, L. *A coisa obscura*: mulher, sodomia e inquisição no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BORELLI, Andrea. *Matei por amor*: as representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo: Celso Bastos editores, 1999.

BORGES, V. R. Masculinidades, feminilidades e a figura do efeminado em Diva. *OPSIS*: Revista da Unidade Acadêmica Especial História e Ciências Sociais, Catalão, Goiás: UFG, v. 6, p. 44-57, 2006.

BOSCHILIA, Roseli. *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos*: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). Curitiba: Artes &Textos, 2010.

BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina (Orgas.). *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

BUITONI, Dulcina. *Mulher de papel*: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História:* novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

BUTLER, Judith. *Gender trouble, feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

CANCELA, C. D.; ALVAREZ, M. Luzia; SANTOS, Eunice (Orgas.). *Mulheres e Gênero*: As faces da diversidade. Belém: GEPEM, 2009.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Unicamp, 2000.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagú,* Campinas: UNICAMP, n. 4. p. 37-47, 1995.

COSTA, Suely G. *Metáforas do tempo e o espaço doméstico (RJ, século XIX).* Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, 1996.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Olympio; Brasília: UnB, 1993.

DEL PRIORE, Mary (Orga.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/ Edunesp, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESTEVES, Martha. *Meninas perdidas*: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra*. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

FAVARO, Cleci Eulália. *Imagens femininas.* Contradições, ambivalências e violências. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

FERREIRA, Eliana R. *Guerra sem fim*: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará/1835-1860). Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, 2010.

FIGUEIREDO, Luciano R. de A. Quitandas e Quitutes. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 54, 1985.

_____. *O avesso da memória*: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: J. Olympio, Brasília: UnB, 1993.

FURTADO, J. F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GADAMER, Hans-Georg. *Truth and method*. New York: Crossroad, 1984.

GRAHAN, Sandra L. *Proteção e obediência*: criadas e seus patrões no RJ, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GREEN, James. *Além do Carnaval*: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica*: Cartografia do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUTIÉRREZ, Horacio; SAMARA, Eni M. Mulheres escravas no Brasil do século XIX. In: NASH, M.; PERROT, M. *Historia de las Mujeres*. Madri: Taurus, 1993. p. 643-662. (v. 4).

HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs and women*. The reinvention of nature. New York: Routledge, 1991.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, v. 1, n. 1, p. 7-32, 1993.

KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras*: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LOPES, Eliana S. *Fragmentos da mulher (dimensão da trabalhadora)*. Dissertação (Mestrado em História) – Campinas, Unicamp, 1985.

LOURO, Guacira. *Gênero, Sexualidade e Educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, M. Conceição A. *Submissão e poder*: mulheres operárias de Caxias do Sul (1900-50). Dissertação (Mestrado em História) – PUC, Rio Grande do Sul, 1993.

MACHADO, Vanderlei. A saúde da mulher e a virilidade masculina: imagens de corpo e gênero em anúncios de medicamentos – Florianópolis (1900-1930). *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, v. 7, 2007.

MAIA, Claudia; PUA, Vera (Orgas.). *História das Mulheres e do Gênero em Minas Gerais.* Florianópolis: Mulheres, 2015.

MARTINS, Angela M. Roberti. *Pelas páginas libertárias*: anarquismo, imagens e representações de gênero. Tese (Doutorado em História) – PUC, São Paulo, 2006.

MATOS, Maria Izilda S. de. Do público para o privado: redefinindo espaços. *Cadernos Pagú*, Campinas, Unicamp, v. 4, p. 97-115, 1995.

_____. *Dolores Duran*: experiências boemias em Copacabana dos anos 50. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *Meu Lar é o Botequim*: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. Por uma história das sensibilidades: em foco a masculinidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, UFPR, v. 34, p. 45-63, 2001-2002.

_____. *Cotidiano e Cultura*. Bauru: EDUSC, 2002.

_____. *Por uma história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: EDUSC, 2003.

_____. No fio do bigode: corpos, sensibilidades e subjetividades. In: RAMOS, Alcides et al. (Orgs.). *Olhares sobre a história*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 92-108.

_____. Por uma história das sensibilidades em foco a masculinidade. *História: Questões & Debates,* Curitiba: Editora UFPR, n. 34, p. 45-63, 2001.

MENEZES, Lená M. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MIGUEL, Raquel. De "moça prendada" à "menina super-poderosa": análise das seções de cartas de leitoras da revista Capricho (1954-2004). *História Unisinos*, Porto Alegre: UNISINOS, v. 12, p. 168-179, 2008.

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz (Orga.). *A condição feminina no Rio de Janeiro* – século XIX. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. *Outra face do feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

MOTT, M. Lúcia. *Parto, parteiras e parturientes*: Mme Durocher e sua época. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 1998.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Entre a vida e a morte, o sexo. *Labrys*: Estudos feministas, Brasília, UNB, n. 10, jun. 2006. Disponível em: <http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-entre_a_vida_ea_morte.pdf.>. Acesso em: 28 ago. 2015.

NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima*: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). Tese (Doutorado em História) – PUC, São Paulo, 2004.

NUNES, Silvia. *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha*: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

OLIVEIRA, Sueli. *Uma colmeia gigantesca*: escola profissional feminina nos anos 1910/20/30. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, São Paulo, 1992.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 6. p. 91-113, 1998.

PARENTE, Temis G. *O avesso do silêncio*: vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: UFG, 2005.

PEDRO, Joana M. *Mulheres honestas e mulheres faladas*: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1998.

PENA, Maria Valéria J. *Mulheres e trabalhadoras*: presença feminina na constituição do sistema fabril. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michelle. Les Femmes, le pouvoir, l'histoire. In: *Une histoire de femmes est-elle possible.* Paris: Rivage, 1984.

PETERSEN, Áurea T. *Trabalhando no banco*: trajetória de mulheres gaúchas. Tese (Doutorado em História) – PUC, Rio Grande do Sul, 1999.

PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Orgas.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla B. *Virando as páginas, revendo as mulheres*: relações homem-mulher e revistas femininas, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PONDÉ, Luiz Felipe. Quem tem medo do macaco? *Folha de S. Paulo,* São Paulo, 25 ago. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2508200817.htm>. Acesso em: ago. 2014.

POSSAS, Lídia M. V. *Mulheres, trens e trilhos*: modernidade no sertão paulista. Bauru: Edusc, 2001.

PRACCHIA, Lygia. *Os libertários e os caminhos da emancipação feminina SP-RJ, 1900/30*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo, 1992.

PUGA, Vera L. Moral e costumes: violências que permeiam o rural e o urbano – Uberlândia, 1960-80. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, UFU, v. 6, p. 43-48, 1999.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Entre a história e a liberdade*: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Edunesp, 2001.

_____. *Os prazeres da noite*: Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Maria Alice R. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1988.

ROCHA, Elaine P. *Entre a pena e a espada*: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1934). Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2002.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena.* São Paulo: Paz e Terra, 1989.

SAMARA, Eni de M. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo Século XIX. São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SCHPUN, Mônica Raisa. *Les années folles à São Paulo*: hommes et femmes au temps de l'explosion urbaine (1920-1929). Paris: L'Harmattan, 1997.

SCOTT, Joan. The problem of invisibility. In: KLEINBERG, Jay (comp.). *Retrieving women's history.* Paris:Unesco/Berg. 1989. p. 5-29.

SILVA, M. Beatriz N. O trabalho feminino do Brasil Colonial (1765-1822). In: REUNIÃO SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA (SBPH), 8., São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 1989. p. 47-59.

SIMILI, Ivana G. *Mulher e política*: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Edunesp, 2008.

SOARES, Luis C. *Rameiras, ilhoas, polacas*. A prostituição no RJ no século XIX. São Paulo: Ática, 1992.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História* [online], São Paulo, ANPUH, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*: mulheres pobres e ordem urbana-1890-1920. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SOIHET, R. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Mulheres, 2006.

SOIHET, R; MATOS, M. Izilda (Orgas.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003.

SOUSA, Noélia. Embriaguês e desordem: alcoolismo e masculinidade em Fortaleza nas décadas de 20 e 30 do século XX. In: SOUZA, Simone de; CASTRO NEVES, Frederico de (Orgs.). *Gênero.* Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 79 -100.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STRATHERN, Marilyn. *The gender of the gift.* California: UCLA Press, 1988.

TEDESCHI, L. *A. História das Mulheres e representações sociais*. São Paulo: Curt Nimuendajú, 2008.

TRINDADE, Etelvina M. *Clotildes ou Marias*: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

TRINDADE, Etelvina M.; MARTINS, Ana Paula Vosne (Orgas.). *Mulheres na história*: Paraná – séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, 1997.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História.* Brasília: UNB, 1982.

VIEIRA JR., A. Otaviano. *O cotidiano do desvio*: defloramentos e adultérios no Ceará Colonial 1750-1822. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo, 1997.

WOLFF, Cristina S. *Mulheres da floresta*: uma história do Alto Juruá – Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

Reflexões e vivências sobre a militância feminista na segunda metade do século XX: Rio de Janeiro/Brasil[39]

Hildete Pereira de Melo

Este artigo expressa as reflexões e vivências da autora sobre sua trajetória no movimento feminista carioca ao longo dos últimos quarenta anos, passando pela militância política na criação e gestão de grupos feministas na cidade do Rio de Janeiro, bem como na atuação acadêmica nos estudos sobre a mulher e no desenvolvimento do campo disciplinar das relações de gênero, discriminações e desigualdades, como atualmente se constitui a agenda científica de gênero e sociedade. Minha vivência como militante e acadêmica deu-se tanto nas organizações feministas que serão relembradas no texto como através da editoria da *Revista Gênero/Universidade Federal Fluminense*, dos cursos ofertados, das orientações de monografias, dissertações e teses acadêmicas. No entanto, o objetivo deste trabalho é revisitar a trajetória dos grupos feministas cariocas nos quais a autora militou e ainda persistentemente permanece ao lado de antigas companheiras feministas ao longo destes tempos e compartilha com alegria o ressurgimento de inúmeros grupos feministas jovens que se espalham pelo Rio de Janeiro (*O Globo*, 2015).

39 A autora agradece a revisão e leitura cuidadosa de Luiza Miriam Martins e Ângela Fontes, embora os erros e omissões sejam de sua inteira responsabilidade.

Por último, acreditamos que estas reflexões sobre a militância feminista do Rio de Janeiro contribuem para visualizar a possibilidade de que esta rebeldia *foi e é* uma fagulha que incendiou todos os países, inclusive o Brasil. Este relato espera contribuir para o atual movimento feminista e que as diferentes estratégias adotadas pelas cariocas/fluminenses e por "todas aquelas" que no território brasileiro lutaram e lutam para assumir o papel de protagonistas políticas possam ser exemplos. Por que em uma sociedade mesmo com nossa rebeldia a população feminina ainda parece destinada à subalternidade? Estas memórias têm, assim, a pretensão de que a leitura desse relato permita que as novas associações feministas nacionais e regionais reflitam sobre seu significado, velhas e novas reivindicações, pontos comuns e divergentes nas suas contestações do império do patriarcalismo. E devemos reconhecer que essa luta é uma luta de todas as mulheres tanto no âmbito internacional como nacional e que esta tem um caráter eminentemente político.

ANOS DE 1970/80: UMA NOVA ONDA FEMINISTA

A explosão nos anos de 1970 do movimento feminista no Brasil deu-se como resultante da convocatória da Organização das Nações Unidas (ONU) para a primeira conferência sobre a situação das mulheres no mundo. Esta realizou-se na cidade do México, em 1975, então intitulado de *Ano Internacional da Mulher*. O Brasil esteve oficialmente presente, porque mesmo sendo anos de chumbo havia vozes feministas que se faziam ouvir na sociedade brasileira, e o governo militar, cioso de cumprir as pautas internacionais e diante da pressão do movimento feminista internacional, enviou uma delegação oficial. Quem eram essas vozes que se faziam ouvir no aparelho do Estado? A antiga Federação pelo Progresso Feminino (FBPF) que datava dos anos de 1920 ainda se reunia regularmente com presença de poucas mulheres, mas a chama feminista ainda permanecia acesa e a doutora Bertha Lutz (1894-1976) continuava ativa tanto socialmente como no meio científico. Num simbolismo especial, o governo militar do Presidente Ernesto Geisel decidiu que o Brasil devia comparecer a essa reunião. Desconhecemos se foi por sugestão do próprio Ministério de Relações Exteriores, do

Chanceler Francisco Antônio Azeredo da Silveira, mas o certo é que numa grande homenagem ao passado de lutas feministas, a doutora Bertha Lutz foi convidada para chefiar a delegação brasileira desse evento.[40]

A realização dessa primeira conferência internacional convocada pela ONU, em 1975, teve um enorme impacto no plano político mundial. Desde o final dos anos de 1960 que as mulheres europeias e norte-americanas provocavam enormes debates e discussões em seus países sobre a opressão feminina e a denunciavam através das consignas: **salário igual para trabalho igual; nosso corpo nos pertence; o privado é político**. Num fogo de rastilho, estas demandas atravessaram os oceanos e contagiaram milhares e milhares de mulheres no mundo inteiro.

No Brasil o silêncio impetrado pelos governos militares se impunha, mas este foi sendo rompido pelas notícias internacionais sobre as marchas feministas realizadas na Europa e nos Estados Unidos, pelas crônicas "inocentes" de Carmem da Silva na revista *Claudia*, que colocava o dedo na ferida da opressão feminina. Pela vinda, em 1971, de Betty Friedan (1921-2006)[41], a convite da Editora Vozes, então dirigida editorialmente por Rose Marie Muraro (1930-2014), responsável pela edição brasileira, houve o lançamento de *Mística Feminina* – Petrópolis: Vozes, 1971 – em São Paulo e no Rio de Janeiro. Junto com Rose Marie Muraro, Betty Friedan foi entrevistada pelo humorista e jornalista Millôr Fernandes para o jornal *Pasquim*. Este jornal satírico fazia grande sucesso naqueles tempos pela oposição velada que fazia aos militares. No entanto, a turma do *Pasquim* era machista e a entrevista foi conduzida de forma provocativa e Betty Friedan perdeu a

40 Cf. a entrevista com a Embaixadora Vera Barroso em 31 de dezembro de 2010 concedida à autora. Esta havia sido designada para acompanhar a delegação brasileira ao evento.

41 Betty Friedan desempenhou um papel fundamental no movimento feminista norte-americano nos anos de 1969 e 1970. Seu livro, *Mística Feminina*, publicado em 1963, descreveu o mal sem nome, as frustrações que vitimavam as mulheres educadas de classe média dos EUA, que as sufocavam nos seus papéis de donas de casa. O livro provocou uma grande polêmica e tornou-se um *best-seller* naquele país e rapidamente ganhou o mundo. Betty Friedan foi uma das fundadoras do National Organization for Women (NOW), associação criada em 1966 para combater o sexismo e defender a igualdade no mundo do trabalho entre mulheres e homens, a licença maternidade e o acesso à contracepção. Em 1969 foi uma das organizadoras do National Association for the Appeal of Abortion Laws, entidade para lutar pelo direito ao aborto nos EUA. Seguramente, com seu livro *Mística Feminina*, Betty conseguiu catalisar a insatisfação das mulheres em relação ao seu lugar na sociedade. (COSTA, 2006).

paciência e jogou o gravador longe. O tom antifeminista dos entrevistadores (entre eles Glauber Rocha, Paulo Francis, Jaguar) predominou na redação final da entrevista e o sarcasmo patriarcal/machista agitou o ambiente carioca e as mulheres reagiram a esse escárnio. A reação mais contundente foi da jornalista Carmen da Silva. Esta, na sua coluna "A arte de ser mulher" da revista *Claudia*, publicada em julho de 1971, com o título "O que é uma mulher livre?", defendeu a seriedade da pesquisa empreendida pela autora, que havia feito centenas de entrevistas com mulheres e especialistas sobre os temas femininos para sua elaboração e finalizava que este não era um livro qualquer, mas um significativo trabalho sobre a submissão feminina.[42]

E as ideias feministas espalharam-se rapidamente e as novas gerações femininas universitárias abraçaram estas ideias. Ainda havia a velha chama feminista das lutas pelo direito ao voto e algumas dessas mulheres ainda estavam vivas e persistentemente continuavam se reunindo nos sábados à tarde.[43] É neste contexto que se deve compreender a atitude do governo brasileiro; o País era moderno e não se negava a discutir a situação das mulheres com a velha e respeitada senhora – Bertha Lutz, um exemplo digno com um passado reconhecido nas lutas feministas brasileiras.

As mulheres brasileiras aproveitaram muito bem esta brecha e sob as asas protetoras da ONU um grupo de mulheres cariocas organizou um seminário sobre a situação das mulheres brasileiras nos salões da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no Rio de Janeiro, intitulado "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira". Este seminário histórico foi organizado por Mariska Ribeiro, Branca Moreira Alves, Elice Muneratto, Maria Luiza Heilbron, Maria Helena Darci de Oliveira, Comba Marques Porto, Kátia de Almeida Braga, dentre outras mulheres, com o patrocínio da ONU e da ABI.[44] O sucesso foi enorme, com o auditório lotado todas as noites e como resultado as mulheres presentes decidiram criar uma entidade feminista – o Centro da Mulher Brasileira – na cidade do Rio de Janeiro, para canalizar toda a insatisfação feminina com a sua condição subalterna na sociedade.

42 Ver o assunto em DUARTE (2006) e MÉNDEZ (2007).

43 Cf. a entrevista de Maria Sabina, uma das últimas presidentes da FBPF, à autora nos anos de 1980.

44 Branca e Mariska faziam parte de um grupo de reflexão feminista e estavam juntas desde 1974. Algumas das integrantes deste grupo tinham vivido nos anos anteriores nos Estados Unidos e voltaram ao Brasil, imbuídas das novas ideias feministas. (GRUPO CERES, 1981).

Juntaram-se às mulheres idealizadoras do seminário na fundação do CMB/RJ outras mulheres, como a jornalista Heloneida Studart (1932-2007), que havia publicado em 1974 um livro de enorme sucesso, *Mulher – objeto de cama e mesa*, pela Editora Vozes; Rose Marie Muraro, a intrépida editora da Vozes; Moema Toscano, professora universitária e feminista desde os anos de 1950 e tantas outras militantes de esquerda ou simplesmente mulheres universitárias desconfortáveis com a situação das mulheres na sociedade e que nestes anos abraçaram a causa feminista. (BANDEIRA; MELO, 2010).

Esta atitude multiplicou-se por outros estados e o primeiro a reagir foi São Paulo, que em outubro do mesmo ano realizou na Câmara Municipal de São Paulo/SP o *Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista*, com representantes de partidos políticos, sindicalistas, feministas e pesquisadoras. A carta-documento assinada por 38 organizações presentes ao Encontro propunha a criação de uma entidade para o desenvolvimento das ideias e reivindicações das mulheres. Em 1976, Albertina Duarte, Carmita Alves de Lima, Marize Egger e Vera Meneg fundaram o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CMDB), este com vinculação partidária semelhante ao CMB/RJ, apenas nos seus estatutos. Ainda no mesmo ano o Sindicato dos Jornalistas organizou o Encontro de Mulheres de São Paulo, uma iniciativa de Rachel Moreno e Neide Abati.

Teve, então, início uma nova fase do movimento de mulheres no Brasil. No entanto, uma lacuna que este trabalho deixa em aberto refere-se à imprensa feminista que explodiu no Brasil desde o final dos anos de 1970: o **Jornal Nós Mulheres**, criado em São Paulo em 1976, o jornal **Brasil Mulher**, que circulou de 1975 até 1980; e em março de 1981 inicia-se a publicação do **Jornal Mulherio**. Este periódico circulou nacionalmente até 1988 e contou com um forte apoio da equipe de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas de São Paulo. Esta publicação foi uma leitura obrigatória das feministas nacionais. Estes foram os principais periódicos que circularam praticamente em todo o território nacional e foram sem sombra de dúvida os mais significativos da imprensa feminista nessas duas décadas. Eram lidos e vendidos por nós militantes, pessoalmente. Todas colaboravam com a divulgação desses periódicos que grupos feministas de outros estados publicavam com tanto esforço. Em outros estados brasileiros a imprensa feminista também emergiu

nesses anos e alguns jornais foram lançados. Em 1981 em Porto Alegre (RS), o jornal *Libertas*; em 1984 em São Paulo, o *Chanacomchana* das feministas lésbicas paulistas e, em 1984, o jornal *Maria Maria*, do grupo baiano Brasil Mulher, de Salvador. No Rio de Janeiro não foi publicado nenhum periódico, apenas o *Sexo finalmente Explícito,* dedicado ao tema da descriminalização, que circulou entre os anos de 1984/87. O objetivo dessas reflexões é apenas narrar esta experiência nas organizações feministas cariocas.

A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA MILITANTE FEMINISTA: O CENTRO DA MULHER BRASILEIRA DO RIO DE JANEIRO

Na segunda metade do ano de 1975 as organizadoras do seminário da ABI incorporaram mais mulheres e instalaram o CMB/RJ numa pequena sala no centro da cidade; seu aluguel foi uma iniciativa da criativa editora feminista Rose Marie Muraro, que silenciosamente fez um projeto para o Ministério da Educação (MEC) através de uma funcionária simpatizante feminista, que providenciou um auxílio monetário para cobrir essas despesas. Este projeto foi sucessivamente renovado por quase duas décadas, até a morte desta funcionária. Rose Marie Muraro nunca revelou nada a respeito deste arranjo e, depois do seu fim, a feminista Moema Toscano responsabilizou-se por este aluguel, até que nos anos de 1993/94 ficou impossível, pois o CMB/RJ estava esvaziado e a sede foi desocupada. Sua documentação foi guardada pela própria Moema e a médica Santinha (Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos), também militante feminista desde a fundação do CMB/RJ em 1975.[45]

No entanto, a efervescência e a rebeldia dos feminismos contaminaram outros segmentos de mulheres e o Movimento de Mulheres pela Anistia organizou-se também no Rio de Janeiro: as cariocas tinham dupla militância na luta pela anistia e também integravam o CMB/Rio de Janeiro. O Centro da Mulher Brasileira, naqueles anos, travava um debate intenso entre ser mais uma associação de mulheres empenhada na conquista pura

45 Cf. entrevista de Maria do Espírito Santo Tavares Santos (Santinha) à autora no dia 03 de julho de 2015.

e simples da democracia política para o País ou desenvolver uma atuação no campo das lutas específicas das mulheres contra a opressão patriarcal e a discriminação originada por esta visão de sociedade. E a convivência entre estas duas concepções era dura, embora não houvesse nenhuma hostilidade entre as duas tendências.

Um aspecto dessa dificuldade residia na nossa origem política, a maioria de nós tinha tido participação política nos anos de 1960 e havia muitas militantes oriundas do movimento comunista. Militantes e remanescentes masculinos deste movimento não viam com bons olhos essa efervescência e hostilizavam sorrateiramente o feminismo. Mas estávamos contaminadas pelas consignas internacionais: nosso corpo nos pertence; o privado é público; salário igual para trabalho igual. Esta postura não impediu que as militantes antes apenas políticas abraçassem a causa feminista e seguiu-se em frente com enorme empolgação. (SOIHET, 2007).

E quem eram estas mulheres? Que vivenciavam tal antagonismo, naquelas tardes de sábados ou em determinadas noites da semana, que se reuniam em exaustivas discussões na sede do CMB e refletiam sobre suas vidas privadas e a da Nação? Ao cabo de dois anos o CMB tinha cerca de 400 associadas e um grupo de 30 a 50 mulheres atuantes no seu dia a dia (PORTO; MELO, 1985). As militantes podiam fazer grupos de reflexão ou simplesmente assistir as reuniões semanais que na prática eram reflexões coletivas sobre o "ser mulher". O CMB era uma organização com uma coordenação eleita para as questões burocráticas e as demais se organizavam em grupos diversos, sem hierarquia nenhuma.

As associadas eram majoritariamente universitárias, advogadas, psicólogas, professoras, economistas. As primeiras trabalharam numa proposta de Código Civil que contemplava a nova concepção igualitária e em 1978 um grupo delas foi ao Congresso Nacional entregar esta proposta. Além das discussões legais sobre família outro tema palpitante relacionava-se ao trabalho feminino. Lembro do debate acalorado sobre a proibição do trabalho noturno das mulheres, com opiniões contrárias a sua revogação e outras favoráveis à mudança. Aquelas que admitiam as mudanças afirmavam que a proibição fechava o mercado de trabalho e que mulheres e homens

podiam exercer sua atividade em qualquer horário e que a proibição reforçava a discriminação.

Outro tema que foi motivo de reflexões no interior do CMB/RJ foi o serviço doméstico remunerado; as trabalhadoras domésticas tinham uma Associação aberta nesses anos na Tijuca/Rio de Janeiro, assim um grupo de mulheres feministas solicitou nesse ano (1978) uma conversa informal com a diretoria da associação, presidida por Maria da Paz (Maria dos Prazeres) e contava também com Nair Jane, Odete, Zica e tantas outras. (MELO, 1989). Qual não foi nossa surpresa com a declaração delas de que o grande problema da profissão era a desvalorização sofrida pelo exercício das atividades domésticas, não tanto com o salário, pois como a maioria delas, nesses tempos, morava toda a semana na casa dos patrões, elas tinham comida, assim o salário não era a questão, mas o desprestígio que cercava este trabalho. Ouvimos caladas este desabafo da presidente da Associação e naquele momento ficou claro que pouco se tinha para oferecer e havia dificuldades para estreitar nossa colaboração. O CMB existia pelo mesmo motivo, todas nós mulheres em graus diferentes éramos vitimadas pela opressão patriarcal.

Alinhavam-se a estes temas em nossas conversas, também mesmo que ainda timidamente, as questões da violência doméstica, espancamentos e humilhações que as mulheres viviam no seu cotidiano familiar. Este tema teve enorme repercussão na segunda metade dos anos de 1970 por alguns assassinatos de mulheres na elite brasileira. O primeiro foi o crime de Búzios/RJ (Ângela Diniz), seguido dos assassinatos em 1980 de Eloísa Ballesteros, em 1981 de Cristel Arvin Johnston e depois de Eliane de Gaumont, todas vitimadas pelos seus maridos ou companheiros. Estes crimes colocaram a violência contra a mulher nas páginas policiais e no dia a dia das mulheres brasileiras. O CMB/RJ foi para as ruas protestar e pedir justiça para estes crimes.[46]

No CMB/RJ o tema da violência doméstica incendiava nossas discussões, além do debate velado sobre os temas da saúde reprodutiva e da proibição ao abortamento. Este último, um tema tabu devido à relação com

46 Cf. entrevista de Maria José de Lima (Zezé) no dia 5 de julho de 2015. Ver também suas memórias em Lima [19-?].

a Igreja Católica, então asa protetora das lutas pela anistia que tínhamos medo de assustar com a defesa do direito das mulheres de interromperem uma gravidez indesejada. Finalmente a anistia foi promulgada em agosto de 1979 e uma enxurrada de mulheres feministas voltaram do exílio e o CMB/RJ nunca mais foi o mesmo.

A chegada das feministas exiladas promoveu um debate vivo sobre os temas candentes da condição feminina, tais como direito ao aborto, violência doméstica, além dos temas relativos ao mercado de trabalho, salários menores, carreiras pela metade, falta de creches. A frágil união do CMB, que vinha se equilibrando, foi rompida no curso da discussão sobre o processo de eleição do seu Colegiado. E as diferenças de concepções explodiram: as "feministas" defendiam a tese da horizontalidade, o que na prática abolia a eleição de uma Coordenação com mandato e as demais militantes intituladas de "políticas" não se conformavam em abandonar o formato de representação que reproduzia o modelo vigente nas organizações sindicais. Numa tumultuada assembleia foi vitoriosa a posição da manutenção da Coordenação e o CMB rachou. Primeiro saiu um grupo que formou o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro e, em 1981, militantes deste grupo organizaram o SOS Mulher, voltado para a luta contra a violência doméstica (SOIHET, 2007, p. 422) e outros grupos com esta mesma temática espalharam-se pelo Brasil. Mas, outras mulheres também romperam com o CMB e novos grupos se constituíram no Rio de Janeiro.

A discussão sobre como se organizar e o que fazer provocou o surgimento de novas facetas do feminismo e teve início a fase mais interessante na construção dos movimentos feministas do Brasil. O que se expressava como um grande "racha", na prática, significou um salto de qualidade, uma afirmação de outro ideário e novas descobertas. Os grupos feministas passaram a se articular não mais em torno de uma genérica proposta de luta contra a discriminação da mulher, mas sim em torno de interesses específicos, trabalhando determinadas temáticas até então inexploradas. Esta ruptura aconteceu em todo o Brasil e o movimento feminista se multiplicou em inúmeros grupos pelo território nacional, mas permaneceu a estratégia de que o mais importante era a organização de lutas por questões temáticas.

Nestes momentos juntavam-se diversos grupos e feministas individualmente para articular as campanhas.

Logo em janeiro de 1980 explodiu no Rio de Janeiro o tema do aborto, sendo que uma clínica havia sido estourada em Jacarepaguá e mulheres, médicos e funcionários haviam sido presos. Fortalecidas pelos debates que travamos no CMB, fomos para as ruas protestar contra essas prisões. Foi a primeira manifestação pelo direito à interrupção de uma gravidez indesejada. Ninguém ousava ser contra e definitivamente esta agenda entrou na luta política das mulheres brasileiras pelo respeito à sua vontade e pela defesa de que a maternidade é uma escolha. Mas, esta tem sido uma bandeira difícil politicamente de sustentar. No entanto, as feministas brasileiras, aos trancos e barrancos, a têm mantido hasteada apesar de todo recrudescimento do debate retrógrado promovido pelas igrejas a respeito do tema.

E feministas de vários matizes se uniram nesta campanha. Do CMB/RJ nasceram grupos que se dedicaram ao tema numa roupagem mais ampla dos direitos sexuais e reprodutivos – como a Casa da Mulher do Rio de Janeiro. Não tinham sede, mas o projeto de discutir estes temas com as mulheres cariocas; panfletos e a realização do filme *Cícera, um destino de mulher*, de Eunice Gutman, baseado na história de Jacilene, menina de 12 anos estuprada pelo padrasto e que não conseguiu, apesar do laudo judicial, fazer um aborto legal na cidade do Rio de Janeiro. (OLIVEIRA; PRADO, 1981). Especificamente para a campanha a cineasta Eunice Gutman rodou o filme *Vida de Mãe é assim mesmo* como instrumento de reflexão sobre o aborto e a maternidade. (COSTA, 2007). Realizou-se também a pesquisa de rua nas bocas do metrô do Rio de Janeiro e nas portas das faculdades para ouvir a opinião da população sobre: uma "mulher deve ser presa por interromper uma gravidez indesejada? Ou seja, praticar um aborto?" Entre 80 e 90% das pessoas ouvidas diziam NÃO. Porque aborto não é uma prática corriqueira, mas é o ato desesperado de uma mulher que não quer, não pode levar a termo aquela gravidez. Sabemos que a respeito dessa questão a pergunta que se faz à população deve ater-se ao problema da criminalização do procedimento e não se você é a favor ou contra o aborto. No entanto, teima-se em enunciar a

questão na sua forma simplista e dessa forma obscurecer a problemática do tema. A prática do abortamento voluntário é a saída para uma gravidez indesejada e não um método contraceptivo.

Entre 1983/85 foram muitas atividades e demandas colocadas pelas mulheres ao Estado brasileiro, havia carência de informações e uma pesquisa sobre o tema foi premiada no II concurso de Projetos de pesquisa da Fundação Carlos Chagas, patrocinado pela Fundação Ford – Sequelas de Aborto, custos e implicações (MELO,1984), com dados do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) para os anos de 1979 e 1980, mostrando que as sequelas de aborto representavam para aqueles anos a terceira causa de internação nas clínicas de obstetrícia e ginecologia do País, assim como a terceira causa de morte materna nessas clínicas. **O triste desse diagnóstico foi que nada mudou até os dias atuais, o aborto continua matando as mulheres**. E a efervescência sobre o tema prosseguia. Entre 1983 e 1985 editou-se o jornal *Sexo finalmente Explícito*, com duração de nove edições trimestrais, e a revista *Impressões* (1987/1993), que tratavam do tema abertamente. (MELO, 1987). O tema do aborto era discutido por todos os grupos feministas de uma forma extremamente ampla na sociedade. E nossa vitória limitou-se a dobrar o Ministério da Saúde, ainda em 1983, em relação ao tema da sexualidade e da reprodução com a elaboração do PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Foi meia vitória; a criminalização do aborto permanecia e ainda permanece na legislação brasileira até os dias atuais.[47]

Também o feminismo negro emergiu por esses tempos e grupos foram organizados em vários estados. No Rio de Janeiro, já em 1978, nasceu um grupo feminista negro: Reunião de Mulheres Negras Aqualtune, no seio do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra no Rio de Janeiro. Uma de suas fundadoras foi a feminista negra Maria Beatriz Nascimento (1942-1995). Em 1980 a professora universitária Lélia Gonzalez (1935-1994), cofundadora do Movimento Negro Unificado, cria o grupo feminista Luiza Mahin junto com a atriz Zezé Motta. Estas mulheres foram responsáveis pela difusão das ques-

47 Reflexões sobre estes temas podem ser lidas no livro *Mulheres em Movimento*, elaborado a partir do seminário Encontro do Movimento das Mulheres do Brasil, realizado no Rio de Janeiro em 1981. Suas organizadoras publicaram suas conclusões no livro citado acima. (IDAC, 1982).

tões raciais no ideário feminista e os grupos feministas de mulheres negras foram espalhando-se pelo território nacional. Foram ativistas desses grupos a Benedita da Silva e Jurema Batista,[48] estas duas mulheres negras que foram eleitas vereadoras, depois deputadas federal e estadual. A trajetória política de Benedita é longeva, ela ainda permanece na atual legislatura como deputada federal pelo PT/RJ, mas já foi eleita senadora e também governou o Estado do Rio de Janeiro quando da renúncia de Anthony Garotinho de quem foi vice-governadora.

Por último cabe registrar a formação do último grupo feminista que ao longo destas décadas foi um ponto de apoio para algumas feministas do Rio de Janeiro e que devido aos trancos e barrancos das nossas vidas foi mantido aceso, mesmo que sua luz fosse tão pouco nítida. Inicialmente chamava-se Grupo Feminista do Rio e depois o nome mudou para Fórum Feminista do Rio de Janeiro. Trata-se de um agrupamento feminista muito diferente dos demais, não tendo se transformado em organização não governamental (ONG) como aconteceu com tantos outros grupos e também não desapareceu. Suas militantes seguiram suas vidas e em paralelo mantiveram um diálogo menor, às vezes maior, ao longo desses anos, mas a chama permanece até os dias atuais. Sua história é esboçada nos itens abaixo dessa narrativa.

A CONTINUIDADE DA MILITÂNCIA FEMINISTA: O FÓRUM FEMINISTA DO RIO DE JANEIRO

No ventre do CMB/RJ nasceram muitos grupos feministas como mostra o relato feito acima. Como narradora deste depoimento e de sua escrita e militante de praticamente todas estas consignas/atividades feministas

48 Uma passagem memorável da efervescência do feminismo negro aconteceu no X Encontro Nacional Feminista, realizado em Bertioga (SP), em 1988, em que as feministas negras do Rio de Janeiro foram em dois ônibus lotados para a cidade do litoral paulista e como alegavam que não tinham disponibilidade financeira para arcarem com os custos de hospedagem do Encontro pleiteavam gratuidade. Mas, o movimento feminista (branco), com financiamento exíguo, barrou a entrada dos ônibus, os quais ficaram estacionados no portão da entrada, e as negociações foram duras. Na volta ao Rio de Janeiro houve um encontro entre os dois grupos intermediado por Benedita da Silva e Lélia Gonçalez para refazer as alianças e afetos entre nós.

e tendo participado do CMB/RJ, como ativista e também membro da sua coordenação por algumas gestões, esta militância tem sido o fio condutor destas reflexões e vivências.

No princípio este grupo intitulava-se Grupo Feminista do Rio e ainda militava no seio do CMB/RJ, mas acabou ganhando autonomia e, nas participações nos processos eleitorais através de elaborações unificadoras da propaganda feminista para as campanhas eleitorais, transformou-se no Fórum Feminista do Rio de Janeiro. Observem que as tensões e diferenças dos feminismos em meados dos anos de 1980 haviam implodido a unicidade do CMB/RJ e essas militantes prosseguiram nos anos seguintes discutindo, participando das campanhas feministas e eleitorais, levando as consignas feministas para a sociedade.

Como foi anunciado acima, primeiro este grupo intitulou-se Grupo Feminista do Rio;[49] boa parte das mulheres era de um grupo menor do CMB/RJ que se chamava "Mulher e Trabalho". Este grupo abrangia economistas, especialistas em direito do trabalho e antigas militantes do velho PCB. O grupo denuncia a invisibilidade que cerca o trabalho das mulheres, porque tanto a sociologia como a economia não reconhecem as atividades dos cuidados com a família, os idosos e doentes e da própria casa como uma função produtiva. E a reivindicação do movimento feminista desde então até os dias atuais tem como bandeira de luta algo fundamental para a reprodução da vida humana. Neste campo os avanços têm se limitado à ampliação da denúncia e dos estudos sobre este campo disciplinar.[50]

Da documentação dos anos de 1980 fica evidente que já em 1985 havia um grupo de mulheres que reivindicavam políticas públicas de gênero no aparelho do Estado, naquele ano dirigido ao município, e este grupo intitulou-se Fórum Feminista do Rio de Janeiro, o qual não se organizou legalmente, mas marcou sua presença no movimento feminista carioca ao longo destes anos. Boa parte dessas mulheres permaneceu ativa nos femi-

49 A referência a este grupo foi obtida pela autora nas suas memórias, mas sobretudo este grupo aparece editando o livro: GOMES, Carmi. *Amor e Opressão*. Rio de Janeiro: Edição Opção, Centro da Mulher Brasileira, Brasil-Mulher, Grupo Feminista do Rio e Coletivo de Mulheres do Rio, [19-?].

50 Ver sobre o tema: MELO, H. P. *Estatísticas de Gênero, IBGE, Estudos & Pesquisas*, n. 33, 2014; Melo, Considera e Sabbato, 2007; Bandeira e Melo, 2013; *Econômica.* Dossiê A perspectiva feminista e os trabalhos sobre usos do tempo, 2010.

nismos e também no grupo. Muitas vezes não se realizava nenhuma reunião ao longo do ano, só com contatos nas horas de crises políticas em relação a políticas feministas. Nos últimos anos a militância cresceu, ficamos mais velhas, aposentadas ou não; o certo foi esta troca aleatória entre vivências e saberes que nos amalgamou e seguramente este contato foi facilitado pela *web*. Não sabemos bem por que, mas voltamos há tempos a nos encontrar mensalmente – vai quem pode – e, lentamente, refizemos nossos contatos e estamos atuantes no cenário político carioca. Nos parágrafos seguintes, a partir da entrevista com Luiza Miriam Martins e das observações da leitura atenta de Ângela Fontes deste texto, a trajetória do grupo será apresentada. É preciso deixar claro que este relato baseia-se muito nas minhas próprias reminiscências e documentação pessoal.

Indubitavelmente o Fórum Feminista do Rio de Janeiro existe desde os anos de 1980, provavelmente na costela do Grupo Feminista do Rio, com a proposta de congregar entidades e mulheres feministas autônomas, no sentido de unificar reivindicações contra a discriminação da mulher e em prol dos seus direitos; esta luta tinha se acirrado e explodido em várias entidades feministas, já no final da década de 1970. Além dos grupos feministas, o movimento sindical e também o partidário haviam fundado entidades de mulheres, isto é, criado departamentos femininos nos sindicatos e também nos partidos políticos. A partir da anistia, em 1979, o leque partidário nacional havia se multiplicado. No entanto, era necessário um espaço permanente que juntasse estes vários e dispersos grupos, tanto políticos como sindicais que eram tolhidos pela legislação sindical e política e necessitavam de ambiente aberto para as reflexões sobre a situação das mulheres. Assim, organiza-se o Fórum Feminista do Rio de Janeiro, uma entidade aberta, livre e que ouvia todas as mulheres, pelo menos este era nosso propósito.

O Fórum cumpriu esse objetivo com muita eficácia. Na primeira década reunia-se com frequência no Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro – Sinpro/Rio, e lotava seu auditório com a participação das mais diferentes mulheres, dos mais diferentes partidos e entidades. As mulheres que participavam das ações do Fórum Feminista militavam no movimento de mulheres do Rio de Janeiro desde a criação da primeira entidade feminista do Rio de Janeiro – Centro da Mulher Brasileira – CMB, assim como

em muitas outras que foram sendo criadas ao longo das décadas de 1970 e 1980, como: Coletivo de Mulheres, SOS Mulher, Sociedade Brasil Mulher, Associação Liberdade Mulher, Nós Mulheres, Associação de Mulheres do Brasil (AMB), Rede Feminista de Saúde e tantas outras, cujos nomes se perderam no tempo. Várias dessas associações e grupos também não existem mais, mas é necessário seu resgate para que a verdadeira dimensão histórica da marcha feminista da segunda metade do século XX seja conhecida pelas novas gerações. Porque nossa história foi construída de tantas anônimas que numa hora ou outra estiveram conosco contando seus problemas, assinando petições, votando em candidatas mulheres nos pleitos eleitorais dos anos de 1980, 1990 e das duas primeiras décadas do século XXI, comparecendo às manifestações e apoiando nossas falas e escritos.

Esta militância das mulheres do Fórum Feminista do Rio de Janeiro esteve na linha de frente da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM (1985) e, no Estado do Rio de Janeiro, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro – CEDIM/RJ (1987), das Delegacias da Mulher – DEAMs, dos Centros Integrados de Atendimento à Mulher em situação de Violência – CIAMs, que ao longo dessas décadas foram sendo implantadas nos espaços municipais e estadual.

Nos dias de hoje, estes equipamentos públicos são de fundamental importância para a continuidade da luta contra a violência à mulher. Além disso, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, as Secretarias e Subsecretarias, tanto estaduais como municipais de Políticas para as Mulheres já integram parte das estruturas de governo do país. Estas têm como objetivo formular e executar as políticas públicas para as Mulheres, em sua maioria assessoradas pelos Conselhos, formados pelo empenho do movimento social e constituídos com a participação de órgãos governamentais. Temos participado do CEDIM/RJ desde a sua criação, sempre com a participação de uma conselheira em todas as suas gestões, como também na gestão executiva da subsecretaria. Esta presença feminista nesse órgão estadual foi na última década apoiado incondicionalmente pela Deputada Estadual Inês Pandeló do PT/RJ que, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de

Janeiro (ALERJ), exerceu uma vigilância tenaz na formulação e execução das políticas para as mulheres naquela subsecretaria.

O ALERTA FEMINISTA: SEU SIGNIFICADO!

Um destaque no nosso trabalho tem sido nossa presença nos processos eleitorais, nos 8 de Março, nas Conferências municipais e estadual ao longo das últimas décadas do Brasil. Esta presença dá-se através da elaboração de um manifesto dirigido aos partidos políticos e candidatos com nossas principais reivindicações e que o Fórum Feminista leva como contribuição para o movimento feminista estadual e local como preliminar de discussão. Como foi que essa prática se estabeleceu ao longo de nossa história?

Embora nosso primeiro registro marque o ano de 1982 como a primeira eleição na qual participamos com um manifesto e este foi preparado pelo Fórum para discussão na plenária do movimento feminista do Rio de Janeiro, não foi elaborada uma proposta de plataforma feminista eleitoral para as eleições daquele ano. No entanto, tenho a convicção de que nas eleições de 1978, ainda no interior do CMB/RJ, havíamos redigido uma plataforma eleitoral que foi intitulada **Alerta Feminista**. Para a redação desta primeira plataforma, várias de nós foram redatoras, mas infelizmente não foi encontrado nenhum exemplar. O que é certo é que este panfleto foi a origem da plataforma que a partir de então é sempre elaborada pelo movimento feminista carioca/fluminense para as eleições, sejam locais, estaduais ou nacionais, e esta é uma prática consagrada pelas mulheres feministas na vivência do processo eleitoral.

No entanto, o primeiro registro de que temos uma cópia refere-se ao ano de 1982, de um panfleto no qual as mulheres do Rio de Janeiro apresentam aos candidatos a cargos executivos e legislativos o **Alerta Feminista**, que contém as principais reivindicações feministas para a construção de uma política pública de combate à discriminação de gênero, cidadã e igualitária. O ativismo nos partidos políticos restringia-se e em janeiro de 1980 surgia o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e as mulheres organizaram o ***PMDB Mulher*** com a direção da deputada estadual de São Paulo Ruth Escobar.

Naquele ano de 1982 disputava-se uma eleição com um leque partidário amplo e se elegiam governadores, senadores e deputados federais e estaduais. Com a vitória de Franco Montoro para governador de São Paulo, de Tancredo Neves para Minas Gerais e de Leonel Brizola para o Rio de Janeiro fez-se uma aliança com estes vitoriosos e os governadores de Minas Gerais e São Paulo criaram Conselhos Estaduais de Defesa da Mulher em seus estados. O caso fluminense foi diferente e mais atrasado, mas do **Alerta Feminista** os partidos políticos que tinham núcleos de mulheres retiraram as demandas compatíveis com as plataformas partidárias. Assim, o **Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Mulher** – seção do Rio de Janeiro elaborou uma proposta de política pública para aquelas eleições. Esta proposta denunciava a exploração da mulher como objeto sexual, demandando a alteração do Código Penal para dar o mesmo tratamento penal do estupro ao crime de atentado violento ao pudor; mais verbas para os projetos e pesquisa para os estudos e a pesquisa sobre a situação da mulher; o cumprimento da lei que assegura trabalho igual e salário igual entre homens e mulheres; o reconhecimento do trabalho da mulher no âmbito da família e no mercado de trabalho; que se garantisse à mulher trabalhadora rural os mesmos direitos assegurados ao homem. No âmbito da saúde, a descriminalização do aborto com garantia de atendimento hospitalar às mulheres que praticarem aborto, sem discriminação. Notem que algumas destas reivindicações foram conquistadas e outras permanecem pendentes nos dias atuais. (PMDB, 1982).

Em 1985 houve eleições municipais e uma plataforma de reivindicações foi elaborada para o município do Rio de Janeiro, intitulada **Alerta Feminista para as Eleições**, e foi assinada pelo Fórum Feminista do Rio de Janeiro. Esse panfleto afirmava:

> Reivindicamos participar da formulação das políticas públicas do município em que vivemos como cidadãs ativas e integrantes desse processo. Não podemos mais aceitar a estrutura municipal dominada pelos homens, como se sua utilização fosse prerrogativa exclusivamente masculina, alijando as mulheres que coparticipantes e cousuárias na utilização de todos os bens, serviços e encargos sociais determinados por estas políticas. [e colocavam]:

> "Mudar é possível, desde que: Dotações orçamentárias sejam destinadas para o atendimento das necessidades específicas da população feminina dentro de cada Secretaria ou órgão municipal. Seja criado um Conselho ou uma Coordenadoria dos Direitos da Mulher, no nível municipal." (ALERTA FEMINISTA PARA AS ELEIÇÕES, 1985, não p.).

Chama-se atenção para a atualidade dos tópicos escritos acima no ano de 1985; estes ainda permanecem como pautas atuais das lutas das mulheres. Reputamos que esta ação que começou timidamente ainda nos anos militares tornou-se uma das ações mais importantes realizadas pelo Fórum Feminista/RJ e foi sua marca ao longo destes anos. Por que a experiência carioca de construir uma plataforma eleitoral – **Alerta Feminista para as Eleições** – propagou-se para várias cidades e estados do Brasil ao longo destas décadas e ainda é ressuscitada no período eleitoral. Por que essa permanência? Esta plataforma – **Alerta Feminista** – defende os direitos de cidadania da mulher, assim como a conquista a cargos proporcionais, como também a paridade no processo eleitoral, via a cota de 50% das vagas nas chapas partidárias nas eleições. Por quê? Uma das nossas principais bandeiras tem sido a participação da Mulher no Poder. O Fórum Feminista do Rio de Janeiro, desde os anos de 1980, vem mobilizando as mulheres do Estado na luta pela conquista a cargos proporcionais. Neste sentido, organizamos seminários e debates para difundir a urgência de uma reforma política que assegure a participação paritária nos cargos eletivos. Não foi por acaso que a origem da atual discussão da reforma política originou-se dessa demanda feminista, que a OAB assumiu como uma premissa importante para a democracia nacional.

Esta plataforma de reivindicações também tem sido o esteio da construção de nossas demandas no combate à discriminação de gênero e racial. Por exemplo, durante o ciclo das Conferências de Políticas para as Mulheres de 2004 a 2011, o Fórum feminista do Rio de Janeiro integrou as Conferências Municipais e Estaduais do Rio de Janeiro e as Nacionais. Estas conferências foram determinantes na formulação das políticas públicas para as mulheres no país. (BANDEIRA; MELO, 2014). Neste aspecto devemos registrar que na última Conferência Estadual (2011), o Fórum foi extrema-

mente atuante tanto na elaboração das propostas para a organização da mesma, como na elaboração dos conteúdos temáticos. Por exemplo, foram propostas nossas o documento sobre a criação da Secretaria Estadual da Mulher, também encaminhado à III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, assim como a nossa avaliação sobre as Conferências.

Por fim, cabe registrar a atuação do Fórum no movimento feminista carioca nas comemorações anuais do Dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher. Juntas, feministas do Rio de Janeiro vão à praça pública denunciar a discriminação de todos os tipos contra as mulheres e reivindicam os direitos das mulheres em todos os aspectos de suas vidas.

UMA HISTÓRIA AINDA EM CONSTRUÇÃO...

Nestes 30 anos de existência, com momentos vivos e momentos apagados, o Fórum Feminista do Rio de Janeiro esteve presente nas ruas tanto no Rio de Janeiro como, algumas vezes, na Capital Federal, escreveu manifestos, cartas, fez protestos, comemorou o dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher – participou de um conjunto de ações que as mulheres feministas do Rio de Janeiro propuseram e têm desenvolvido no âmbito local e estadual e mesmo nas esferas nacional e internacional.

Porque o movimento feminista nacional vivenciado por nós nestas quatro décadas (1975-2015) revolucionou seguramente a sociedade brasileira, seja em relação à sexualidade, mostrando que o corpo das mulheres não pode ser apenas "objeto de desejo", seja na luta pela autonomia econômica e pelo reconhecimento da sua presença no sistema educacional e no mercado de trabalho, embora ainda esteja presente o selo da desigualdade e da precariedade. Estes anos todos mostram que os tempos foram e ainda são duros para a igualdade entre os sexos. É por isto que não se pode abdicar da militância política, em relação ao Fórum Feminista, embora muitas vezes esta tenha sido uma militância individualizada, mas que não deixa de ser uma militância do Fórum presente. Seguramente estivemos e estamos presentes na defesa dos direitos das mulheres e temos contribuído para a construção de uma política igualitária em nossa sociedade, seja na cidade, no Estado, como no Brasil.

Todos os anos, nas manifestações de 8 de março – Dia Internacional da Mulher –, o Fórum Feminista está nas ruas, junto com as outras entidades de mulheres do Rio de Janeiro, para denunciar a discriminação de todos os tipos contra as mulheres, e para reivindicar os direitos das mulheres em todas as áreas, tais como:

- Combate à violência contra a mulher e pela aplicação da Lei Maria da Penha;
- Contra a criminalização do aborto;
- Pela ampliação dos Programas de Atenção Integral à Saúde da Mulher, em todas as fases de sua vida, desenvolvendo ações que possibilitem o Planejamento Familiar e a Educação Sexual para as mulheres, respeitando o seu direito de decidirem se querem ou não ter filhos;
- Pelo atendimento, obrigatoriamente na rede pública de saúde, de todos os Casos de Interrupção da Gravidez, exigindo o cumprimento da lei;
- Pela punição às manifestações de Discriminação contra Mulheres, referentes à raça/etnia, orientação sexual, idade, classe social e deficiência, exigindo o cumprimento da lei;
- Pela criação e/ou ampliação de programas de enfrentamento à Exploração e Turismo Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes;
- Pela promoção de políticas para o enfrentamento ao Preconceito Sexual e Racial nas Escolas, proibindo uma educação diferenciada para meninos e meninas, tanto no processo educativo em sala de aula, como nos livros didáticos;
- Pela igualdade salarial entre homens e mulheres e por políticas de emprego e renda para as mulheres; pela fiscalização, garantindo o cumprimento dos direitos trabalhistas para mulheres trabalhadoras, domésticas e rurais, entre eles o direito ao emprego para mulheres gestantes e/ou com filhos;
- Pela capacitação de agentes das Guardas Municipais com formação específica nas questões de gênero, raça/etnia, homofobia, contra discriminações sociais em geral, para que possam atuar junto à população, como Agentes da cidadania;

- Implantação de uma Reforma Política que contemple a participação equânime de mulheres e homens nas listas partidárias e amplie os recursos às campanhas das mulheres.

A leitura desse rol de reivindicações aparentemente mostra que nada mudou; no entanto, transformações ocorreram na vida das mulheres cariocas e brasileiras, mas o âmago da questão ainda permanece intocável e a igualdade entre os sexos ainda é sonho e luta acirrada das mulheres e das futuras gerações. Porque como foi escrito em 1985, continuamos "denunciando a sociedade patriarcal em que vivemos, como um sistema de valores baseados nas relações desiguais entre homens e mulheres e que determina a supremacia do sexo masculino sobre o feminino. Este sistema é exercido através das Instituições da sociedade e do aparelho do Estado, exprimindo-se assim na atual estrutura do poder político. É essa estrutura de poder que o movimento feminista quer mudar." (ALERTA FEMINISTA PARA AS ELEIÇÕES, 1985). A mudança processa-se talvez de forma lenta para nossos desejos, mas o processo transformador avança e um novo despertar palpita nas escolas e universidades. A luta pela descriminalização do aborto tem sido uma dessas batalhas que ao longo destes anos tem permanecido, ora como fogo de monturo, ora explodindo, como aconteceu no segundo semestre de 2015, diante das ocorrências de mortes de mulheres, em clínicas clandestinas no Rio de Janeiro. Estas mortes chocaram o País e sua repercussão na mídia e nas redes sociais reacenderam a luta no movimento feminista nacional, diante da virulência com que alguns segmentos religiosos *fizeram e fazem* suas colocações na perseguição à liberdade feminina de poder decidir sobre a interrupção de uma gravidez indesejada. E essa postura foi acentuada pela presença na Câmara Federal de uma bancada religiosa (intitulada de bancada da bíblia) que tem proposto projetos de lei que restringem todas as possibilidades da prática de um aborto legal em nosso País (inclusive nos casos de estupro, risco de vida da mulher e anencefalia). Seguramente o feminismo como movimento social continua presente na sociedade, viceja nas redes sociais e contribui para empoderar as novas gerações de mulheres.

REFERÊNCIAS

A CARA da nova geração de feministas. *Revista O Globo*, 26 abr. 2015.

ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Justiça. *Arquivos Privados*: Fundo Hildete Pereira de Melo. Documentação sobre a militância feminista, panfletos, notas, revistas.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e Memórias*: Movimento Feminista no Brasil. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, 2010.

_____. A divisão sexual do trabalho: trabalho doméstico remunerado e a sociabilidade das relações familiares. *Revista Gênero*, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Federal Fluminense, v. 13, n. 2, p. 31-48, 1º semestre de 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema Nacional de Informações de Gênero*: Estatísticas de Gênero. Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, Estudos e Pesquisas, n. 33, 2014.

COSTA, Albertina de Oliveira. Betty Friedan (1921-2006), obituário. *Revista Gênero*, Rio de Janeiro, Niterói, v. 6, n. 2; v. 7, n. 1, p. 17-18, dez. 2006.

COSTA, Suely Gomes. A voz das mulheres: linhas de vida e associativismos feministas. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 437-456.

CUNHA, Cecília. Uma escritora feminista: fragmentos de uma vida: Homenagem a Heloneida Studart. *Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH,CCE, v. 16, n. 1, p. 271 -276, jan./abr., 2008.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 287-293, jan./abr. 2006.

GOMES, Carmi. *Amor e opressão*. Edição Opção, Centro da Mulher Brasileira, Brasil-Mulher, Grupo Feminista do Rio e Coletivo de Mulheres do Rio, Rio de Janeiro, [19-?]. p. 185.

GRUPO CERES. *Espelho de Vênus*: Identidade social e sexual da mulher. São Paulo: Brasiliense. 1981, p. 383.

INSTITUTO DE AÇÃO CULTURAL (IDAC). *Mulheres em movimento*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 234.

LIMA, Maria José de (Zezé). *Minha trajetória no Movimento Feminista e no Serviço Público Brasileiro entre 1975 e 1985*. Rio de Janeiro, [19-?]. Mimeo.

MELO, Hildete Pereira de. Sexo finalmente explícito: retrospectiva de uma experiência. *Impressões*: feminismo e cultura, São Paulo, n. 1, p. 53-60, [19-?].

MELO, Hildete Pereira de. Feminists and domestic workers in Rio de Janeiro. In: CHANEY, Elza M.; CASTRO, Mary Garcia (Eds.). *Muchachas no more* – household workers in Latin America and the Caribbean. Philadelphia: Temple University Press, 1989. p. 245-267.

MELO, Hildete Pereira de (Orga.). Dossiê – A perspectiva feminista e os trabalhos sobre usos do tempo. *Econômica*: Revista da Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 12, n. 1, p. 7-82, jun. 2010.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio M.; SABBATO, Alberto Di. Os afazeres domésticos contam. *Economia e Sociedade*, Campinas, Revista do Instituto de Economia/UNICAMP, v. 16, n. 3, p. 435-454, 2007.

MÉNDEZ. Natália Pietro. Feminismo, imprensa e poder no Brasil contemporâneo. *Métis História & Cultura*, Caxias do Sul, EDUCS, v. 6, n. 12, p. 269-288, jul./dez. 2007.

OLIVEIRA, Cícera Fernandes de; PRADO, Danda. *Cicera*: um destino de mulher, autobiografia duma emigrante nordestina operária têxtil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). *Manifesto Político das Mulheres do PMDB, 1982* (panfleto do PMDB Mulher).

PORTO, Comba Marques; MELO, Hildete Pereira de. Das esperanças no feminismo. *PRESENÇA*: Revista de Política e Cultura, n. 5, p. 59-66, jan. 1985.

SOIHET, Rachel. Feminismos e cultura política: uma questão no Rio de Janeiro dos anos 1970-80. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. (Orgas.). *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 411-436.

Cuestiones de género y desafíos del siglo XXI. Una mirada retrospectiva a 40 años de la I Conferencia Internacional de la Mujer (1975)

Verónica Giordano

INTRODUCCIÓN

En 1975 la Organización de las Naciones Unidas (ONU) convocó a la celebración del Año Internacional de la Mujer. La actividad central fue la Conferencia reunida en México DF entre el 19 de junio y el 2 de julio de aquel año. La misma fue concebida como una oportunidad para dar mayor visibilidad a las mujeres como sujetos con demandas específicas, pero la evidencia muestra que el colectivo mujer (en inglés, notoriamente, en plural: *women*) aglutinó a sujetos que tenían puntos de convergencia pero también sustantivas diferencias. (GIORDANO, 2012b; PIETILÄ, 2007; OLCOTT, 2013).

Poniendo el foco en América Latina, podemos decir que el Año de la Mujer se celebró en contextos de dictaduras institucionales de las Fuerzas Armadas o en países donde aún sin interrupción de la vida democrática vivían situaciones de violencia política (como el mismo México, sobre el cual todavía pesaban las víctimas de la Matanza de Tlatelolco). En cualquier caso, el programa de la ONU sirvió para visibilizar el problema de la desigualdad de género y algunos feminismos, que bajo el paraguas de este organismo internacional, pese a las condiciones nacionales desfavorables, obtuvieron cierta legitimidad para organizarse y levantar consignas emancipatorias.

La II Conferencia sobre la Mujer se realizó en Copenhague en 1980 y la Conferencia Mundial para el Examen y la Evaluación de los Logros del Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer, bajo los ejes Igualdad, Desarrollo y Paz, se hizo en Nairobi en 1985. En América Latina, estas iniciativas transcurrieron en el contexto de la democratización iniciada en los primeros años ochenta, cuando la denominada "crisis de la deuda" puso de manifiesto los límites de los arreglos políticos hasta entonces sostenidos. Así, las condiciones internacionales y nacionales estuvieron dadas para la sanción de algunas de las leyes más importantes reclamadas por las mujeres en el período previo, significativamente, el divorcio vincular, la patria potestad compartida y algunas normativas relativas al ámbito laboral.

Cuando en 1995 se realizó la IV Conferencia Mundial sobre la Mujer en Beijing, la plataforma de acción mostraba una pauta más progresista y ambiciosa, cuyos logros y déficits son los que actualmente están siendo evaluados.

En esta cuarta conferencia se hizo evidente el carácter global de las transformaciones en curso. A fin de evaluar las cuestiones de género y los desafíos que estas entrañan en el siglo XXI, en este capítulo, ofrecemos una mirada histórica de mediana duración sobre tres tópicos: los derechos civiles, los derechos políticos y el derecho penal, en particular en referencia a la legalización del aborto.

LOS DERECHOS CIVILES

En general, a la hora de evaluar los avances en materia de ciudadanía femenina, ha sido prevalente la mirada sobre los derechos políticos, quedando los avances en materia de derechos civiles muy opacados. Cuando se estudia el desarrollo de los derechos de las mujeres desde un punto de vista múltiple, esto es, una mirada de conjunto de los derechos civiles, políticos y sociales, se constata que durante mucho tiempo las mujeres tuvieron el estatuto de *ciudadanas incapaces*. (GIORDANO, 2012a).

En efecto, en varios países de América Latina, las mujeres accedieron al derecho de sufragio sin que concomitantemente accedieran a la capacidad plena para ejercer potestad sobre su persona, sus bienes y sus

hijos. En el Cono Sur, se legisló sobre voto femenino en 1932 en Brasil y Uruguay, en 1947 en Argentina y en 1949 en Chile. Sin embargo, las mujeres fueron reconocidas como sujetos con capacidad civil plena recién en 1946 en Uruguay, en 1962 en Brasil, en 1968 en Argentina y en 1989 en Chile.

Esta circunstancia no fue privativa de los países periféricos. Preocupada por la "minúscula" cantidad de mujeres representantes en la Asamblea Nacional francesa, la historiadora norteamericana Joan Scott (1996, p. 169-170) sostiene que el voto femenino sancionado en 1944 no acabó con el estatus de "segundo sexo" de las mujeres y que durante largo tiempo estas siguieron siendo consideradas como "miembros de familias" sin "libertad económica" y subordinadas al varón. En definitiva, lo que la autora norteamericana pone de relieve es la vigencia del familialismo en la producción de derechos, esto es, esa forma particular de sexismo que supone que los intereses y las necesidades de la mujer y los intereses y las necesidades de la familia son idénticos. (FACIO, 1992).

En América Latina, la cuestión de la democratización de la familia comenzó a problematizarse más profundamente en la coyuntura de democratización política iniciada en los años ochenta y prolongada en los noventa. En efecto, la democratización política trajo consigo la democratización de las relaciones sociales sexuadas. (PECHENY, 2009). Así fue que con la sanción de nuevas Constituciones (Brasil, 1988) o nuevos Códigos Civiles (Paraguay, 1987), o nuevas leyes de Divorcio Vincular (Argentina, 1987) o de Capacidad Civil para las mujeres (Chile, 1989), la noción de la familia como ámbito de exclusivo dominio del varón comenzó a erosionarse.

En la actualidad puede decirse, como señalan Daniel Jones y Juan Marco Vaggione (2012, p. 523), que "desde la década de 1990, la histórica consigna del feminismo *lo personal es político* ha penetrado en la construcción del campo político en América Latina, al lograrse que las formas de regular la sexualidad y la reproducción sean materia de debate público". Esto trajo aparejado una reformulación de la idea de familia, y por ende, de la idea de matrimonio, que primero se tematizó a propósito de las familias "disfuncionales" y la conformación de "otras" formas de vida familiar, distintas del modelo nuclear propio de la modernidad. Con pasos lentos, se fue

avanzando en la aceptación del matrimonio como un instituto que no está exclusivamente normado por el amor romántico.

Así se fue aceptando la posibilidad de romper el vínculo y contraer nuevas nupcias. Al respecto, Chile, un país considerado muy singular en el mapa de América Latina, se destaca por su largamente demorada institución del divorcio vincular. En efecto, fue recién el 7 de mayo de 2004 que el Congreso chileno promulgó una nueva Ley de Matrimonio Civil (Ley nº 19.947) que habilitó el divorcio absoluto en el país. Los gobiernos de la transición (de la dictadura de Augusto Pinochet a la democracia) habían producido otras leyes relativas al Derecho de Familia: sobre violencia intrafamiliar (Ley 19.325 de 1994, derogada por la Ley 20.066 de 2005 que amplía y mejora la normativa); régimen patrimonial del matrimonio (Ley 19.335 de 1994); filiación (Ley nº 19.585 de 1998); delitos sexuales (Ley 19.617 de 1999).

Estas leyes mejoraron sustantivamente la situación de las mujeres en materia de derechos. Pero hasta 2004, nada se había hecho en materia legislativa para permitir la disolución del vínculo conyugal. Las razones de la demora deben buscarse fundamentalmente en el empate dentro de las fuerzas del Partido de la Democracia Cristiana (PDC) que encabezaba el proceso de la transición como parte de la Concertación de Partidos por la Democracia que gobernó hasta hace poco tiempo. (GIORDANO, 2010). Como es evidente, el PDC es un partido vinculado a la Iglesia Católica, que en su línea más tradicional rechazaba la institución del divorcio vincular.

Hasta el año 2004, en Chile, las personas que querían contraer nuevas nupcias sólo podían acudir a la nulidad del matrimonio. El Código Civil de 1857, uno de los primeros de América Latina, definía el matrimonio como "un contrato solemne por el cual un hombre y una mujer se unen actual e indisolublemente, y por toda la vida, con el fin de vivir juntos, de procrear, y de auxiliarse mutuamente" (art. 102). En 1884, el Código tuvo una de las más importantes modificaciones, cuando se sancionó la ley de Matrimonio Civil. Como otras leyes similares de la época, ella contempló el divorcio y estableció cuidadosamente sus causales. Claro está, se trataba de un divorcio que suspendía la vida en común de los cónyuges sin disolver el vínculo matrimonial (separación de cuerpos pero no divorcio vincular o absoluto).

Así, en términos normativos, el matrimonio sólo se disolvía por muerte natural de uno de los cónyuges o por declaración de nulidad del contrato.

Fue este último punto el que, con el tiempo, se impuso como lo que se terminó conociendo como "divorcio a la chilena". La ley de 1884 estipulaba que el contrato matrimonial debía celebrarse ante un Oficial del Registro Civil, en una oficina de la comuna en la que tuviera el domicilio uno de los contrayentes. Desde 1925, por un cambio en la doctrina asumida por la Corte Suprema, los matrimonios pudieron ser declarados nulos aduciendo como causal la incompetencia del Oficial del Registro Civil basada en la falsa o errónea declaración del domicilio de los contrayentes. Esta maniobra fue tan frecuente que operó, de hecho, como un divorcio por mutuo consentimiento. Mayormente, fueron las clases medias y altas del país las que resultaron beneficiadas con este artilugio, fundamentalmente, porque eran ellas que ostentaban el capital cultural y económico para acceder a la Justicia y hacer frente a los costos económicos del trámite.

El proceso legislativo que en 2004 terminó sancionando el divorcio vincular se inició el 28 de noviembre de 1995, cuando se presentó en el Congreso una moción parlamentaria para tratar un proyecto de ley al respecto. Se trataba de una iniciativa del PDC que desató el conflicto latente en el seno del partido. La iniciativa estuvo apoyada por el Partido Socialista, el Partido Por la Democracia y el Partido Renovación Nacional. En septiembre de 1997 el proyecto de ley fue aprobado y enseguida pasó al Senado, donde quedó paralizado hasta el año 2003, cuando el presidente Ricardo Lagos, presidente de la Concertación por el Partido Socialista, que había declarado la necesidad de legislar sobre divorcio durante su campaña electoral, prestó su apoyo para destrabar la iniciativa.

A partir de la consideración del matrimonio como un contrato civil, ahora emancipado del imaginario moderno de amor romántico, se avanzó aún más allá de las consignas de disolución del vínculo conyugal – por su parte, recordemos, consignas de larga data, levantadas desde hacía más de un siglo con la Revolución Francesa y el Matrimonio Civil – y comenzó a permear otras esferas de la vida social en las que se ponía en tela de juicio no solo la idea del amor eterno sino también la del amor heterosexual.

La discusión y eventual legalización del matrimonio entre personas del mismo sexo se inscribe en el proceso arriba descripto de desacralización del matrimonio (matrimonio civil) y aceptación plena de su carácter contractual civil (divorcio vincular). Al respecto, Argentina fue el primer país de América Latina en legislar sobre dicha materia en el nivel nacional, y el segundo en América después de Canadá, en 2010. Con la consigna "los mismos derechos con los mismos nombres", un grupo de activistas luego reunido en la Federación Argentina de Lesbianas, Gays, Bisexuales y Trans (FALGBT), comenzó una lucha cuyo eje era la igualdad de derechos. Las cuestiones más escabrosas se planteaban en torno a la herencia, la pensión, la obra social y más primordialmente la adopción, todas cuestiones que no estaban consideradas en la noción de unión civil (que algunos ya aceptaban a modo de barrera de contención de una transformación más profunda implicada en la noción de matrimonio igualitario).

Como muchos autores coinciden en señalar, la ley sobre Matrimonio entre personas del mismo sexo (Ley nº 26.618) aprobada en 2010 bajo la presidencia de Cristina Fernández de Kirchner fue producto de la convergencia coyuntural de varias estrategias de lucha (en el ámbito legislativo, judicial y mediático) de fuerzas mancomunadas: movimientos sociales y representaciones político-partidarias; y de valores: la igualdad de derechos. (BIMBI, 2010; ALDAO; CLÉRICO, 2010). La consigna "los mismos derechos con los mismos nombres" levantada por los movimientos LGTB encontraba eco en una de las banderas más prominentes del kirchnerismo en el gobierno: "el derecho a la igualdad".[51]

Así lo ilustra el siguiente fragmento del discurso de la legisladora oficialista Liliana Fellner, que defendió la controvertida fórmula de matrimonio civil en los debates en el Senado:

> Seguramente, en esta larga sesión que hoy vamos a tener, escucharemos hablar de muchas cosas. Pero, realmente, de lo que vamos hablar, de la esencia, de lo que finalmente estamos

51 El kirchnerismo es la corriente político-ideológica que se identifica con las transformaciones sociales impulsadas y lideradas por los presidentes Néstor Kirchner (2003-2007) y Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011 y 2011-2015).

> hablando, es de uno de los derechos fundamentales que todos tenemos como personas, que es el *derecho a la igualdad*; del derecho que tenemos como habitantes de este suelo argentino a la igualdad ante las leyes de este Estado, que por otro lado *es un derecho consagrado en nuestra Constitución*, que hemos ratificado a través de una serie de tratados internacionales. (SENADO DE LA NACION ARGENTINA, Diario de Sesiones, 15 de julio de 2010, p. 26).

LOS DERECHOS POLÍTICOS

El sociólogo Goran Therborn (1992) ha identificado tres "olas" de democratización en la historia de la democracia moderna en el mundo. La tercera, que es en la que aquí interesa detenerse, coincide con la caída de los regímenes de partido único de los países comunistas de Europa del Este en 1989-1991. Según el académico sueco, esto marcó el agotamiento del comunismo como vehículo de la modernidad socio-económica (dicho sea de paso: una de las "vías" señaladas en 1966 por Barrington Moore en su *Orígenes Sociales de la Dictadura y la Democracia*). En América Latina, a fines de los años ochenta, en correspondencia con la tercera de "ola" de democratización, se sancionaron las denominadas leyes de cuotas en Argentina (Ley nº 24.012) en 1991 y en Brasil (Ley nº 9.504) en 1997.

La evaluación del avance y los desafíos de América Latina respecto de la igualdad de derechos debe despojarse de miradas que reproducen el colonialismo intelectual. Como antes mostramos en la comparación con Francia, si ponemos en perspectiva histórico-estructural los casos nacionales de América Latina vis-à-vis Europa o Estados Unidos, es evidente no solo que muchos de los avances en materia de igualdad de derechos fueron contemporáneos, sino que en materia de leyes de cuotas (y, como vimos, también en Argentina con el "matrimonio igualitario") Argentina y Brasil fueron países pioneros. Tomando nuevamente el caso de Francia, observamos que allí la ley de paridad se estableció recién en 1999, ante la presión de las mujeres de revertir las bajas posibilidades de acceso a los cargos representativos.

Aunque hoy son trece los países latinoamericanos que aplican leyes de cuotas o de paridad, los avances han sido desparejos y no siempre

con resultados efectivos en el sentido de consolidar la ciudadanía femenina tanto en su dimensión de sufragio como de representación. (ARCHENTI, 2011; VALOBRA, 2010). Pese a todo, el número de mujeres electas en los congresos nacionales ha aumentado y también ha aumentado el número de mujeres en el Poder Ejecutivo. Algunos analistas se han concentrado en criticar estos logros esgrimiendo que algunas de estas mujeres accedieron a sus cargos por motivos coyunturales, lo cual vuelca el argumento hacia la idea de cierta pauta de continuidad con el pasado, según la cual las relaciones familiares resultan más determinantes que los aspectos ciudadanos.

Revisemos el panorama de mujeres en cargos de Presidente en América Latina. Desde los años noventa han ocupado ese cargo (por orden cronológico): Ertha Pascal-Trouillot (presidenta provisional) en Haití entre 1990 y 1991, Violeta Chamorro en Nicaragua entre 1990 y 1997, Rosalía Arteaga en Ecuador en 1997, Mireya Moscoso en Panamá entre 1999 y 2004, Laura Chinchilla en Costa Rica entre 2010 y 2014, Cristina Fernández en Argentina entre 2007 y 2011 y reelecta para un nuevo período hasta 2015, Michelle Bachelet en Chile entre 2006 y 2010 y electa nuevamente para el período 2014-2018 y Dilma Rousseff en Brasil entre 2011 y 2015 y reelecta para un nuevo período hasta 2019.

Es la primera vez en la historia de América Latina (y del mundo) que se suceden expresiones de presencia femenina a cargo del Poder Ejecutivo. En la región, antes solo había habido dos truncas presidencias femeninas: la de Isabel Perón en Argentina (1974-1976) y la de Lidia Gueiler Tejada (presidenta interina) en Bolivia (1979-1980) – ambas depuestas por golpes de Estado que iniciaron las más sangrientas dictaduras en sus respectivos países. Cabe señalar que se trata de dos trayectorias personales muy disímiles. María Estela Martínez de Perón ("Isabelita") era una *outsider* de la política, que acompañó a su esposo en la fórmula presidencial y que asumió la presidencia cuando este falleció. Lydia Gueiler Tejada inició su militancia en los años cincuenta, los años de la Revolución Nacional, y continuó su militancia en los años posteriores. Cuando asumió la presidencia en 1979, era diputada nacional y fue electa por el Congreso en pleno en una situación de crisis e inestabilidad política que desembocó en la sangrienta dictadura de Luis García Meza.

Respecto del ciclo que se abrió en 1990 cabe observar detenidamente el peso de los vínculos familiares y/o del patriarcado en el acceso de las mujeres a la Presidencia. Es cierto que Violeta Chamorro era viuda de Pedro Chamorro – nótese que llevaba el apellido de su marido – y Mireya Moscoso era viuda de Arnulfo Arias. También es cierto que Michelle Bachelet era hija del general Alberto Bachelet, firme opositor de la dictadura, y que Cristina Fernández era la esposa del presidente saliente Néstor Kirchner, y que Dilma fue la señalada por Lula para la sucesión en el ciclo de gobierno del *Partido dos Trabalhadores* (PT). Pero no menos cierto es que estas mujeres construyeron sus perfiles políticos desde una genuina militancia en el seno de movimientos y partidos políticos y que accedieron a altos cargos de gestión en los años previos a su elección en el Ejecutivo nacional.

Es decir, estas tres mujeres contaban con una carrera política firmemente trazada en el momento de asumir sus mandatos. Para el caso de Argentina, aun sosteniendo una visión crítica del supuesto adelanto para las mujeres que las presidencias femeninas entrañan, la politóloga Liliana De Riz (2011, p. 5) destaca que "la carrera política de la presidenta [Cristina Fernández] no se inauguró entonces [con la designación por su esposo y entonces presidente, en tanto variante de reelección conyugal], [sino que] venía de más lejos y se había forjado en cargos electivos, como diputada primero y como senadora, después, a lo largo de los años de la democracia recuperada".

En tres de los casos de la nómina de mujeres presidentas consignada más arriba (Cristina Fernández de Kirchner, Michelle Bachelet y Dilma Rousseff), podemos afirmar que sus ascensos al Ejecutivo estuvieron asociados a contextos en los que se dieron oportunidades históricas.[52] En los tres casos, en efecto, estas candidaturas representaban la continuidad de gobiernos exitosos: el de Néstor Kirchner, el de Ricardo Lagos y el de "Lula", respectivamente.[53]

Con todo, es innegable que la presencia de mujeres en el Poder Ejecutivo es un elemento que por sí mismo es insuficiente para un cambio

52 No nos ocuparemos de las mujeres que ocuparon la presidencia en Bolivia, Haití y Ecuador, pues lo hicieron muy efímeramente: por un período menor a un año.

53 Por su parte, Laura Chinchilla tiene una larga trayectoria pública, pasando por el ministerio de Seguridad del presidente José Figueres Olsen y luego por la vicepresidencia del presidente Oscar Arias Sánchez. La influencia de una figura masculina en su trayectoria no es evidente.

duradero y con perspectivas de profundización de la igualdad de género, como ya muchos análisis se han ocupado de mostrar. Significativamente, el Informe "El salto de la autonomía. De los márgenes al centro" elaborado por el Observatorio de Igualdad de Género de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL) en 2011, sostiene que "uno de los desafíos que enfrentan los mecanismos para el adelanto de la mujer es el de poder seguir avanzando en la institucionalización de la transversalización de género, en el sentido de que el enfoque de género permee profundamente las culturas institucionales más allá de las personas o equipos responsables en cada repartición estatal". (CEPAL, 2011, p. 78).

LOS DERECHOS PENALES

Es evidente que "a pesar del impacto democratizador que significa la llegada de una mujer al Poder Ejecutivo, esto no siempre se expresa en avances sustantivos en la transformación de instituciones políticas que permitan mejorar la calidad de la democracia". (FERNÁNDEZ RAMIL; OLIVA ESPINOSA, 2012, p. 133). Más aún, avances sustantivos en el mejoramiento de la democracia formal (del "juego" democrático en términos electorales) no siempre expresan avances sustantivos en la calidad de la democracia entendida esta como orden social. (ANSALDI; GIORDANO, 2012).

Al respecto, uno de los grandes desafíos del siglo XXI será la transformación de las legislaciones nacionales en pos de la despenalización del aborto. Tanto como la participación política de las mujeres y la igualdad jurídica dentro del matrimonio (para las mujeres), los reclamos sobre la capacidad para decidir sobre el propio cuerpo han sido levantados desde principios de siglo XX.

En la mirada retrospectiva al Año de la Mujer que proponemos en este texto, se puede observar que la Conferencia de 1975 fue un ámbito donde la cuestión del aborto estuvo sobre el tapete, aunque ciertamente de manera oblicua. Paralelamente a la Conferencia convocada por la ONU y reunida en la sede de la Cancillería en Tlatelolco, se reunió la Tribuna de Organizaciones no Gubernamentales, que tuvo lugar en la sede del Instituto Mexicano de Seguridad Social. De la primera instancia participaron los

gobiernos con delegaciones de 113 países (de un total de 130 miembros), y asistieron cerca de 1.200 personas (de las cuales el 73% eran mujeres), es decir, una reunión intergubernamental y no de mujeres estrictamente. (PIETILÄ, 2007). En cambio, de la segunda instancia participaron mayormente Organismos No Gubernamentales y asistentes espontáneos (cerca de 6.000 personas). (FRIEDAN, 1998, p. 440).

A diferencia de la Conferencia, un foro predominantemente masculino, la Tribuna tuvo una participación destacada de activistas feministas. Asistió, por ejemplo, la norteamericana Betty Friedan, detrás de la cual se encolumnaron quienes sostenían que la conquista de la igualdad "no podía esperar" a que se estableciera un "Nuevo Orden Económico", tal como algunas delegaciones nacionales planteaban en la Conferencia. (FRIEDAN, 1998, p. 440).

Para las feministas liberales, levantar la consigna de igualdad significaba defender la igualdad de oportunidades en el trabajo y en la casa, el acceso a la política y al gobierno, pero también la despenalización del aborto. Los gobiernos de los países centrales, con Estados Unidos a la cabeza, coincidían con las feministas en sostener la consigna de igualdad, pues era un argumento más para confrontar con los promotores del "nuevo orden económico", que hacían hincapié en el desarrollo, y con los comunistas, que hacían hincapié en la paz. Pero no había acuerdo respecto de las libertades y derechos reproductivos.

La demanda acerca del derecho a ejercer control sobre el propio cuerpo generó fuertes controversias. Friedan recuerda que esto mismo había surgido en la Conferencia Mundial de Población de Bucarest de 1974 organizada por la ONU, donde la feminista sostiene haberse encontrado con una "curiosa alianza" entre el Vaticano, los países comunistas y los países del Tercer Mundo (especialmente, de América Latina y árabes), contraria a reconocer ese derecho a las mujeres. (FRIEDAN, 1998, p. 441).

Desde aquellos años hasta la fecha, los avances en materia de despenalización del aborto e interrupción de embarazos no deseados han sido sinuosos. En el presente, tres países de América Latina (Cuba, Uruguay, Puerto Rico) y la ciudad de México tienen una legislación que permite el aborto. En Chile, Honduras, Nicaragua, El Salvador y República Dominicana

el aborto está penalizado en todas sus formas, incluso cuando la vida de la mujer está en peligro. En el resto de América Latina, de los 11 países que permiten el aborto bajo alguna causal, hay dos que lo permiten solamente cuando la vida de la mujer está en peligro, según los datos que provee el Informe "El enfrentamiento de la violencia contra las mujeres en América Latina y el Caribe", elaborado por el Observatorio de igualdad de género de América Latina y el Caribe (OIG) de la CEPAL. (CEPAL, 2013-2014, p. 19).

En la actualidad, los debates sobre la fertilización asistida han alimentado ciertas expectativas respecto de la despenalización del aborto. En Argentina, esto ocurrió a propósito de las discusiones planteadas en torno a la sanción de un nuevo Código Civil. El 1 de octubre de 2014, el Congreso aprobó un nuevo Código Civil y Comercial de la Nación, con vigencia desde agosto de 2015. Al calor de las marchas y contramarchas que condujeron a su aprobación se instaló en el debate público el concepto de voluntad procreacional. Este concepto se vio realzado por ser Argentina un país que ya contaba con una ley de matrimonio entre personas del mismo sexo, quienes eventualmente pondrían por delante su derecho a formar una familia. Es que tal como sostienen Mario Pecheny y Rafael de la Dehesa (2010), la sanción del matrimonio igualitario ha constituido un paso crucial en el proceso de disociación de la sexualidad y la reproducción, inaugurando con esto un nuevo ámbito simbólico-real desde donde pensar la cuestión de la familia.

Si bien es cierto, como sostiene la jurista Nelly Minyersky, que no se podía "legalizar el aborto en el Código Civil", porque en tanto delito, el aborto pertenece al campo del Derecho Penal, también es cierto que hablar de voluntad procreacional puede traer consigo una "de-construcción de la idea de maternidad", como sostiene la filósofa feminista Diana Maffía en una entrevista realizada por la periodista feminista Sonia Santoro y publicada en la prensa argentina. (SANTORO, 2012).

Maffía señala un punto clave: el concepto de "voluntad procreacional" refiere a "una libertad interior, una decisión personal, a una racionalidad o a una emocionalidad que maneja la propia persona". Y, agudamente, añade: "también podríamos pensarlo en relación al aborto, si la voluntad procreacional es prioritaria con respecto a la mera biología, entonces la voluntad procreacional de una mujer tendría que ser prioritaria con respecto

a la mera existencia de un embrión. Esa progresión biológica tendría que estar tamizada por si esa mujer o pareja quiere o no quiere ser madre".[54]

No obstante, el rumbo de los acontecimientos mostró el triunfo del conservadurismo por sobre el impulso de transformación. El proyecto que inició el proceso legislativo hacia la sanción de un nuevo Código fue elaborado por una Comisión formada en 2011. Tras una amplia consulta a la sociedad y tras largos debates entre especialistas de diversas disciplinas, el proyecto finalmente entró al Congreso. Poco antes de la votación en el Senado, cediendo ante presiones de la Iglesia católica, dicho proyecto se modificó en un aspecto sustantivo. La noción de inicio de la vida quedó anudada a la de "concepción" (antes se establecía la "concepción en el seno materno", y en los casos de reproducción asistida la "implantación del embrión" en el cuerpo de la mujer). Esto generó manifiestas tensiones. Entre otras cuestiones, afectaba la práctica de técnicas de reproducción asistida (aprobada por Ley 26.862 en junio de 2013). Así, por ejemplo, se ponía en riesgo el congelamiento de embriones o la fertilización in vitro (pues el embrión no implantado no sería considerado persona, algo ya está reconocido y aceptado por tribunales y tratados internacionales de Derechos Humanos).[55]

Convicciones personales de Cristina Fernández de Kirchner, el peso de la Iglesia católica y los costos electorales de una ley fuertemente resistida en toda la región han mostrado ser un límite para una fuerza política como el kirchnerismo, que en otras áreas de la vida social mostró una profunda vocación por el cambio.

Así, la cuestión del aborto sigue siendo un desafío altamente conflictivo incluso para aquellas fuerzas más permeables a transformaciones profundas en cuestiones relativas a la igualdad de género, como las leyes pioneras de Argentina sobre cuotas femeninas en las representaciones en el Congreso de 1991 y sobre matrimonio civil entre personas del mismo género de 2010. Incluso, el extenso debate en ocasión de la sanción del

54 "El Código Civil es el que impone los roles de género", en 8300 web. Cooperativa de trabajo para la comunicación, 11 de mayo de 2012. Disponible en: <http://www.8300.com.ar/2012/05/11/el-codigo-civil-es-el-que-impone-los-roles-de-genero/>. Acceso en: 18 jul. 2015.

55 La Ley 26.862 regula la cobertura médica de las técnicas de reproducción asistida, permitiendo la criopreservación de embriones, en el entendido que el embrión no implantado no es persona, y sí lo sería una vez implantado en la mujer.

nuevo Código Civil en Argentina en 2014 puso sobre el tapete que cualquier paso que quiera darse en pos de la cuestión de la gestación asistida y/o por sustitución sin abordar conjuntamente la cuestión del aborto legal y gratuito es un problema de difícil resolución.

En el Cono Sur, solamente un país tiene una ley que despenalizó la interrupción de embarazos no deseados: Uruguay. Y allí tampoco el proceso fue fácil.

El Código Penal de Uruguay de 1898 castigaba muy duramente la interrupción del embarazo. En 1933, se impulsó una reforma del código por la cual se habilitaba la práctica del aborto en hospitales públicos. Esta norma entró en vigencia en 1934. Se trata de un "misterio" que la investigadora uruguaya Graciela Sapriza (1999) se ha encargado de historizar.

La norma duró muy poco. En 1935, bajo la dictadura civil del colorado Gabriel Terra, un decreto prohibió la práctica de abortos a las instituciones públicas. Por ley nº 9.763, en 1938 se restituyó la figura del aborto como delito. Esta ley estuvo vigente hasta 2012, cuando se inició un proceso legislativo cuyo primer paso se dio en el mes de julio, cuando en la Cámara de Diputados se aprobó la conformación de una Comisión Especial para analizar un proyecto de ley sobre despenalización del aborto que había sido presentado en esa misma Cámara, y continuó con la aprobación con modificaciones de dicho proyecto en el mes de octubre. El margen de votos en el triunfo fue muy escaso: 17 en 31 votos.

La despenalización del aborto en Uruguay fue una lucha de marchas y contramarchas. Además de la fallida experiencia de los años treinta, cabe mencionar lo sucedido en 2002 y los años posteriores. Ese año, la Cámara de Diputados dio media sanción a un proyecto que quedó pendiente de la aprobación en la Cámara de Senadores. Esta Cámara trató dicho proyecto en 2004, pero por 17 votos contra 13, la iniciativa fue finalmente rechazada. En medio de acalorados debates y movilizaciones en la sociedad, en 2007 el Senado trató un nuevo proyecto que bajo el título de "Salud Sexual y Reproductiva" obtuvo media sanción. En él se incluía la cuestión de la despenalización del aborto.

En 2008, el Senado aprobó un proyecto que estaba específicamente enfocado en la legalización de la práctica del aborto y en la eliminación de

las penas que hasta ese momento pesaban sobre quienes voluntariamente interrumpieran el embarazo. Pese a tratarse de un logro de un gobierno de izquierda, el de Tabaré Vázquez del Frente Amplio, que integraba el grupo de los denominados "nuevos" gobiernos "progresistas" de América Latina, el presidente vetó la ley.

Más aún: una vez aprobada la ley que finalmente despenalizó el aborto en 2012, a fines de ese año, el opositor y tradicional Partido Nacional inició una campaña de recolección de firmas con el objetivo de conseguir el aval necesario para convocar a un referéndum para derogar dicha ley. La iniciativa no contó con el número de firmas requerido, pero el episodio es una muestra cabal de las tensiones que se generan en torno a las leyes que habilitan a las mujeres a decidir sobre su propio cuerpo. Se observa una vez más en la historia de Uruguay que este es un país con una larga tradición anticlerical, pero no por ello antirreligiosa. Seguramente, la larga mentalidad del catolicismo es un factor a ponderar en el análisis del curso que tomaron los acontecimientos.

Cabe notar que Uruguay no fue el único país en el que un presidente con una inscripción política de origen "progresista" rechaza la despenalización del aborto. En Nicaragua, el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) derogó la figura del aborto terapéutico votada en 2006 en el Congreso. Aunque hay que subrayar una diferencia significativa entre ambos países. En Nicaragua se ratificó la mencionada derogación a través de una nueva ley penal. En cambio, en Uruguay finalmente sí se ha conquistado el aborto legal.

Otro caso a tener en cuenta es Chile. Hasta 2007, en el país andino el aborto estaba penalizado en todas sus formas, sin excepciones legales. En noviembre de 2006, en la Cámara de Diputados, se había propuesto la despenalización del aborto inducido hasta la 12ª semana de gestación, pero la iniciativa fue rechazada. En enero de 2007, la presidenta Michelle Bachelet firmó un decreto en el que se aprobaba el suministro de la píldora anticonceptiva del día después a mujeres de entre 14 y 18 años sin que para ello fuera necesario el consentimiento de los padres. Pero la medida fue firmemente resistida por el Tribunal Constitucional.

Finalmente, otro caso notable es Ecuador, donde la Asamblea Constituyente y la sanción del nuevo texto constitucional iniciaron un proceso de reestructuración del Estado, pero que no ha incorporado innovaciones respecto de los derechos sexuales y reproductivos. En este caso, cuenta la explícita y explicitada condición de católico practicante del presidente Rafael Correa.

PALABRAS FINALES

En los últimos cuarenta años, las luchas por la igualdad de derechos llevada a cabo por los movimientos sociales englobados en la categoría género, de mujeres, feministas y por la diversidad sexual, han contribuido a develar la "opacidad del Derecho", utilizando como "estrategia central" la "lucha por los derechos". (CÁRCOVA, 1998, p. 42). A lo largo del texto hemos visto cómo se ha avanzado en dichas luchas, desde aquella Tribuna convocada en México en paralelo a la actividad de la Conferencia de la Mujer en 1975, pasando por los movimientos sociales y políticos de la transición a la democracia, que colocaron una agenda de género (fundamentalmente, el divorcio vincular) en la agenda de la democratización (más temprano, como en Argentina; o más tarde, como en Chile), hasta las transformaciones recientes, que han legalizado el matrimonio entre personas del mismo sexo (en Argentina) y el aborto (en Uruguay).

El abordaje que hemos propuesto en este texto, en torno a tres ejes: derechos civiles, derechos políticos y derecho penal, se condice con un enfoque multidimensional e interdisciplinario que hemos alimentado en otros trabajos. (GIORDANO, 2012). Este enfoque está en sintonía con el planteo del Informe "El enfrentamiento de la violencia contra las mujeres en América Latina y el Caribe", elaborado por la Comisión Económica para América Latina (CEPAL), donde se sostiene que "la igualdad es el resultado de una articulación virtuosa entre la independencia económica, los derechos reproductivos, una vida libre de violencia y la paridad en la política" (Observatorio de igualdad de género de América Latina y el Caribe (OIG). (CEPAL, 2014, p. 11).

Desde la Conferencia de México de 1975, considerada piedra angular de las transformaciones recientes en cuestiones de género, hasta la actualidad, el camino ha sido sinuoso. En 1975 la celebración del Año Internacional de la Mujer estuvo presidida por un varón: el Procurador General de México Pedro Ojeda Paullada.

En efecto, el evento no estuvo exento de quejas: "un grupo, en su mayoría, de mujeres periodistas casi estalló ante lo que consideraban una incongruencia de la situación. Un secretario de prensa de la ONU anunció que el presidente de la conferencia estaría disponible para entrevistas después de que *él* fuera electo. – ¿Qué significa *él*?, protestaron las mujeres. – Bueno, quiero decir persona, contestó el confundido secretario. – OK, llamémosle *it* [en inglés tercera persona del singular, neutra]. Ciertamente, *it* resultó ser un varón: Pedro Ojeda, el Procurador General de México". (TIME MAGAZINE, 30 June, 1975).

Recordar este aspecto crítico no significa negar el peso de la lucha de los organismos multilaterales por la conquista de derechos para las mujeres. De hecho, las conferencias organizadas por la ONU, que mencionamos más arriba, fueron un eslabón importante en la cadena explicativa. Pero si se pone el foco en los avances en los niveles nacionales, sin duda la convergencia de movimientos sociales, procesos políticos y procesos legislativos, que otorgaron mayores grados de igualdad a las mujeres y los varones en el seno de la familia, las leyes de cuotas en el ámbito de la participación política y las leyes relativas a la reproducción, han sido factores cruciales en el camino hacia el reconocimiento de la igualdad de derechos con perspectiva de género. (HTUN; PISCOPO, 2010).

Desde entonces hasta hoy, podemos decir que el balance es positivo, pero los desafíos son grandes. Como hemos afirmado en otro lado (ANSALDI; GIORDANO, 2012), en los últimos años, América Latina ha sostenido una singular etapa – para la mayoría de los países latinoamericanos, sin precedentes – de continuidad jurídico-política del régimen democrático. Empero, continuidad jurídico-política no ha sido sinónimo de consolidación. La historia reciente muestra que la estabilidad de la democracia política como indicador de su consolidación es un concepto limitado.

En el afán de consolidar la democracia, es alentadora la profundización del proceso de ampliación de derechos. El empoderamiento de la sociedad a partir de leyes ya conquistadas y la movilización de muchos sujetos colectivos en torno a ellas es un coeficiente histórico nada desdeñable de cara al futuro. Pero todavía hay desafíos grandes por afrontar.

Sin duda, el derecho a decidir sobre el propio cuerpo ha llevado gran parte de la atención en las últimas décadas. En sociedades como las latinoamericanas, con fuerte peso de la Iglesia católica, la liberalización de las leyes que penalizan el aborto ha sido uno de los aspectos más rezagados. Los procesos de transición convirtieron el reclamo sobre la despenalización del aborto en una aspiración democrática (cuando antes era planteado en términos de salud pública). Sin embargo, pocos fueron los avances firmes en este sentido.

Otra cuestión que ha sido muy rezagada es la de la violencia contra la mujer, sobre la cual solo diremos unas palabras a modo de corolario del trayecto trazado en este texto.

En el nivel internacional, tras la celebración de la Primera Conferencia Mundial sobre la Mujer de 1975, y en el marco del declarado Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer (1975-1985), en 1979, la Asamblea General de la ONU aprobó la Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer. Y en 1993, la Conferencia Mundial de Derechos Humanos de la ONU, reunida en Viena, reconoció por primera vez la violencia contra las mujeres y la discriminación por género como violaciones a los derechos humanos.

En América Latina, en la medida en que los diferentes países se fueron democratizando, fueron suscribiendo la mencionada Convención de 1979. Asimismo, en junio de 1994, por iniciativa de la Comisión Interamericana de la Mujer (CIM), se aprobó la Convención Interamericana para Prevenir, Erradicar y Sancionar la Violencia contra la Mujer, que se conoce como Convención de Belem do Pará.

Estos marcos, efectivamente, han servido para que nuestros países se dicten leyes que apunten a erradicar la violencia contra las mujeres. Pero las mismas no siempre han tenido los efectos esperados.

En materia de violencia de género la deuda todavía es grande. Y esto porque el diseño de normas no ha estado acompañado de políticas públicas y creaciones institucionales en condiciones de garantizar su efectiva aplicación. Como señala el Informe 2014 del Observatorio de Género de la CEPAL antes citado, estas normas "por lo general, se concentran en el castigo de los agresores, sin atender los factores que permiten la continuidad de la violencia y la ausencia de medidas integrales para modificar la cultura de violencia existente". (CEPAL, 2014, p. 83).

Modificar la cultura: el gran desafío.

REFERENCIAS

ALDAO, Martín; CLÉRICO, Laura (Coords.). *Matrimonio igualitario*. Perspectivas sociales, políticas y jurídicas. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. *América Latina*. La construcción del orden. Buenos Aires: Ariel, 2012.

ARCHENTI, Nélida. La paridad política en América Latina y el Caribe. Percepciones y opiniones de los líderes de la región. *Serie Mujer y Desarrollo*, CEPAL, n. 108, noviembre, 2011.

BIMBI, Bruno. *Matrimonio igualitario*. Intrigas, tensiones y secretos en el camino hacia la ley. Buenos Aires: Planeta, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1.° de outubro de 1997.

CÁRCOVA, Carlos. *La opacidad del derecho*. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). El salto de la autonomía. De los márgenes al centro. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe (OIG). *Informe anual 2011*, Santiago de Chile: CEPAL, 2011.

_____. El enfrentamiento de la violencia contra las mujeres en América Latina y el Caribe, Observatorio de igualdad de género de América Latina y el Caribe (OIG). *Informe anual 2013-2014*, Santiago de Chile: CEPAL, 2014.

CHILE. *Código civil de la República de Chile*. Santiago de Chile: Imprenta Nacional, 1856. (vigente desde el 1 de enero de 1857).

CONGRESO DE LA NACIÓN ARGENTINA. Ley 24.012. Sobre Cupo Femenino. *Boletín Oficial de la República Argentina*, Buenos Aires, promulgada el 29 de noviembre de 1991.

CONGRESO DE LA NACIÓN ARGENTINA. Ley 26.618. Sobre Matrimonio Civil entre personas del mismo sexo. *Boletín Oficial de la República Argentina*, Buenos Aires, promulgada el 21 de julio de 2010.

_____. Ley 26.862. Sobre Acceso integral a los procedimientos y técnicas médico-asistenciales de reproducción médicamente asistida. *Boletín Oficial de la República Argentina*, Buenos Aires, promulgada el 25 de junio de 2013.

CONGRESO NACIONAL DE CHILE. Ley 19.325. Sobre Violencia Intrafamiliar. *Diario Oficial de la Republica de Chile*, Santiago de Chile, promulgada el 19 de agosto de 1994.

_____. Ley 19.335. Sobre Régimen de participación en los gananciales. *Diario Oficial de la Republica de Chile*, Santiago de Chile, promulgada el 12 de septiembre de 1994.

_____. Ley 19.585. Sobre Filiación. *Diario Oficial de la Republica de Chile*, Santiago de Chile, promulgada el 13 de octubre de 1998.

_____. Ley 19.617. Sobre Delito de Violación. *Diario Oficial de la Republica de Chile*, Santiago de Chile, promulgada el 2 de julio de 1999.

_____. Ley 19.947. Sobre Matrimonio Civil. *Diario Oficial de la Republica de Chile*, Santiago de Chile, promulgada el 7 de mayo de 2004.

_____. Ley 20.066. Sobre Violencia Intrafamiliar. *Diario Oficial de la Republica de Chile*, Santiago de Chile, promulgada el 22 de septiembre de 2005.

DE RIZ, Liliana. Democracia y elecciones en América Latina. *Revista Gobernanza*, Barcelona (España), Asociación Internacional para la Gobernanza, la Ciudadanía y la Empresa, n. 25, p. 1-7, diciembre 2011.

FACIO, Alda. *Cuando el género suena cambios trae (una metodología para el análisis de género del fenómeno legal.* San José de Costa Rica: Instituto Latinoamericano de las Naciones Unidas para la Prevención del Delito y el Tratamiento del Delincuente, 1992.

FERNÁNDEZ RAMIL, María de los Ángeles; OLIVA ESPINOSA, Daniela. Presidentas latinoamericanas e igualdad de género: un camino sinuoso. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 240, p. 119-133, 2012.

FRIEDAN, Betty. *It changed my life*: writings on the Women´s Movement. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1988.

GIORDANO, Verónica. Los derechos civiles de las mujeres en América Latina, 1804-2004. In: ANSALDI, Waldo; FUNES, Patricia; VILLAVICENCIO, Susana (directores). *Bicentenario*: otros relatos. Buenos Aires: Ediciones del Puerto, 2010. p. 231-252.

_____. *Ciudadanas incapaces*. La construcción de los derechos civiles de las mujeres en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay en el siglo XX. Buenos Aires: Teseo, 2012a.

_____. La celebración del Año Internacional de la Mujer en Argentina (1975). Acciones y conflictos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 20, n. 1, p. 75-94, 2012b.

_____. De "ciudadanas incapaces" a sujetos de "igualdad de derechos". Las transformaciones de los derechos civiles de las mujeres y del matrimonio en Argentina. *Revista Sociedad*, Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales, UBA, n. 33, p. 21-38, 2014.

HTUN, Mala; PISCOPO, Jennifer M. *Presence without Empowerment?* Women in Politics in Latin America and the Caribbean. Brooklyn: Social Science Research Council, 2010.

JONES, Daniel; VAGGIONE, Juan Marco. Los vínculos entre religión y política a la luz del debate sobre matrimonio para parejas del mismo sexo en Argentina. *Civitas*, Porto Alegre, Revista da PUCRS, v. 12, n. 3, p. 522-537, 2012.

OLCOTT, Jocelyn. Transnational feminism: event, temporality, and performance at the 1975 International Women's Year Conference. In: RODGERS, Daniel T.; RAMAN, Bhavani; REIMITZ, Helmut. *Cultures in Motion*. Princeton: Princeton University Press, 2013. p. 241-265.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS AMERICANOS. Comisión Interamericana de la Mujer. *Convención interamericana para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra la mujer*. (Convención de Belém do Para). Belém do Pará (Brasil), 9 de junio de 1994.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. *Primera Conferencia Mundial del Año Internacional de la Mujer.* México DF (México), 19 de junio-2 de julio de 1975.

_____. *Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer.* México DF (México), 18 de diciembre de 1979.

_____. *Segunda Conferencia Mundial del Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer.* Copenhague (Dinamarca), 14-30 de julio de 1980.

_____. *Tercera Conferencia Mundial para el Examen y la Evaluación de los Logros del Decenio de las Naciones Unidas para la Mujer (1975-1985).* Nairobi (Kenia), 15-26 de julio de 1985.

_____. *Conferencia Mundial de Derechos Humanos.* Viena (Austria), 14-25 de junio de 1993.

_____. *Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer*. Beijing (China), septiembre, 1995.

PARLAMENTO DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Ley 9.763. Aborto. Montevideo, 24 de enero de 1938.

PECHENY, Mario. Parece que no fue ayer: el legado político de la Ley de Divorcio en perspectiva de derechos sexuales. In: GARGARELLA, Roberto; MURILLO, María

Victoria; PECHENY, Mario (Comp.). *Discutir Alfonsín*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009. p. 85-113.

PECHENY, Mario; DEHESA, Rafael de la. Sexualidades y políticas en América Latina: el matrimonio igualitario en contexto. In: MARTÍN, Aldao; CLÉRICO, Laura (Coords.). *Matrimonio igualitario*. Perspectivas sociales, políticas y jurídicas. Buenos Aires: Eudeba, 2010. p. 7-58.

PIETILÄ, Hilkka. *The unfinished story of women and the United Nations*. New York/ Geneva: United Nations, 2007.

SANTORO, Sonia. El aborto: eje del debate. *Diario*, Buenos Aires, p. 12, 13 de mayo de 2012.

SENADO DE LA NACION ARGENTINA. *Diario de Sesiones*, Buenos Aires, 15 de julio de 2010.

SAPRIZA, Graciela. Misterios de la vida privada. La despenalización del aborto en el Uruguay (1934-1938). *Revista Encuentros*, Montevideo, Universidad de la República, v. 6, p. 183-210, 1999.

SCOTT, Joan W. *Only paradoxes to offer*. French feminists and the rights of man. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

THE SEXES: Ms. v. Macho in Mexico. *TIME Magazine*, New York, v. 105, n. 27, 30 June 1975.

THERBORN, Göran. The right to vote and the four world routes to/through modernity. In: TORSTENDAHL, Rolf (Ed.). *State Theory and State History.* London: Sage, 1992. p. 62-92.

VALOBRA, Adriana M. *Del hogar a las urnas*. Recorridos de la ciudadanía política femenina. Argentina, 1946-1955. Rosario: Prohistoria, 2010.

As vozes e as imagens da genderização da imigração brasileira

Else R. P. Vieira

Situando-se na interseção dos estudos da diáspora e de gênero e sexualidade, este capítulo analisa o autobiográfico e o confessional nas expressões literárias e cinemáticas do recente processo migratório brasileiro no exterior. O foco recairá sobre as subjetividades de gênero das mulheres, dos homossexuais e transexuais, em três estudos de caso, respectivamente o de Sônia Miquelin (escritora paranaense radicada na Itália), Natan Barreto (poeta baiano residente no Reino Unido) e a falecida transexual paraibana Fernanda Farias de Albuquerque, cuja autobiografia foi produzida em Roma e adaptada para o cinema pelo cineasta Henrique Goldman (natural de São Paulo e com atuação profissional em Londres). Este percurso evidenciará que a escrita confessional e autobiográfica genderizada exerce um papel importante na absorção e organização das experiências profundas e vertiginosas da migração transnacional. A relevância do confessional e do autobiográfico reside também no fato de eles conterem os principais processos constitutivos da subjetividade, ou seja, a memória, a experiência, a identidade, o espaço e a "agency". (SMITH; WATSON, 2003, p. 9).

A globalização imprimiu novos contornos aos processos migratórios. Nesse contexto, o impacto da dimensão primordial de gênero sobre a mobilidade transnacional e espaços de pertencimento vem ganhando crescente impulso e produzido trabalhos relevantes. O presente estudo se insere nessa tendência mais atual, compartilhando, ademais, com P. R. Pessar (2005) a visão de que a dinâmica dos processos de migração gendrada não

é satisfatoriamente abordada por estudos quantitativos, e também com Grawal e Kaplan (1994) a percepção de que as análises críticas de textos literários produzidos pelas diversas diásporas em termos de gênero vêm sendo crescentemente sugeridas por abordagens transnacionais do feminismo.

O fenômeno emergente de uma literatura produzida por brasileiros fora do território nacional – o que denominei uma literatura da diáspora brasileira (VIEIRA, 2013a) – constitui uma manifestação da dissociação entre território nacional e local da produção da cultura, da maior mobilidade e da pluralidade de formas de pertencimento nos espaços transnacionais, na atualidade. No caso específico do Brasil, a dissociação entre território nacional e o local de produção da cultura assinala, também, uma reversão do papel histórico do Brasil de receptor para exportador de imigrantes – que ganha nitidez a partir da década de 1990.[56] No panorama atual de aproximadamente três milhões e meio de brasileiros residindo fora do território nacional, ganha crescente nitidez uma segunda reversão, a do padrão secular de emigração predominantemente masculina. O recorte epistemológico em pauta se contrapõe, assim, ao modelo patriarcal subjacente a estudos tradicionais que tendem a focalizar o processo migratório como imperativo econômico, priorizando o homem como chefe de família e relegando a mulher à posição de dependente. (MOROKVASIC, 1984).

Argumentando que o pressuposto monolítico da emigração da força de trabalho pode obscurecer importantes subjetividades de gênero ou relegá-las a um dado numérico, o capítulo propõe alguns redirecionamentos à ênfase no mercado e no referido modelo patriarcal como eixos em torno dos quais gravitam todas as outras questões. Sugere, então, pensar a diáspora também como uma economia libidinal que nela encontraria um espaço de expressão e que o deslocamento do nacional para o transnacional é igualmente motivado por ou conducente a ressignificações de identidades de gênero. O capítulo traz a lume, ainda, formas pelas quais a literatura diaspórica de brasileiros tematiza conflitos de gênero que também, presume-se, conscientemente ou não, levam-nos a emigrar.

56 O fator propulsor da emigração de brasileiros, segundo Ana Cristina Braga Martes, é a queda na mobilidade social brasileira decorrente da recessão na década de 1980 e do impacto da reestruturação econômica mundial que afeta o Brasil a partir da década de 1990. (MARTES, 1999, p. 71).

Subjazem às incursões na dimensão de gênero da mobilidade transnacional brasileira as colocações do filósofo francês Michel Foucault sobre a confissão como uma herança do Cristianismo, que tem na sexualidade um tema privilegiado e que produz um efeito liberador. Pode haver obstáculos e resistências para que a verdade seja formulada, mas a sua expressão, independentemente das possíveis consequências externas, produz modificações intrínsecas na pessoa que a articula: a expressão em si redime, purifica, exonera e libera o indivíduo, abrindo a possibilidade de salvação. (FOUCAULT, 1990, p. 61-62).

São igualmente basilares as meditações de Virginia Woolf sobre a localização do sujeito gendrado criativo. Em dois ensaios, "Street haunting: a London adventure" (1927) e "A room of one's own" (1929), Woolf coloca a Londres da década de 1920 no centro da discussão sobre o estratégico não posicionamento da sexualidade dentro de limites normativos. As feministas também encontraram nos ensaios de Woolf discussões importantes sobre o impacto da opressão feminina sobre seu potencial criativo. Woolf, observando a exclusão ou sub-representação da escrita feminina nas prateleiras das bibliotecas britânicas, medita sobre as condições em suas vidas, que são hostis ao estado de espírito necessário ao trabalho criativo. Elas não têm uma sala silenciosa, uma tradição literária, autoconfiança ou incentivo de um público ou da crítica; por outro lado, o trabalho constante e ininterrupto não propicia descanso e lazer às mulheres. A ênfase é colocada sobre a necessidade de as mulheres terem um quarto todo seu, ou seja, as condições materiais para o trabalho criativo. As reflexões de Woolf se aplicam igualmente à produção das demais orientações sexuais abordadas abaixo.

1. A FEMINIZAÇÃO DA EMIGRAÇÃO BRASILEIRA E SUA EXPRESSÃO ARTÍSTICA E LITERÁRIA

Até a década de 1970, as mulheres eram invisíveis nos estudos de migração internacional, predominando a imagem do homem aventureiro a desbravar novas fontes de ganhos e ao qual a família se incorporava mais tarde. Nos períodos seguintes, todavia, avultou-se a participação de mulheres em fluxos migratórios internacionais e, mais especificamente, a migração

autônoma de mulheres. Assim, desafiando o padrão de invisibilidade das mulheres nos estudos sobre a migração, questões de gênero passaram a ocupar uma posição central em todos os aspectos dos estudos da mobilidade (MCLLWAINE et al., 2006, não p.). Estudos quantitativos sobre a emigração brasileira, que se tornou expressiva na década de 1990, também confirmam a reversão do padrão predominantemente masculino.[57]

Sob outra perspectiva, Brinker-Gabler e Smith, sobrepondo o mapa do gênero ao mapa geográfico, estabeleceram a conexão entre a conquista de uma nova terra e a feminilidade passiva. Metáforas de conquista atribuem uma feminilidade convidativa à terra que ali está para ser explorada, mapeada, subjugada, e então domesticada pelo trabalho de construção de uma nação como uma atividade masculina, enquanto a terra sobre a qual a nação se constitui é feminizada como a terra-mãe fértil e que nutre. (BRINKER-GABLER; SMITH, 1997, p. 12).

Os estudos da migração da mulher brasileira, embora incipientes, sugerem, todavia, mais a "agency" desse contingente migratório feminino. O trabalho pioneiro realizado por Maxine Margolis (1994) em Nova York, embora não se pretendendo aí um estudo de gênero, aponta para a feminização desse fluxo migratório e sugere a ressignificação de papéis de gênero dessas mulheres. O fenômeno por ela relatado e que, doravante, denominarei "as vovós de Nova York", assim se resume: mulheres brasileiras de meia-idade chegam para visitar e ajudar os filhos imigrantes nos cuidados com os netos; numa sociedade em que os papéis femininos se encontram em expansão, elas têm acesso a novas manifestações de autonomia, descobrem novas possibilidades de ter sua própria renda; depois de certo tempo acham um

57 A antropóloga Maxine Margolis (1994), por exemplo, mostrou que a proporção de homens era apenas um pouco maior do que a de mulheres no seu estudo em Nova York. Um estudo posterior de brasileiros em Londres (EVANS et al., 2011) confirma a tendência de os homens comporem um pouco mais da metade (51,5%) da amostragem e as mulheres, um pouco menos (48,5%). Em 2013, Margolis publica um novo livro sobre a imigração brasileira no mundo, que novamente não se pretende um estudo de gênero, mas que confirma a tendência de feminização: na virada do século, o número de homens e mulheres se equilibrara; na Itália e na Espanha, o número de mulheres brasileiras é o dobro do contingente masculino, sendo o número de mulheres também superior ao dos homens na Alemanha (MARGOLIS, 2013, p. 9, 116, 119). Um outro estudo quantitativo recente, focalizando um universo de 365 mulheres brasileiras no mundo (EVANS; SOUZA; TANHATI, 2013), registra que a maior concentração de brasileiras se encontra no Reino Unido (119) e nos Estados Unidos (105), seguidos pelo Canadá.

serviço em caráter mais permanente, iniciam um processo de adiamento do retorno ao Brasil e acabam se tornando imigrantes como os filhos. No espaço público dos metrôs de Nova York, torna-se visível a ruptura de tantas mulheres que, no Brasil, desempenhavam o papel de esposas dependentes, com a exclusividade do espaço doméstico. A experiência da própria renda no exterior, advinda sobretudo do trabalho como faxineiras e empregadas domésticas, leva essas mulheres à consciência de uma longa vida pregressa de casamentos alicerçados em termos de dependência econômica dos maridos. Em Nova York, elas rompem com esse padrão, circulam pelo espaço público e usufruem de uma vida social em bares com dança, o que, na visão de Margolis (1994), não aconteceria no Brasil, onde a mulher de 40 a 45 anos, nesse grupo social, era considerada uma vovó.

Um dos primeiros e mais sensíveis expositores do fenômeno paradoxal de as mulheres brasileiras recriarem seus papéis de gênero no espaço transnacional foi Chico Buarque, com sua música "Iracema voou", no DVD de 1999, *Duas cidades*. Com sua personagem que "*voou / para a América [...] tem saudade do Ceará / mas não muita / uns dias, afoita / me liga a cobrar / é Iracema da América*", Chico busca recolocar Iracema, um anagrama de América, a índia receptiva, hospitaleira, fiel, cujo último pedido foi que a enterrassem ao pé do coqueiro, não mais dentro do simbólico nacional, mas como um símbolo da mulher desterritorializada, transnacional, vivendo naquela outra América. Iracema, metáfora da terra, agora no Hemisfério Norte, desconstrói a lenda da gênese brasileira que ela própria estabelecera. A princesa índia que se apaixona pelo explorador português é agora a Nova Brasileira, a mulher que desestabiliza hegemonias nos espaços transnacionais. Ela quase sempre tem êxito na sua busca de perspectivas de rendas mais altas no exterior, embora passe a conviver com uma integração precária (um termo de Homi Bhabha, 1994) por não falar o idioma do país, com a mobilidade social descendente ao fazer faxina apesar de sua suposta alta escolaridade, e com a vulnerabilidade do indocumentado sempre a evitar a polícia. Emancipação subalternizante é o termo proposto por Vieira (2011, não p.), no contexto da imigração brasileira para a Europa, para descrever a incorporação de muitas mulheres brasileiras à divisão internacional do trabalho, mediante a economia informal, que, apesar de representar um ganho em termos de

capital econômico, configura um processo de emancipação subalternizante decorrente das condições precárias e do declínio de seu capital social.

Em estudo realizado em 1996, com 300 imigrantes brasileiros em Massachusetts, Ana Cristina Braga Martes ressalta o uso de eufemismos (por exemplo, "business"), para se referir a uma firma de limpeza que, na realidade, é composta por apenas uma pessoa, o proprietário, que é também o trabalhador. O eufemismo pode ser interpretado, segundo ela, como uma forma de encobrir o rebaixamento do *status* relativamente às profissões socialmente mais valorizadas ocupadas previamente no Brasil, como também à visão de que a faxina é um ótimo negócio. (MARTES, 1999, p. 101). A valorização da faxina doméstica decorre da remuneração, da dignidade associada aos bons rendimentos, das relações entre patrão e empregado que relativizam a submissão característica da ocupação no Brasil (eles não se veem como empregados mas como trabalhadores autônomos que possuem clientes, com tratamento mais formal), interpretadas como profissionalismo, e das tarefas previamente estabelecidas. (MARTES, 1999, p. 103). Por outro lado, "morar na América" é visto pelas famílias brasileiras como ascensão social e uma chance de escapar ao empobrecimento. (MARTES, 1999, p. 105). Martes sugere algumas razões para a evasão de brasileiros com escolaridade acima da média e que vão exercer ocupações menos qualificadas fora do país: a menor valorização do diploma obtido pela maioria em universidades privadas brasileiras no mercado de trabalho no Brasil; a crescente exigência de profissionais com pós-graduação, maior experiência de trabalho e domínio de pelo menos duas línguas, etc. (MARTES, 1999, p. 52-53).

"Victim or victor" ["Vítima ou vitoriosa"]? Este é o desafio que Janet Henshall Momsem (1999, p. 1) lança aos estudiosos da interseção gênero e fluxos migratórios diversos. Uma das questões por ela colocada é que, ao obterem trabalho na esfera doméstica privada, as mulheres permaneceram fora do censo e do alcance de sindicatos e de organizações não governamentais. Seu olhar é mais complexo do que o de muitos estudos sociológicos e antropológicos nos Estados Unidos que passaram a ressaltar a tendência crescente à feminização das diásporas a partir do início da década de 1990. Para ela, a reestruturação econômica global exerce um

impacto sobre a mobilidade internacional da força de trabalho feminina e também sobre as posições estruturais das mulheres, gerando hierarquias e matrizes de dominação. Analisando, mais especificamente, o "maid trade" com mais profundidade, ela ressalta uma assimetria básica na relação entre trabalhadora doméstica e empregadora em termos do *status* associado à cidadania, o que a torna mais vulnerável a maus-tratos; por outro lado, tal *status* possibilita a permanência de um contingente predominantemente indocumentado (MOMSEM, 1999, p. 6). A atuação dessas mulheres no exterior reduz o desemprego no país de origem e permite que a mão de obra feminina especializada dos países receptores possa trabalhar fora. Ela sugere que a comodificação do "maid trade" entre o sul global e os países industrializados ricos do norte tende a ser benéfica para ambos. (MOMSEM, 1999, p. 9).

A insuficiência de estudos sobre a genderização da emigração brasileira não permite generalizações. Um achado muito significativo (VIEIRA, 2013b, não p.) para os propósitos do presente capítulo é que as escritoras brasileiras fora do território nacional invertem a relação gênero/produção literária. Em contraste radical com as estatísticas referentes ao Brasil, onde a produção literária é predominantemente masculina, ou seja, 75% (DALCASTAGNÈ, 2013), o contingente dos escritores brasileiros radicados no exterior é marcadamente feminino, ou seja, 71%. (VIEIRA, 2013b, não p.).[58]

O que a análise dos diários, relatos de memórias, autobiografias ou poesia intimista esclarecem com relação à decisão de partir de tantas mulheres brasileiras? Por que e para quem elas escrevem? Como seus silêncios históricos se transformam em audibilidade no exterior? O que as emigrantes brasileiras desejam confessar nesse espaço de expressão das subjetividades? A emigração pode ser vista também como um processo de modernização da mulher, de transformação de estilos arraigados? São algumas das questões que buscamos abordar no estudo de caso de Sônia Miquelin abaixo.

58 Outros estudos confirmam o alto capital cultural das mulheres brasileiras no exterior: a maioria (93%) cursou o ensino superior e 43% têm pós-graduação (EVANS et al., 2013).

1.1 Sônia Miquelin/Mariana Brasil: a (re)escrita de vida e de gênero nos espaços transnacionais através da literatura[59]

Sônia Cristina Miquelin nasceu em Apucarana, estado do Paraná, em 1966. Por imperativos econômicos, ela emigrou para a Europa em 1989, passando a exercer o trabalho sexual, não incomum entre brasileiras no exterior, como confirma Margolis (2013). Com o tempo, ela passou a questionar seu ambiente de trabalho, ao qual confere expressão visual na capa de seu livro autobiográfico, *O manuscrito de Sônia* (2003), por ela concebida:

> O asfalto nu e irregular mostra a estrada da vida, com seus altos e baixos; o sapatinho vermelho e brilhante, colocado despretensiosamente sobre o asfalto, representa a sexualidade; a bela boneca de porcelana com a face quebrada projeta a minha visão da inocência despedaçada. (MIQUELIN, apud VIEIRA, 2014, não p.).

Sua primeira escrita confessional foi sob a forma de diários, ou seja, uma "pré-literatura", segundo as categorias estabelecidas por King, Connell e White (1995, p. xi). Ela diz ser a escrita "um caminho, um instrumento, uma espécie de recipiente, ou algo parecido – para armazenar nossas emoções [...] particularmente aquelas que, se não liberadas, podem nos intoxicar, tal como as lágrimas que não choramos". (MIQUELIN, apud VIEIRA, 2014, não p.).

59 Para uma análise pormenorizada dos processos de migração e literários de Sônia Miquelin, cf. Vieira (2015).

Um segundo estágio desse processo foi a passagem do diário para a autobiografia sob forma de livro, na idade adulta, no contexto das experiências impactantes que vivenciou nos primeiros tempos na Europa. A autobiografia – do grego "vida" (*bios*) e "escrita" (*grafe*) –, segundo o importante teórico do gênero, Philippe Lejeune, é, em geral, o relato retrospectivo de um indivíduo sobre sua própria existência, produzido por ele próprio necessariamente em vida, cujo foco recai sobre sua personalidade (1989, p. 4). A autobiografia de Miquelin, todavia, afasta-se do foco na própria personalidade e assume, por outro lado, um caráter catártico que lhe propiciou manter o equilíbrio emocional. Sua produção autoral na Europa, de fato, tangencia o que King, Connell e White (1995, p. 11-12) categorizam como uma escrita terapêutica, por meio da qual a experiência migrante é articulada e compartilhada. Suas palavras são eloquentes quanto à superação de um estágio de vida, de fato, um *leitmotiv* em sua escrita:

> Com o tempo, compus um livro a partir desses escritos compilados no meu diário, aos quais acrescentei outros. Encontrei na prática cotidiana de escrever um caminho para me entender e que me libertava. Era, sobretudo, uma tentativa de tirar de dentro de mim a dor e exorcizar muitas das emoções que vivi nos primeiros anos de minha chegada à Europa e que corroíam meu coração. O subtítulo do livro, *Entre as fronteiras*, guarda um profundo significado para mim, porque, metaforicamente, não me refiro somente às fronteiras territoriais, mas também às fronteiras emocionais que, uma a uma, ultrapassei. (MIQUELIN, apud VIEIRA, 2014, não p.).

Embora guardando uma relação visceral com o país de origem – um espectro que se insinua insistentemente no seu pseudônimo literário de Mariana Brasil –, ela torna explícita a visão de que foram as experiências no exterior que constituíram uma mola propulsora para a sua escrita literária:

> Creio que viajar e conhecer diferentes realidades, pessoas, costumes e culturas nos predispõe a um autoconfronto contínuo, fazendo com que nossa mente se alargue irreversivelmente, o que, por sua vez, propicia questionamentos interiores. No meu caso, o passo adiante de colocar essas sensações e interpretações no papel foi natural. (MIQUELIN, apud VIEIRA, 2014, não p.).

A autobiografia de Sônia Miquelin é uma autoconfissão de sua sexualidade e construção de gênero na especificidade do trabalho sexual no eixo Itália-Zurique. As palavras de Miquelin são eloquentes quanto ao papel importante da escrita nesse processo de liberação e reconstrução que, destaco, marcou o nascimento da escritora:

> Não é fácil entrar no mundo da *noite*, mas o mais difícil mesmo é sair dele, enfrentar o dia a dia certa de que ninguém sai ileso dessa experiência! Quando finalmente consegui mudar minha realidade e depois de frequentar na Itália diversos cursos de literatura e outros voltados à escrita criativa e à produção de roteiros, botei um ponto final no meu primeiro livro. Desejava que a "mensagem de alerta" que coloquei no livro chegasse a muitas pessoas, pois, creio que a informação seja a arma mais poderosa que um ser humano possa ter. (MIQUELIN, apud VIEIRA, 2014, não p.).

Na capa da terceira edição brasileira do livro, Sônia Miquelin é apenas a Sônia do título, sem sobrenome, sem traços de sua árvore genealógica. Nomear Mariana Brasil, escrever seu pseudônimo na capa do livro, é fazer existir um outro, é deixar nascer a escritora que transformou em ficção os fatos reais de sua vida. A autobiografia de Miquelin encontrou um eco não apenas na sua primeira edição, em português, no Brasil, em 2003, pela editora Artemis. Suas palavras ecoaram mundo afora quando *O manuscrito de Sônia* foi traduzido, por tradutores profissionais, comissionados por editoras de porte, para cinco línguas estrangeiras (italiano, espanhol, catalão, holandês e alemão); ele foi publicado também em Portugal, no português europeu, no ano de 2006.

É pela busca tenaz de oportunidades, incluindo a contratação de agentes literários internacionais, que a "agency" e o empreendedorismo de Sônia Miquelin exerceram grande impacto sobre a sua trajetória de profissionalização e internacionalização como escritora. Percalços e momentos de vitória se alternaram nesse processo. Um divisor de águas na sua trajetória como escritora profissional foi, efetivamente, a publicação de *O manuscrito de Sônia*, a partir de 2005, por editoras internacionais como a Droemer Knauer (Alemanha), com tiragem inicial de 25.000 exemplares, e a Planeta (Espanha), com 20.000 exemplares. No momento, encontra-se

em andamento a tradução de *O manuscrito de Sônia* para o inglês e ela está reeditando seus livros em português e italiano, já quase esgotados. Os árduos processos de migração internacional e os lentos passos na profissionalização e internacionalização do escritor, no caso de Sônia Miquelin, foram, todavia, coroados de êxito, como ela sintetiza:

> Foram anos e anos de dedicação para que *O manuscrito de Sônia* cumprisse sua missão e fosse publicado em diversos países da Europa. Já foram vendidos mais de 120 mil exemplares do meu primeiro livro. Concluo essa breve retrospectiva sobre minha primeira experiência literária significativa com a seguinte reflexão: acredito que quem viveu a experiência de vestir os panos de uma mulher da noite possa vestir quaisquer outros "panos". (MIQUELIN, apud VIEIRA, 2014, não p.).

As mulheres perfazem o número maior de leitores de Sônia Miquelin; ela crê que as mulheres leem mais e o seu tema desperta nelas bastante curiosidade. Seu primeiro livro é também atemporal, pois, ela crê, sempre haverá um público interessado em ler sobre "a profissão mais antiga do mundo", como também em conhecer o texto original que inspirou um dos *best sellers* de Paulo Coelho, prefaciador de *O manuscrito de Sônia*.

A experiência de lidar com grandes editoras e o conhecimento, de perto, dos contratos e processos de produção e distribuição do livro funcionaram como uma escola profissionalizante e uma mola propulsora para o trabalho que, atualmente, desenvolve como editora. Ampliando seu leque de atividades, ela exerce desde 2011 as funções de editora da Edizioni Mandala, que publica e distribui, na Itália, obras literárias em qualquer idioma, como também a de sócia da SAHAR – Editora e Distribuidora, no Brasil. Também desde 2011, em parceria com a A.C.I.M.A. (Associação Cultural Internacional Mandala), Miquelin vem atuando como produtora cultural, organizando eventos direcionados à difusão da literatura brasileira na Itália. Ela conta, anualmente, com estande próprio no Salão Internacional do Livro de Torino, uma grande vitrine literária no exterior. A prioridade de sua atuação como editora e promotora cultural na Itália, em parceria com a A.C.I.M.A. é a difusão, valorização e promoção da literatura brasileira no exterior, particularmente na Itália. Ela destaca que o Brasil sempre foi considerado, pelo meio literário

internacional, a exemplo dos destacados salões de livros de Frankfurt e de Torino, um ótimo cliente e bom comprador de direitos autorais. Mas, como as maiores editoras brasileiras preferem apostar na venda garantida de *best sellers* estrangeiros ou de escritores brasileiros consagrados, seu mecenato se manifesta no empenho em partilhar com outros escritores brasileiros, no exterior, o espaço literário por ela conquistado dentro e fora do Brasil, colocando nessas grandes vitrines literárias a literatura brasileira independente, que goza de pouca visibilidade também no território nacional.

2. LONDRES COMO ***LOCUS*** DA EXPRESSÃO POÉTICA DO HOMOEROTISMO

Para Judith Butler (1990), as instabilidades de gênero são obscurecidas por uma convenção coletiva de produzir e sustentar polarizações sexuais por meio das performances reiteradas; punições virão para aqueles que não subscrevem às performances culturais de gênero. Woolf, por sua vez, retoma o fio do não posicionamento de gênero como uma estratégia em "Street Haunting", um ensaio que dramatiza o flaneurismo em Londres, androginia e inspiração para a escrita criativa. "Haunt" ["assombrar"] evoca um espectro que, na sua indecidibilidade em termos de gênero, será, eventualmente, hostilizado. Esse espectro, fugindo da identidade, encontra, por um momento fugaz, uma energia criativa advinda da sensação de liberdade e anonimato nas ruas de Londres. O homoerotismo, por sua vez, não era explicitado por Woolf, mas expresso apenas por referências codificadas, por exemplo, na sua obra-prima, *Mrs. Dalloway*. Tais mensagens foram explicitadas como desejo lésbico por críticos mais recentes, que colocam em primeiro plano um beijo da personagem Sally, que despertou em Clarissa Dalloway a sexualidade lésbica.

É com outro *canvas* histórico que essa contribuição se deixa iluminar por Woolf, inicialmente revisitando a Londres de hoje, um refúgio inclusivo em termos de gênero no mundo globalizado. Londres, sabidamente, acolheu três poetas que escolheram essa cidade para a expressão literária de sua orientação sexual. A cidade ofereceu a esses poetas as precondições para a sua criatividade poética que, assim, introduziram na cultura nacional a modalidade sem precedentes da literatura migrante genderizada.

Um deles, Natan Barreto, nascido em Salvador (1966) e que emigrou para a Europa em 1990, rompeu com a coerência sexo-gênero-desejo dos códigos culturais e com o contexto gerador desses *scripts* pela via da emigração. Ao contrário de Woolf, distante da heteronormatividade familiar, ele, radicalmente, subtrai o componente performático do gênero e encontra na poesia intimista o canal para sua afirmação de gênero, colocando no papel o prazer e as agruras do seu homoerotismo. Natan antecipa a visão de Butler, de que a performance pode romper com os *scripts* de gênero recebidos, como precondições para a expressão poética. As circunstâncias foram catalisadoras da transição da ênfase no gênero como discursividade/performance para a consideração da importante materialidade do corpo, como ocorre também nas revisões teóricas de Butler.[60]

Ainda que com perfeição dramática, o esconder-se por trás de personagens cujas identidades de gênero divergiam da sua acabou despersonalizando o Natan. Alguns deslizes levaram-no a deixar o palco. Ele medita: "*Não querendo mais ser um ator, não querendo mais mostrar o quanto eu estava perdido* [...], *decidi perder-me no mundo*".

Seu trabalho como modelo para estudantes de pintura, ao chegar em Paris, reduziu-o à pura anatomia, fornecendo-lhe um palco não representacional no qual ele foi despido dos artifícios do ator que simbolizam o gênero, como maquiagem, movimentos, gestos e a roupagem. Como modelo nu, ele ampliava as possibilidades de seu corpo e afirmava a sua legitimidade. Essa experiência bastante corpórea, mas imóvel em termos faciais, gestuais e vocais, operou a transição da performance teatral para a escrita literária:

> As horas eram longas e silenciosas. Havia momentos em que eu contava para ser liberto da dor de posturas às quais estava preso. No entanto, fascinado por minha nova profissão, comecei a buscar palavras e frases para expressar o que eu fazia. O escritor, escondido dentro do corpo nu do ator no palco, começou a falar silenciosamente suas primeiras palavras". (BARRETO, apud VIEIRA, 2013a, p. 268-270).

60 Butler relativiza, em *Bodies that matter* (1993), sua colocação sobre a discursividade essencial da sexualidade e restabelece o papel da materialidade do corpo nesse âmbito.

Hamid Nacify ressalta duas questões sobre o deslocamento exílico: uma é que ele pode ser experimentado em profundos níveis corporais; a segunda é a centralidade de imagens espaciais na articulação da experiência dos migrantes. (NACIFY, 2001, p. 35, 28). A experiência corporal potencializada de Natan, quando ele trabalhou como modelo, relaciona-se, assim, com sua cartografia poética marcadamente tátil e a centralidade de imagens do corpo em sua poesia. Em um encadeamento sequencial de cidades-útero, Paris é rapidamente abraçada, mas desilude violentamente. Em "Paris me pariu" o poeta tenta penetrar o corpo materno da cidade, mas suas entranhas não foram doadoras de vida: "*Penetrei-a de corpo e alma*", mas "*o seu útero era frio*". (VIEIRA, 2013a, p. 208). Ele esperava uma reciprocidade de corpos e um renascimento a partir do seu ventre, mas Paris não acolhe nem sua alteridade, nem sua vulnerabilidade: "*Meu cordão umbilical se prendia ao seu umbigo/ e eu lhe entregava meu olhar de recém-nascido./ Morrer passava a ser renascer*". (VIEIRA, 2013a, p. 208).

Em Londres, Natan reposiciona sua identidade de gênero e a expressão poética emerge "num quarto todo seu". Londres, como cidade-útero, abre seus braços para o imigrante e ele, amorosamente, se entrega à cidade e dela toma posse. Nas primeiras horas da manhã – simbólicas de transição e que apontam para o seu renascimento identitário –, a aura da cidade e a sua própria se fundem, pois "*Londres a mim se dava inteira/ Eu me entregava aos seus cuidados,/ Ao seu corpo de cidade*". (BARRETO, 2013, apud VIEIRA, 2013a, p. 208).

Em contraste com Woolf, que codificava a irrepresentatibilidade do desejo lésbico, Natan gradualmente deixa as imagens do corpo materno e insere a sexualidade no centro de sua poesia intimista. Deslocando o ritual de sua confissão para Londres, ele expressa poeticamente os prazeres e as agruras do homoerotismo. "Opostos iguais" desconstrói a coerência heterossexual entre sexo, gênero e desejo:

> Dizem que os opostos se atraem.
> Meu oposto me é igual.
> Meu igual é o meu oposto.
> Vejo em seu corpo
> um reflexo do meu corpo.

Fico cara a cara com o meu igual,
corpo a corpo,
rosto a rosto
com o meu igual, que é o meu oposto.
Há opostos que se atraem
e há iguais.
Eu atraio o meu igual
que igualmente me atrai.

Atrair ou ser atraído
não é voluntário gesto,
não é gesto escolhido. (BARRETO, 2013, apud VIEIRA, 2013a, p. 212).

Meditando sobre o seu estar no mundo a partir de uma consciência de gênero, em "Árvore genealógica", ele aceita as formas de sua sexualidade, eliminando o ato da procriação e descartando o papel masculino de criador da vida e, portanto, a paternidade. Ele interrompe sua história familiar e a linhagem patriarcal:

Minha vida vai parar em mim –
Os meus filhos talvez nunca sejam.
Na árvore genealógica da família,
O galho que me sustenta
Só sustenta a mim.
[...] Da minha parte só brotam galhos invisíveis,
São os filhos que nunca tive.
[...] São os filhos dos filhos que nunca terei. (BARRETO, 2013, apud VIEIRA, 2013a, p. 214).

Foucault, que vê um efeito liberador na confissão sobre a sexualidade, também ressalta elementos de dominação, na medida em que esse ritual cria uma relação de poder, pois não se confessa sem a presença de um parceiro que não é simplesmente o interlocutor, mas a autoridade que requer a confissão. É o que Natan expressa ao ressituar a culpa sexual em Londres, potencialmente o *locus* da liberdade. Em "Os espelhos de meu pai", ele focaliza o progenitor como uma pessoa real, o vendedor de espelhos, mas também como função simbólica. O legado da confissão cristã permeia sua encenação poética do mandato internalizado de confessar sua sexualidade. Ele se ajoelha diante de espelhos, uma metonímia para o pai. Digno

de nota é que o ato de se subjugar se correlaciona com a "carne", que no Cristianismo é vista como pecado:

> O meu silêncio, feito de carne e sangue,
> pleno de medos e segredos fluía
> e em silêncio se entregava de joelhos
> ao silêncio de espelhos
> [...] Eu me aproximava do meu rosto visto de fora
> para me ver por dentro. (BARRETO, 2013, apud VIEIRA, 2013a, p. 218).

O poder opressivo inerente à confissão é um tema retomado em outro comovente poema, "As cartas que meu pai me escreveu". Ao articular a verdade, tendo a diáspora novamente como *locus* de enunciação, ele espera que seu pai assuma a função simbólica da paternidade: "*cartas me falando dele/ e se dando de presente a mim*". (BARRETO, 2013, apud VIEIRA, 2013a, p. 216). Mas o poder paterno reduz ao silêncio as suas tentativas de se liberar da culpa filial. O progenitor dá ao filho o "não do pai", não "o nome do pai", ou seja, em termos lacanianos, a função simbólica: "*Ontem quase fiquei triste/ por meu pai nunca ter me escrito uma carta*". Na sua continuada sublimação, o filho não vê nas cartas que não chegam a interdição do pai, mas manifestações de incompletude, rascunhos que, por natureza, ainda permitem correções:

> mas na verdade ele escreveu sim.
> Ele deve ter escrito muitas
> [...] Só não as recebi,
> nem as pude ler,
> por ele não as ter passado a limpo.
> O que ficou escrito foi o rascunho,
> rascunho de inefáveis linhas
> enroladas num abstrato carretel. (BARRETO, apud VIEIRA, 2013a, p. 216).

As correções não chegam e ele lê, nessa ausência, o "não" do pai ao pedido de perdão do filho: "*Mas de uma forma outra,/ além dos olhos e da vista,/ li todas essas cartas/ que nunca foram escritas*". (VIEIRA, 2013a, p. 216).

3. A MIGRAÇÃO DE "TRANSGÊNERES"[61] PARA A ITÁLIA E A POLITIZAÇÃO DE SUAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS

A literatura confessional e autobiográfica confere audibilidade ao que as estatísticas heteronormativas obliteram. A Itália tem sido, de fato, profícua na recepção de transgêneres brasileiros que lá tematizam seus conflitos de gênero.[62] A autobiografia de Fernanda Farias de Albuquerque, produzida nesse país, é uma autoconfissão de sua sexualidade e construção de gênero. Fernanda, que nasceu no sertão brasileiro, batizada Fernando e apelidada de Princesa, semianalfabeta, migrou para a Itália em 1988, depois de uma breve estada na Espanha. Sua trajetória internacional foi posterior a uma série de migrações para cidades cada vez maiores e mais distantes no Brasil, cada uma das quais adicionando uma camada à reconstrução anatômica de seu corpo com atributos femininos (FOIS-BRAGA, 2014, não p.).

Princesa passou por um longo e doloroso processo de feminização e de cultivo de uma anatomia feminina para a produção de sua identidade de gênero, transformando seu corpo no que Gilbert Herdt, 2012 (apud CORNWALL, 2012, p. 377) designou um corpo dismórfico, isto é, um corpo cujas características, por meio de intervenções, são exageradas ou minimizadas de modo a projetar normas culturais de feminilidade.

Este processo alinha Princesa a outras travestis brasileiras. O historiador Hélio Silva analisou a experiência radical do travesti de uma feminilidade construída, o que também implica a desconstrução dos traços masculinos. No complexo processo de inversão, o corpo, visto como uma peça de roupa, é corrigível e enxertável, e o papel feminino é obtido ao arrepio da natureza. Os atributos físicos resultam de uma batalha, sem trégua, contra o homem subjacente, a voz profunda ao acordar ou o cabelo facial, obsessivamente removido com uma pinça ou queimado em sessões dolorosas e prolongadas de eletrólise. Esse processo também envolve im-

61 Opta-se aqui pelo termo "transgênere" visto que o termo dicionarizado "transgênero", mediante a terminação masculina, estabelece fronteiras de gênero na contramão do espaço de indecidibilidade que tais indivíduos desejam afirmar.

62 Leila Daianis, por exemplo, é uma ativista e escritora que coloca no papel, em italiano, os temas interligados da migração e suas mudanças identitárias. Seu livro autobiográfico em coautoria, *La Donna dell'Angelo*, foi publicado em Roma, em italiano, em 2010. (VIEIRA, 2013b, não p.).

plantes de silicone sólido ou injeções de forma líquida, para arredondar os lábios, o queixo, as bochechas, os mamilos, os quadris e as nádegas. (SILVA, 2007, p. 153). A constante busca da beleza, dos vestidos mais deslumbrantes e da maquiagem mais adequada transforma a maioria delas em escravas do espelho. Essa feminilidade construída, nos mínimos detalhes, também as torna diferentes e mais "femininas" do que as mulheres que seguem os ritmos e os ciclos da natureza; "Ela é perfeita", na verdade, expressa a alegria pela representação bem-sucedida da travesti como mulher. (SILVA, 2007, p. 64, 153-164, 171).

O processo de transformação corporal de Princesa estava concluído quando ela deixou o Brasil, excetuando os órgãos genitais. Na Itália, Princesa exerceu o trabalho sexual ativamente. Ela foi mais tarde presa por tentativa de assassinato da dona da pensão onde morava. Sua autobiografia emocionante e marcadamente política, coproduzida na prisão Rebibbia de Roma com o recluso e ex-ativista da Brigada Vermelha, Maurizio Jannelli, foi publicada na Itália em 1994 e no Brasil em 1995.

As experiências das travestis brasileiras na Europa radicalizam as visões de que as identidades transnacionais desafiam noções essencialistas de processos identitários. Na leitura de Silva (2007, p. 166), a Europa, para travestis brasileiras, é o clímax de toda uma experiência de cruzamento de fronteiras; o passaporte, ele acrescenta, como um documento de trânsito imbuído dos vetores da transgressão, é a condição por excelência do travesti, que se opõe à fixidez. Larissa Pelúcio introduziu uma dimensão de classe nessa mobilidade, inextricavelmente ligada à fuga da pobreza, uma vez que a maioria das travestis brasileiras vem de famílias de baixa renda. Na Europa, elas são referidas no feminino e vivem, legitimamente, como travestis, o que se opõe à vida estigmatizada. Lá não são humilhadas nas ruas. "*Na Europa a polícia não mata*". (ALBUQUERQUE; JANNELLI, 1995, p. 104). Os travestis conclamam a atenção; seus corpos altamente visíveis, na visão de Cornwall, portanto, "tornam-se locais em que os efeitos disciplinares do heteropatriarcado são encenados". (CORNWALL, 2012, p. 377). A sociedade brasileira muitas vezes reage, consolidando seu papel disciplinar: os pais reprimem, os amigos riem, a polícia persegue e os empregadores despedem-nas.

3.1. O livro *A Princesa*

Fois-Braga (2014) vê em *A Princesa* a epopeia interrompida de uma heroína transexual imigrante, pois Fernanda não consegue retornar para o seu lugar de partida. Para ele, Princesa dá voz e nome para a sua vida marginalizada e para o contingente de prostitutas transexuais cujas histórias terminaram em assassinatos, doenças sexualmente transmissíveis, overdoses de remédios e drogas. Ele acrescenta que sua vida foi revista na prisão, com uma retrospectiva de sua infância no interior da Paraíba, até culminar com sua prisão em Roma, mencionada apenas no final do relato:

> Sem esforço, nos braços do demônio, na Europa chega-se em voz baixa, silenciosamente. Aqui neste país, não se morre estrondosamente. Baleada ou esfaqueada, entre gritos e tesouras. Aqui a gente desaparece quieta, em voz baixa. Silenciosamente. Sós e desesperadas. De Aids e de heroína. Ou então dentro de uma cela, enforcada na pia. Como a Celma, que eu gostaria de lembrar. Dormia na cela ao lado, dentro deste outro inferno onde hoje vivo e que decidi não contar. (ALBUQUERQUE; JANNELLI, 1995, p. 134).

Acrescento, mais especificamente, alguns elementos do paratexto do livro sobre o processo de construção da autobiografia, a fim de ressaltar seu elevado grau de politização. A orelha da tradução brasileira do livro fornece dados sobre suas condições de produção, na prisão Rebibbia, e sobre as trajetórias de vida dos três participantes dessa escrita colaborativa:

> Maurizio Jannelli, 43 anos, ex-integrante das Brigadas Vermelhas, condenado por sequestros e atentados terroristas; Giovanni Tamponi, ex-camponês da Sardenha, condenado à prisão perpétua por assalto a banco; Fernando, aliás Fernanda Farias de Albuquerque, a Princesa, 32 anos, nascido na cidade paraibana de Alagoa Grande, travesti, condenado a 6 anos por prostituição e tentativa de homicídio [...] Este livro registra uma entrevista feita por Maurizio com a ajuda de Giovanni, através de um caderno que ia e vinha entre as celas e uma infinidade de bilhetinhos. (ALBUQUERQUE; JANNELLI, 1995, não p.).

O subtítulo do livro em português, "Depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas" (um grupo de guerrilha urbana, com sede na Itália), coloca em primeiro plano a notoriedade de Jannelli que, por sua vez, compartilha seu capital político com Princesa. Ainda que a legitimidade ideológica de Jannelli seja questionada e seu capital político deslegitimado, o fato é que ele assegurou o acesso de Princesa aos veículos de publicação politizados. A mediação de Jannelli na publicação é sublinhada no prefácio da tradutora: a ideia de transformar a vida de Princesa em um livro veio do líder histórico das Brigadas Vermelhas e diretor da Cooperativa Editorial Sensible alle Foglie, libertado em 1998, Renato Curcio, "*que, além de um companheiro de viagem, é testemunha desta oscilante aventura*". (BYNGTON, 1995, p. 20). De acordo com Ponzanesi (2004, p. 138), a pequena editora Foglie, que publica textos controversos ou textos que outras editoras recusam, tem desempenhado um papel importante na difusão da literatura migrante. A segunda orelha confirma a percepção de Ponzanesi, mas projeta um investimento político mais acentuado na produção da autobiografia: a cooperativa Sensibile alle Foglie divulga textos da realidade contemporânea, "*contendo narrativas trágicas de personagens marcados pela marginalização*". (ALBUQUERQUE; JANNELLI, 1995, não p.). Ainda na segunda orelha, a síntese do livro, em *staccato*, potencializa sua dimensão social e política ao focalizar a vida trágica das minorias: "*A infância pobre no nordeste brasileiro. A ambiguidade sexual. A luta pela vida na Europa. A prostituição. O crime* [...] *Um livro que é um soco no estômago*". (ALBUQUERQUE; JANNELLI, 1995, não p.).

Em contraste, há um grande investimento emocional de Princesa no processo de enviar, no decorrer de um ano, fragmentos de sua vida através das celas:

> Fernanda, entre uma página e outra dos seus escritos, despencou cem vezes. Perdeu o equilíbrio pelos tropeços de uma identidade sexual continuamente submetida à tensão, sempre rediscutida; foi o ouvido que foi dado aos sentimentos contraditórios de atração e repulsa trazidos por aquelas ambiguidades. (JANNELLI, 1995, p. 18).

Para Jannelli (1995, p. 9), a escrita é uma forma de Fernanda reunir os fragmentos de sua identidade e de conquistar um lugar no mundo por meio da autobiografia. Por outro lado, a tessitura de Jannelli dos fragmentos da vida da Princesa em uma narrativa autobiográfica pode ser vista como a revitalização do papel político de longa data do intelectual orgânico. No pensamento político de Gramsci (2000, p. 15) cada grupo social cria organicamente a si próprio um ou mais níveis de intelectuais que lhe dão a consciência de suas próprias funções econômicas, sociais e políticas. A noção expansiva do intelectual orgânico, de acordo com Barker, subsume também, por exemplo, os escritores como uma parte constitutiva das lutas contra-hegemônicas. (BARKER, 2004, p. 100). A agência de Jannelli, que também engloba a editoração, um prefácio, a mediação da publicação e a divulgação da autobiografia de Princesa, valoriza sua experiência concreta e traz para os ouvidos do mundo, tanto nacional como internacionalmente, em primeira mão, a voz de sub-representados em termos sociais e de gênero.

Jannelli (1995, p. 20) se dá "*a tarefa de torná-la visível ao leitor*". Ele descreve, na sua introdução, o encontro com as travestis na prisão, em um momento muito específico de uma profunda crise de identidade, quando ele foi transferido do pavilhão exclusivamente masculino da prisão de segurança máxima e todas as velhas certezas políticas que uniam os companheiros da Brigada Vermelha se esfacelaram. Foi o encontro com a alteridade radical e o ouvido que foi dado àquelas inusitadas ambiguidades.

Jannelli informa que Princesa baqueou assustadoramente diante da brutal comunicação de ser soropositiva; vacilou em decorrência da distância da família e pelas brutalidades do cárcere; "*faltou-lhe o chão, sob os pés, e ela agarrou-se a nós. E nós a ela*". (JANNELLI, 1995, p. 20). A vida de Princesa terminou abruptamente. Ela cometeu suicídio no estacionamento de um supermercado em Roma, já em liberdade condicional.

A tradução brasileira traz à tona a inversão do conto de fadas, sugerida pelo apelido de Fernanda e pelo título do livro. A indecidibilidade de gênero de Princesa se torna mais explícita na contracapa, que ressalta sua mudança de nome do masculino para o feminino e o seu não lugar social:

> Esta história é o avesso de um conto de fadas. Uma história de transexualismo, crime e castigo. Do nordeste brasileiro a uma prisão italiana, a trajetória de Fernando Farias de Albuquerque, que virou Fernanda, que virou Princesa. A fuga e a prostituição nas grandes cidades do Brasil e da Europa. O embate entre a provocação do desejo clandestino de noite e o enfrentamento do desprezo preconceituoso de dia. Uma certeza simples, nas palavras de Princesa: "homens de um lado, mulheres de outro. E eu?". (ALBUQUERQUE; JANNELLI, 1995, não p.).

3.2. O filme *Princesa*

O filme *Princesa* (Reino Unido e Itália, 2001) absorve e transforma a autobiografia homônima produzida em Roma. A ela, o cineasta Goldman acrescentou muito de sua longa pesquisa realizada no meio travesti da Itália. A fim de absorver melhor a visão de mundo das travestis, ele permaneceu por dois meses na Pensione Napoli em Milão com a verdadeira Fernanda e doze outras travestis brasileiras envolvidas com o trabalho sexual. Goldman também relatou sua rotina noturna, juntamente com o grupo, de pegar uma van que iria levá-los a Ospitaletto nos arredores de Brescia, onde mais de sessenta travestis seminuas, predominantemente brasileiras, exibiam seus corpos para filas intermináveis de clientes em seus carros. Surpreendentemente, a atmosfera era muito festiva e ele não percebeu essas pessoas como vítimas da sociedade. (GOLDMAN, 2004, p. 4).

O sonho de uma cirurgia de redesignação sexual, esparsamente mencionado na autobiografia, tece a trama do filme. Princesa, para ele, destaca-se por encapsular as principais tensões de se sentir uma estranha dentro de seu próprio corpo e da situação dramática de mover-se além das fronteiras nacionais para arrecadar dinheiro para a operação, que, nos termos de Judith Butler, propiciaria sua inteligibilidade cultural, ou seja, a coerência entre sexo, prática sexual e desejo. (BUTLER, 1990, p. 6-35).

Há uma marcante sensação de familiaridade do filme de Goldman com *Cinderella* de Walt Disney (1950). Todavia, o filme de Goldman será analisado em termos de, ao mesmo tempo, evocar e afastar-se do modelo de conformidade da Disney, por sua vez uma adaptação do livro homônimo

de Charles Perrault (1697) para o cinema. Com o respaldo de Zipes (1986, p. xi), argumenta-se que Goldman endossa a estrutura dos contos de fada, mas, ao mesmo tempo, desafia suas perspectivas estabelecidas de gênero, socialização e papéis sexuais, também abrindo os horizontes estéticos para uma protagonista que desestabiliza a dicotomia homem-mulher. Argumenta-se, ademais, que Goldman alinha o filme com a explicitamente política autobiografia, mediante a introdução da fluidez de gênero que dilui as visões tradicionais do espectador sobre os papéis de gênero e a sexualidade. A "agency" da ambígua protagonista será ressaltada, enquanto será avaliada a possível categorização de *Princesa* como um conto de fadas feminista que torna eloquente uma voz que tem sido geralmente silenciada. Zipes (1986, p. 2) é, mais uma vez, eloquente: para ele, para se falar sobre contos de fadas nos dias de hoje, especialmente contos de fadas feministas, deve-se trazer à tona o poder, a violência, a alienação, as condições sociais e os papéis sexuais.

No filme *Cinderella*, de Walt Disney, profundamente conservador e orientado para o mercado, a protagonista sintetiza a jovem mulher paciente e indefesa cuja felicidade depende de um homem que realmente define a sua vida. (ZIPES, 1986, p. 5). O esquema de conto de fadas de Disney fornece um modelo de conformidade de gênero e aceitação apolítica do *status quo* (ZIPES, 2010, p xi), adotado por centenas de outros cineastas: a garota se apaixona por um jovem, muitas vezes um príncipe, ou deseja concretizar seus sonhos; uma bruxa má, uma madrasta, ou forças do mal tentam rebaixar ou matar a moça; a garota perseguida é raptada, mas, em seguida, milagrosamente resgatada, quer por um príncipe ou ajudantes masculinos; há um final feliz sob forma de casamento, riqueza e uma elevação do *status* social que reafirma a realeza. O castelo no clássico de Disney é o lugar onde um dia um príncipe, simbólico do ideal de salvação por um homem, será alcançado mediante a paciência feminina e os traços biológicos de beleza. Em contraste, Princesa, por meio de sua própria "agency", está chegando em Milão, uma heterotopia bem definida, onde ela espera ganhar o dinheiro para a cirurgia de redesignação com o trabalho sexual.

A Princesa do filme de Goldman diverge daquilo que Colette Dowling (1981), no contexto americano, designou o complexo de Cinderela: o desejo psicológico de mulheres, às quais a liberdade ameaça, de buscar

proteção, ser cuidada e ter alguém para assumir a responsabilidade por elas; mesmo algumas egressas das universidades se apegam a esse velho anseio de segurança e do desejo de serem salvas:

> O complexo de Cinderela – uma rede de atitudes e de medos repressivos – mantém as mulheres em uma espécie de lusco-fusco, subtraindo-as do pleno uso de suas mentes e criatividade. Como Cinderelas, as mulheres de hoje continuam desejando algo externo que transformará suas vidas. (DOWLING, 1981, p. 27-28).

Mas Princesa se desvencilha do complexo de Cinderela: é por meio de sua "agency" e do trabalho sexual, uma solução contingente e temporária, para ela, como para Sônia Miquelin, que ela concretizará seu sonho de uma operação de mudança de sexo.

Goldman não vitimiza Princesa, tampouco lança um olhar de compaixão a ela. Após a chegada em Milão, um velho amigo apresenta Fernanda para Karin, uma cafetina de meia-idade protetora de um grande grupo de travestis. Essas madrinhas são atores sociais que geralmente desempenham o papel basicamente feminino da maternidade na vida das travestis. Elas preenchem a lacuna da mãe ausente, pois as travestis geralmente abandonam o lar durante a puberdade, quando as mudanças corporais se tornam evidentes. Essas madrinhas, assim, ressignificam outra característica do feminino: a reprodução social de novas travestis. (BENEDETTI, 2005, p. 102-103).

As tomadas iniciais do filme de Goldman, de elegantes mulheres de classe alta nas ruas comerciais de Milão, conferem expressão visual aos valores positivos associados com a Europa; este continente, para Pelúcio, é um portador ancestral de significantes positivos – prestígio, glamour, vida artística e uma série de referências que situam a realização dos travestis no palco e apontam para o sucesso do projeto feminização. Mas, nesse lugar utópico, Princesa sente na pele não só o brilho, mas também a acidez da humilhação e da inveja da cafetina.

A trama do filme de Goldman começa a divergir nitidamente do predecessor de Disney quando o cliente Gianni procura Princesa na

Piazza, retorna suas roupas que haviam ficado no banco do carro, paga pelo seu trabalho sexual e a convida para jantar. Princesa aceita dele as desculpas por tê-la jogado nua para fora do carro, ao mesmo tempo em que exige dele o direito a um tratamento digno ("*não se trata as pessoas assim*") e afirma sua "agency" ("*Eu tenho que trabalhar*"). A relação amorosa começa, mas o que distingue Princesa das representações de Cinderelas passivas na ficção e no cinema é a sua tenacidade. O trabalho é, de fato, um tema recorrente durante o jantar. Ele menciona uma lacuna em seu casamento, não ter filhos e o fato de a sua carreira e a da esposa terem afastado o casal. Está implícito que a esposa devotada à carreira não cumpre o papel de Cinderela. Princesa e Gianni viajam juntos para um lugar idílico, como um prelúdio para o que promete ser um relacionamento de longa duração. Gianni, não mais um cliente, confessa que está loucamente apaixonado por ela. Além de deixar sua esposa para ficar com Princesa, ele está feliz por pagar a operação e montar uma casa para os dois viverem felizes para sempre. Não mais se vestindo para o trabalho sexual nas ruas, Princesa projeta um senso de feminilidade de classe média por meio de uma série de símbolos universais, por exemplo, um corte de cabelo – portador de significados sociais altamente visível e importante –, que subtrai a feminilidade sobredeterminada das travestis. A heteronormatividade também se evidencia na divisão sexual do trabalho estabelecida no cotidiano do casal.

No mundo das travestis brasileiras, de acordo com Marcos Benedetti (2005, p. 18), transexuais são os indivíduos que passam pela cirurgia de redesignação, enquanto travestis se vestem como mulheres, vivem como mulheres e transformam seus corpos de modo a assemelhá-los ao máximo aos corpos femininos sem, no entanto, se submeterem à cirurgia de redesignação. A mudança de sexo, a fase final do processo de transexualização, é apenas esporadicamente mencionada na autobiografia de Princesa, em contraste com sua potencialização no filme. Mas Princesa cada vez mais questiona o seu sonho de um marido heterossexual e, nos termos de Pelúcio (2008, p. 11), seu desejo anterior de merecer os mesmos gestos cavalheirescos que uma mulher biológica mereceria.

O psicoterapeuta fornece a Princesa os detalhes do processo de transformação corporal por meio da cirurgia sexual. Ela se sente cada vez mais indisposta durante o aconselhamento médico e a terapia hormonal produz uma sensação de vazio e apatia. Sua libido é baixa e o sexo na vida cotidiana com Gianni é diferente do frenesi nas ruas. As tensões aumentam e Princesa perde todas as suas certezas quando experimenta ter sexo penetrativo com Gianni e ele obtém prazer de seus atributos masculinos e trânsito em ambos os papéis sexuais. Isso é percebido como uma anomalia num relacionamento "heterossexual", uma vez que contraria os valores de gênero nos quais o homem não pode assumir o papel receptivo na relação sexual. (BENEDETTI, 2005, p. 121).

A domesticidade se transforma cada vez mais num projeto de incompletude para Princesa. O papel de esposa, ou melhor ainda, de Cinderela, não a satisfaz; a ideia de um lar heterossexual como o local da felicidade não se materializa. As tensões entre sexo reprodutivo e não reprodutivo afloram quando a ex-mulher de Gianni visita o casal e revela que ela está esperando um filho dele. Essa gravidez torna Princesa ainda mais consciente do seu papel incompleto e do que Silva (2007, p. 148-149) descreveu como o senso de autoacusação e de usurpação do lugar da outra pelas travestis.

Nas suas reações pouco passivas, Princesa desiste da cirurgia e do privilégio de um relacionamento monogâmico heterossexual. Gianni implora para que ela fique, mas ela, afastando-se da identidade heterossexual, vai embora e retoma a vida mais emocionante e menos sufocante da rua. A travesti quer ser admirada. A rua vibrante e teatral seduz e confere maior visibilidade aos seus atributos associados ao feminino, com os quais ela se sente bonita e desejada; a rua é também um lugar de sociabilidade, onde as travestis desfrutam de um sentimento de pertença. (PELÚCIO, 2008, p. 8-10).

Princesa opta por restabelecer sua feminilidade travesti, exibindo seu novamente longo e volumoso cabelo, um símbolo público de potência sexual. O gênero das travestis é definido, acima de tudo, por parecer e se sentir mulher. Seu retorno à rua é também assinalado pelo uso de um vestido de baile brilhante (que evoca a celebração de uma nova vida por Cinderela com seu príncipe no palácio real) como instrumento de valorização de seu

corpo feminino esculpido e novamente erotizado. Há um olhar de satisfação e realização na sua performance hiperbólica do feminino.

A adaptação de Goldman da autobiografia desloca o foco da política revolucionária de Jannelli para uma política de gênero que dignifica os invisíveis nas estatísticas de gênero. Goldman projeta a segurança emocional e a satisfação sexual de uma Princesa que opta por sair da heteronormatividade e pela continuada desestabilização das polarizações homem-mulher. Princesa triunfa na sua ambivalência, uma heroína e um herói, uma princesa e um príncipe. O seu senso de pertencimento, contudo, continua restrito ao enclave de travestis.

4. À GUISA DE CONCLUSÃO

As análises do confessional e do autobiográfico acima confirmam a relevância e a produtividade dos estudos de gênero na recente emigração brasileira. Apontam, também, para a necessidade de estudos quantitativos abrangendo universos mais abrangentes e para a premência de se realizarem investigações da interseção migração/gênero, respaldadas em outras metodologias, como as histórias de vida. Nem todos os emigrantes têm o talento para a escrita ou os meios de produção e publicação de suas escritas, o que restringe o universo da pesquisa. A realização de outros estudos permitiria o acesso a uma gama mais ampla de motivações para a emigração genderizada, bem como ao exame das formas de inserção da(o)s informantes brasileira(o)s em espaços diversos através das fronteiras.

Os diários e autobiografias analisados apontam para importantes questões a serem aprofundadas: as motivações das mulheres brasileiras para emigrar; as formas pelas quais a emigração pode também ser vista como um processo de transformação de estilos femininos arraigados; a redistribuição das assimetrias de gênero; a redefinição das relações de poder entre os sexos; as mudanças na divisão sexual das tarefas domésticas. A poesia intimista aponta também para a transformação de dolorosos silêncios históricos sobre a transexual idade em audibilidade no exterior, a ser aprofundada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Fernanda Farias de; JANNELLI, Maurizio. *A princesa*: depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

BARKER, Chris. *The Sage dictionary of cultural studies*. London: Sage, 2004.

BARRETO, Natan. Reflexão de Natan Barreto: A palavra e o mundo como esconderijo. In: VIEIRA, Else R. P. (Org.). *Poetas à deriva*: primeira antologia da poesia da diáspora brasileira (bilíngue)/ *Poets adrift*: first anthology of the poetry of the Brazilian diaspora (bilingual). Belo Horizonte: Mazza, 2013. p. 268-276.

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita*: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade)

BHABHA, Homi. *The location of culture*. London & New York: Routledge, 1994.

BRASIL, Mariana. *O manuscrito de Sônia*: entre as fronteiras. 1. ed. São Paulo: Artemis, 2003.

_____. *O manuscrito de Sônia*: Entre as fronteiras. 3. ed. Milão: Edizioni Mandala; Itália Nova Editores, 2012.

BRINKER-GABLER, Gisela; SMITH, Sidonie. *Writing new identities*: gender, nation, and immigration in contemporary Europe. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 1997.

BUTLER, Judith. *Gender trouble*: Feminism and the subversion of identity. London: Routledge, 1990.

_____. *Bodies that matter*: on the discursive limits of "sex". New York: Routledge, 1993.

BYNGTON, Elisa. Prefácio. In: ALBUQUERQUE, Fernanda Farias de; JANNELLI, Maurizio. *A princesa*: depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 7-14.

CINDERELA. Direção: Walt Disney, Produção: Walt Disney Productions Co. Burbank. Califórnia: Walt Disney, 1950. 1 DVD.

CORNWALL, Andrea. Transforming bodies: the embodiment of sexual and gender difference. Sexual and gender difference. In: FARDOM, Richard et al. (Ed.). *The SAGE Handbook of Social Anthropology*. Thousand Oaks: SAGE, University of Edinburgh School of Social and Political Science Social Anthropology, 2012. v. II. p. 356-364.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Eu quero escrever um livro sobre a literatura brasileira*. Disponível em:<http://pontoeletronico.me/2013/02/18/eu-quero-escrever-um-livro-sobre-literatura-brasileira/>. Acesso em: 16 dez. 2013.

DOWLING, Colette. *The Cinderella complex*: women's hidden fear of independence. London: Fontana Paperbacks, 1981.

EVANS, Yara; SOUZA, Ana; TONHATI, Tânia et al. *Por uma vida melhor*: brasileiras e brasileiros em Londres, 2010. Londres: Grupo de Estudos Brasileiros no Reino Unido, março de 2011. Disponível em: <http://www.ioe.ac.uk/IMIGRANTES_BRASILEIRAS_PELO_MUNDO_2013.pdf]>. Acesso em: 16 set. 2015.

EVANS, Yara; SOUZA, Ana; TANHATI, Tânia. *Imigrantes brasileiras pelo mundo.* London: Grupo de Estudos sobre Brasileiros no Reino Unido, 2013. Disponível em: <http://www.ioe.ac.uk/IMIGRANTES_BRASILEIRAS_PELO_MUNDO_2013.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.

FOIS-BRAGA, H. *Corpo em trânsito*: migração transexual e prostituição no livro de depoimento *A Princesa*. Trabalho inédito. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

FOUCAULT, Michel. *The history of sexuality.* v. I. Tradutor: Robert Hurley. New York: Vintage Books, 1990.

GOLDMAN, Henrique. *Henrique Goldman on Princesa.* 2004. Disponível em: <http://www.film4.com/featurs/article/Henrique-goldman-on-princesa>. Acesso em: 04 mar. 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de cárcere*: apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio; HENRIQUES, Luiz Sérgio (Org.). Tradução de: COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2, Caderno 12.

GRAWAL, Inderpal; KAPLAN, Caren (Ed.). *Scattered hegemonies*: postmodernity and transnational feminist practices. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

GREENHILL, Pauline; MATRIX, Sidney Eve. Introduction: envisioning ambiguity: fairy tale films. In: GREENHILL, Pauline; MATRIX, Sidney Eve (Ed.). *Fairy tale films*: visions of ambiguity. Logan, Utah: Utah State University Press, 2010. p. 1-22.

HERDT, Gilbert. Third sex, third gender: beyond sexual dimorphism in culture and history. In: CORNWALL, Andrea. Transforming bodies: the embodiment of sexual and gender difference. Sexual and gender difference. In: FARDOM, Richard et al. (Ed.). *The SAGE handbook of social anthropology*. Thousand Oaks: SAGE, 2012. p. 377-388. v. II.

HOLLANDA, Chico Buarque de. *Duas cidades*. Rio de Janeiro: Sony Music, 1999. 1 CD.

JANNELLI, Maurizio. Breves anotações sobre o contexto. In: ALBUQUERQUE, Fernanda Farias de; JANNELLI, Maurizio. *A princesa*: depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 15-21.

KING, Russel; CONNELL, John; WHITE, Paul. Preface. In: KING, Russel; CONNELL, John; WHITE, Paul (Eds.). *Writing across worlds*: literature and migration. London: Routledge, 1995. p. ix-xvi.

LEJEUNE, Philippe. *On autobiography.* Editor: Paul John Eakin. Translator: Katherine Leary. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

MARGOLIS, Maxine. *Little Brazil*: imigrantes brasileiros em Nova York. Tradutores: Luzia A. de Araújo et al. São Paulo: Papirus, 1994.

_____. *Goodbye, Brazil: Emigrés* from the land of soccer and samba. Madison: The University of Wisconsin Press, 2013.

MARTES, Ana Cristina Braga. *Brasileiros nos Estados Unidos*: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MOMSEM, Janet Henshall. Maids on the move: victim or Victor. In: MONSEM, Janet Henshall (Ed.). *Gender, migration, and domestic service*. Routledge, 1999. p. 1-25.

MOROKVASIC, M. Birds of passage are also women. *International Migration Review*, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984.

NACIFY, Hamid. *An accented cinema*: exilic and diasporic filmmaking. Princeton: Princeton University Press, 2001.

PELÚCIO, Larissa. *Travestis brasileiras*: singularidades nacionais, desejos transnacionais. 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2035/ABA_GT35_Travestis%20brasileiras_desejos%20transnacionais.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

PESSAR, P. R. *Women, gender, and international migration across and beyond the Americas*: inequalities and limited empowerment. Expet Group on International Migration and Development in Latin America and the Caribbean, 2005. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/IttMigLAC/P08_PPessar.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2008.

PONZANESI, Sandra. *Paradoxes of postcolonial culture*: contemporary women writers of the Indian and African diaspora. Albany, NY: State University of New York Press, 2004.

PRINCESA. Direção: Henrique Goldman. Itália: Bac Films, 2001. Filme.

SILVA, Hélio R. S. *Travestis*: entre o espelho e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SMITH, Sidonie; WATSON, Julia. Introduction: mapping women's self-representation at visual/textual interfaces. In: SMITH, Sidonie; WATSON, Julia (Ed.). *Interfaces*: Women/ Autobiography/ Image/ Performance. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003. p. 1-46.

_____. *A guide for interpreting life narratives*: reading autobiography. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

VIEIRA, Else R. P. *A feminização da imigração brasileira e o trabalho sexual hétero e homossexual no Reino Unido*. Grupo de trabalho: questões de gênero para imigrantes brasileiros na Europa. Lisboa, 30 set. a 02 out. 2011. Comunicação Oral.

_____. (Org.). *Poetas à deriva*: primeira antologia da poesia da diáspora brasileira (bilíngue)/*Poets adrift*: first anthology of the poetry of the Brazilian diaspora (bilingual). Belo Horizonte: Mazza, 2013a.

_____. *Brazilian writers abroad*: cartography and quantitative analysis. 2013b. Disponível em: <http://zip.net/bpncyH>. Acesso em: 06 set. 2015.

_____. *Correspondência com Sônia Miquelin*. Inédita. 2014.

_____. Mariana Brasil: a literatura como *Tikkun*e, a (re)escrita de vida de Sônia Miquelin. In: VIEIRA, Else R. P. (Org.). *Escritores da diáspora brasileira*: ações editoriais e processos de alteridade. Belo Horizonte: Mazza, 2015. p. 129-146.

WILLIAMS, Christy. The shoe still *fits*: ever after and the pursuit of a feminist Cinderella. In: GREENHILl, Pauline; MATRIX, Sidney Eve (Ed.). *Fairy tale films*: visions of ambiguity. Logan, Utah: Utah State University Press, 2010. p. 99-100.

WOOLF, Virginia. *A room of one's own*. 2004. Disponível em: <http://ebooks.adelaide.edu.au/w/woolf/virginia/w91r/index.html>. Acesso em: 06 set. 2015.

_____. *Street haunting*: a London adventure. Disponível em: <http://grammar.about.com/od/classicessays/a/strtwoolfessay.htm>. Acesso em: 06 set. 2015.

ZIPES, Jack. *Don't bet on the prince*: contemporary feminist fairy tales in North America and England. New York: Grover, 1986.

_____. Foreword: grounding the spell: the fairy tale film and transformation. In: GREENHILL, Pauline; MATRIX, Sidney Eve (Ed.). *Fairy tale films*: visions of ambiguity. Logan, Utah: Utah State University Press, 2010.

Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo

Sônia Fátima Schwendler

INTRODUÇÃO

As mulheres do campo vêm ocupando as ruas, as escolas e universidades públicas, os espaços de construção da política pública, o latifúndio improdutivo, os espaços de monopólio do agronegócio e, com sua irreverência e insubordinação, começam a sair da invisibilidade histórica como camponesas e mulheres. Na luta contra-hegemônica, para além da reivindicação, trazem propostas que desafiam os governos, os movimentos sociais de campo e a própria teorização feminista. No contexto atual, "os movimentos das mulheres camponesas são um dos movimentos mais enraizados e contam com maior organicidade e capacidade de mobilização em nosso país". (FARIA, 2009, p. 13). Declaram também que sua luta deriva de uma perspectiva feminista e de consciência de classe. (SCHWENDLER, 2014).

Apesar da influência que o movimento feminista tem exercido sobre as organizações de mulheres rurais, ainda há muitas lacunas na história feminista sobre a luta política e de gênero das camponesas.[63] Essa

63 Cabe destacar que a temática das mulheres camponesas, aos poucos, vem ocupando um espaço significativo nas reflexões da academia e dos movimentos sociais.

ausência pode ser explicada a partir de alguns fatores: 1) embora as práticas e posturas dos movimentos de mulheres do campo trouxessem presente uma lógica feminista, havia uma negação do feminismo, considerado pequeno-burguês; 2) a visão majoritária da esquerda, presente nos movimentos sociais de campo, era de que a emancipação da mulher e as mudanças nas relações de gênero seriam uma consequência da transformação do modo de produção, por meio de um projeto socialista; 3) apesar de significativas mudanças, a teorização do feminismo tem sido marcada fortemente por uma visão eurocêntrica, urbano-industrial, em que as questões étnico-raciais e, principalmente, a forma de organização e luta das mulheres quilombolas, campesinas, indígenas, ocupam um espaço marginal.

Considerando esse contexto, e buscando contribuir com a história feminista a partir da perspectiva organizacional das mulheres camponesas, o presente artigo se propõe a analisar as práticas, os saberes e discursos de gênero construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo. Em primeiro lugar, examinam-se os elementos que contribuíram para a organização das mulheres camponesas no Brasil, e o modo como o discurso de gênero tem sido incorporado na luta de classe. Na sequência, discutem-se o processo de construção e as bases do *feminismo campesino e popular* defendido e protagonizado pelas mulheres que se articulam em nível local, nacional e internacional mediante a Via Campesina – uma organização internacional que reúne milhões de camponesas e camponeses, de pequenos e médios agricultores, sem-terra, mulheres camponesas, povos indígenas, migrantes e agricultores ao redor do mundo.[64]

Argumenta-se que o contato das mulheres camponesas com uma leitura feminista, a partir da categoria de gênero, foi crucial para que elas assumissem um discurso de matriz feminista no movimento camponês. É relevante, neste processo, a auto-organização das mulheres, em nível local e internacional, assim como sua inserção na luta dos movimentos sociais populares, o que contribuiu para que elas apresentassem uma proposta de feminismo, com identidade de classe social, a partir de um modo específico de vida, e de um projeto de sociedade e de campo. Nesse contexto, a orga-

64 Participam da Via Campesina, aproximadamente, 164 organizações locais e nacionais de 73 países da África, Ásia, Europa e das Américas. (VIA CAMPESINA).

nização propositiva das mulheres camponesas tem contribuído para romper com sua invisibilização na luta política, na organização do trabalho produtivo, bem como na história do próprio feminismo brasileiro e latino-americano.

Para esta análise, tomaram-se por base estudos teóricos que discutem a luta das mulheres camponesas; documentos produzidos pelos movimentos sociais de campo; entrevistas realizadas em 2011, tendo como principais interlocutoras as mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); e minha própria experiência junto aos movimentos sociais, como pesquisadora, formadora e militante.

A ORGANIZAÇÃO E AS DEMANDAS DE GÊNERO DAS MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL

A organização das mulheres camponesas na América Latina e, particularmente no Brasil, tem suas raízes na luta de classes, na organização do movimento feminista e de mulheres e na luta pela democratização política. (STEPHEN, 1997; ALVAREZ, 1990; SCHWENDLER, 2013). Embora sem visibilidade como sujeito político autônomo, muitas mulheres do campo participavam dos movimentos sociais, dos sindicatos e das pastorais sociais. Suas primeiras lutas organizadas, nos anos de 1980, foram pela participação política e sindical, pelo reconhecimento de sua profissão (agricultora), e por direitos decorrentes desse reconhecimento. Como não eram reconhecidas como trabalhadoras rurais, elas ficavam excluídas dos benefícios sociais.

A organização das mulheres camponesas está fortemente conectada com as transformações da agricultura, como resultado da implementação do capitalismo transnacional pelo governo militar, que trouxe significativos impactos para o campesinato, e em específico para as mulheres, que viram sua tradicional forma de participação na agricultura ser substituída pelo uso intensivo de agroquímicos e pela mecanização da agricultura. Nesse contexto, elas integram o movimento de resistência ao modelo de desenvolvimento adotado no campo, por meio dos movimentos sociais de luta pela terra, da Comissão Pastoral da Terra, das Comunidades Eclesiais de Base e

do novo sindicalismo rural. Contudo, apesar de partícipes na luta de classes, elas eram marginalizadas nos principais espaços organizativos do campo.

> Porque as mulheres participam das oposições sindicais e quando elegem as primeiras direções elas se dão conta que elas estão fora do sindicato, não são sócias, porque quem é sócio é o marido e elas apenas são representadas. E é neste momento que na agricultura também vem todo o pacote verde com a ditadura. E o pacote verde expulsa as mulheres do campo. Porque quando entra a máquina e o veneno não precisa mais o trabalho da mulher. Não precisa mais carpir. E quem dirige o trator, 99,9% são os homens. Então as mulheres sentem que estão sendo marginalizadas. Elas vêm para a luta e organizam o Movimento de Mulheres Agricultoras. Ele nasce deste embate de expulsão das mulheres das tarefas da agricultura. E elas neste momento lutam pelo direito de ser agricultoras. Porque não existia a profissão de agricultora. Hoje existe, as mulheres se aposentam, têm direito ao salário maternidade, ao auxílio em acidente de trabalho. Mas isto tudo foi possível depois que elas começam a fazer a luta e se descobrem como ser social. (I.G., líder nos Setores de Gênero e Educação do MST).[65]

Diante disso, elas começam a questionar a hegemonia masculina na representação sindical e o direito à autonomização na sua representação como trabalhadoras, desvinculando-se de seu papel subordinado na relação familiar camponesa, na qual a mulher é representada pelo chefe e provedor da família. A luta para a sindicalização das mulheres traz presente a busca pela conquista de direitos de cidadania junto ao poder estatal, para se tornarem sujeitos políticos autônomos. (ESMERALDO, 2013). A afirmação da identidade política "mulheres agricultoras" (da trabalhadora rural) foi

65 Esta e as demais entrevistas, citadas com as iniciais do nome das entrevistadas para manter seu anonimato, foram concedidas à Sônia Fátima Schwendler, em março e abril de 2011, como parte da pesquisa de doutorado pela Universidade de Londres. A pesquisa contou com o financiamento da Universidade Central de Londres – grant awarded by the Academic Trust Funds committee from the *Convocation Trust Appeal Fund for the Central Research Fund* – e do College Queen Mary, além do apoio da Universidade Federal do Paraná e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, através da bolsa do Programa de Doutorado Pleno no Exterior.

crucial para a conquista e o acesso a direitos sociais. Nesse processo, elas articularam lutas por igualdade de direitos sociais na/pela afirmação de diferenças. (SALVARO; LAGO; WOLFF, 2013).

As mulheres do campo se deram conta que não tinham os mesmos direitos das trabalhadoras urbanas. E para lutarem por direitos constitucionais elas compreenderam que precisavam ocupar espaços institucionais na arena política. "Vinha muito forte o debate da profissionalização das mulheres, que eram discriminadas ao chegarem à cidade... que as da cidade tinham direito e as do campo não tinham. Este processo faz com que as mulheres se sindicalizem e disputem também as eleições" (J. C., Líder fundadora do MMC, entrevista, 2011). Assim, em 1986, o estado de Santa Catarina elegeu Luci Choinacki[66] a primeira mulher camponesa como Deputada Estadual e, a partir desse período, muitas mulheres do campo foram eleitas nos diversos estados como vereadoras, deputadas estaduais e federais. Ainda, em meados da década de 1980, elas participam do processo de mobilização dos movimentos de mulheres para influenciar a Assembleia Nacional Constituinte, por meio de marchas e abaixo-assinados. (SILIPRANDI, 2013). Como consequência, na Constituição de 1988 elas conquistaram o direito das mulheres à terra e sua inclusão como beneficiárias da previdência social, para fins de aposentadoria, licença-saúde e licença-maternidade, tornando o Brasil pioneiro na América Latina na extensão dos benefícios sociais para mulheres trabalhadoras rurais como destacam Carmen Deere e Magdalena León (1999). No entanto, esses direitos somente se efetivaram em decorrência da luta contínua do movimento das mulheres do campo. (SCHWENDLER, 2009). Segundo Nalu Faria (2009, p. 13), "esta conquista representou a mais importante medida de distribuição de renda das últimas décadas". Além disso, as "trabalhadoras do campo conquistaram reconhecimento, embora a efetivação dos seus direitos seja demorada e não altere automaticamente a relação familiar e a sua responsabilização pelo trabalho doméstico".

O contato das mulheres camponesas com o discurso de igualdade de gênero, desenvolvido no contexto de consolidação do movimento

66 Em 1986, foi a única mulher eleita para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e, em 1987, como deputada estadual constituinte. Em 1990 elegeu-se para a Câmara dos Deputados pelo Partido dos Trabalhadores, para onde foi reconduzida em 1999, 2003 e 2011.

feminista, e a não priorização dos problemas de gênero apontados pelas mulheres dentro dos movimentos mistos, como os sindicais e os de luta pela terra, que os consideravam irrelevantes perante as reivindicações de classe e econômicas, contribuíram para que muitas mulheres optassem por formar movimentos autônomos. (STEPHEN, 1997; DEERE, 2003; PAULILO, 2006; SILIPRANDI, 2013; SCHWENDLER, 2015). Formam-se, assim, em meados da década de 1980 os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) ou de Agricultoras (MMAs), principalmente no Sul e no Nordeste do país. Em 2004, alguns desses se unificaram formando uma organização nacional, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), articulado à Via Campesina. No Norte e no Nordeste, ocorre na década de 1990 a articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu. As mulheres também se organizam a partir de suas especificidades, como de pescadoras, indígenas e quilombolas, entre outras. Um significativo número de mulheres que estavam inseridas na luta pela terra e sindical organizou-se e disputou espaço dentro das próprias organizações. Além disso, elas construíram estratégias para viabilizar a participação e ampliar seu poder nas instâncias de decisão dos movimentos, como as cotas, as atividades formativas específicas para as mulheres, os debates de gênero nas atividades gerais dos movimentos, a criação das cirandas infantis, as campanhas internas de combate à discriminação e violência de gênero, entre outras. Para viabilizar essas propostas foram criadas instâncias específicas nas estruturas dos movimentos sociais e sindicais: o Setor de Gênero (1996) no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a Comissão Nacional da Trabalhadora Rural (1991) na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Nas organizações mais recentes, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF), as mulheres também se organizaram em comissões e secretarias específicas. (SILIPRANDI, 2013).

Na década de 1990, num período de globalização e de intensificação das políticas neoliberais, as mulheres do campo, organizadas em movimentos autônomos, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em conjunto com as mulheres que se organizavam dentro dos movimentos sociais mistos, se articulam nacional e internacionalmente e participam da

constituição da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) e da Via Campesina.[67] Nesses espaços as mulheres também se organizaram, constituíram a Assembleia de Mulheres[68] e construíram uma agenda de gênero na luta de classe.

Em nível nacional, durante o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizado em 1995, elas constituíram a Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, a ANMTR,[69] com o intuito de unificar a luta de gênero com a de classe. Entre as propostas assumidas por esta rede estavam: a necessidade de concentração em ações que assegurassem os direitos constitucionais e do desenvolvimento de ações coletivas no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. (DEERE, 2003). Sua primeira ação foi o desenvolvimento da Campanha nacional "Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos" (ANMTRBrasil, 1997), que teve como objetivo conscientizar as mulheres do campo de que a documentação pessoal e profissional era fundamental para que elas se tornassem sujeitos de direitos, uma vez que sua posição como trabalhadoras rurais fora reconhecida politicamente a partir da luta das mulheres do campo.[70]

A constituição de uma articulação nacional de mulheres evidenciou divergências internas, em relação às concepções e estratégias de libertação das mulheres. "Ela nasce num debate entre os movimentos sociais e as ONGs, que tinham muito forte este debate de gênero, mas vinculado à questão do corpo, da sexualidade, mas muito desvinculado da luta de classe, de uma

67 A CLOC e a Via Campesina surgiram durante a Campanha Latino-Americana dos 500 anos da resistência indígena, afrodescendente, camponesa e popular (1989-1992).

68 A organização da Assembleia de Mulheres, que ocorre antes das conferências da CLOC (desde 1997) e da Via Campesina (desde 2000), tem ampliado o poder de barganha das mulheres para participarem do debate sobre as questões agrárias, bem como das principais decisões sobre a agenda política das organizações e dos movimentos sociais.

69 A ANMTR deixa de existir em 2004, tendo em vista que os mesmos movimentos participavam da Via Campesina – Brasil. Nesse contexto, com exceção do Norte e Nordeste, na maioria dos estados os movimentos autônomos, que antes se organizavam como Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTRs, se articulam nacionalmente como o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

70 Buscava-se incentivar as mulheres para que fizessem os documentos pessoais e profissionais, tais como: Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física/CPF, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento/Casamento, Carteira de Sócia do Sindicato, Bloco de Notas de Produtora Rural, Talão do INCRA, Contrato de Arrendamento, Carteira de Trabalho e Previdência Social, no caso das assalariadas rurais. Essa campanha contribui para que, em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) implementasse o Programa Nacional de Documentação.

concepção de classe" (I. M., direção nacional do MST, entrevista, 2011). S. K., líder do MMC, argumenta que para as mulheres camponesas que estão mais conectadas com as ONGs, a luta está mais ligada às questões de gênero, enquanto para as do Movimento de Mulheres Camponesas, a luta não inclui somente a libertação da mulher, mas implica também a transformação da sociedade. J. C., dirigente fundadora do MMC, revela que uma das divergências na constituição da ANMTR passava pela questão da participação das mulheres de organizações mistas, como as do MST, o que tem vinculação direta com a ênfase que a luta das mulheres iria assumir.

> Orientadas pela luta de gênero e classe que instituímos a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras rurais. Nesta articulação fiquei na coordenação das lutas. Foi um processo rico, mas com muitas contradições. A Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste não aceitou que fosse uma articulação dos movimentos autônomos e mistos. Elas defendiam que fosse só dos autônomos, tinham dificuldade de entender a Coordenação Latino-Americana das Organizações do Campo (CLOC) e queriam fazer parte de uma rede já existente que era de ONGs e só de mulheres, e nós optamos pela via de articulação internacional, com a CLOC, e mais no sentido principalmente de um posicionamento da luta de gênero, classe e de enfrentamento ao imperialismo. (J. C., entrevista, 2011).

Essa opção pela articulação das mulheres em rede, em sintonia com os movimentos sociais de campo, em nível nacional e internacional, tem levado à construção de uma identidade política e ampliado o seu poder de barganha para construir uma agenda de gênero nas instâncias das lutas sociais e nas políticas de Estado. A esse respeito, I. M. (Dirigente nacional do MST) afirma: "nós mulheres soubemos agarrar forças com este instrumental da luta, da participação nos congressos, nas assembleias latino-americanas e internacionais. Nós influenciamos e fomos influenciadas". Aqui se percebe claramente o funcionamento das "geografias de poder genderizadas" (MAHLER; PESSAR, 2001), onde as mudanças nas ideologias e *habitus* (BOURDIEU, 1990) de gênero são construídas em diferentes escalas geográficas

e produzem impactos que diferem em função da posição social, do capital cultural e político e da agência das mulheres nos distintos espaços.

A atuação política dessas trabalhadoras do campo que se articulam pela Via Campesina – Brasil[71] ganha visibilidade na década de 2010, mais especificamente a partir de 2006, quando elas organizam ações de enfrentamento à expansão do agronegócio no campo como parte da jornada de luta do Dia Internacional da Mulher (VIA CAMPESINA, 2006a).[72] Em sua pauta, elas denunciam os impactos sociais, econômicos e ambientais gerados pelo modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura, em especial, a criação de um deserto verde com a monocultura do eucalipto e produção de sementes e plantas transgênicas, assim como a expulsão das populações indígenas, quilombolas e camponesas de seus territórios. Em contraposição, defendem a agricultura camponesa, com base na soberania alimentar, na produção do alimento saudável e diversificado, bem como na preservação do ecossistema e da vida do planeta. (SCHWENDLER, 2014).

Essas ações as quais ocorrem anualmente, embora envolvam mulheres de outras organizações ligadas à Via Campesina, têm sido coordenadas majoritariamente pelo MMC (originário dos MMTRs) e pelas mulheres do MST. O caso mais marcante e polêmico foi em 2006 com a ocupação do Viveiro da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul por aproximadamente duas mil mulheres. Elas destruíram, como forma de denúncia, as mudas transgênicas destinadas para a monocultura de eucalipto. Nesse contexto, além de questionarem o modelo de agricultura do agronegócio, elas se colocaram no cenário como atoras políticas e econômicas, trazendo para a agenda dos movimentos sociais e das políticas públicas o debate em torno do trabalho histórico e invisibilizado das mulheres – componente essencial

71 A Via Campesina Brasil é composta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

72 Essa estratégia política foi assumida em março de 2000, durante o I Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, organizado pela ANMTR, e que reuniu cerca de 3.000 mulheres em Brasília.

da economia familiar camponesa, da soberania alimentar e da biodiversidade. (SCHWENDLER, 2014).

No mesmo período histórico são organizadas as marchas das Margaridas, a partir do movimento sindical, sob a coordenação da Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da Contag, em articulação com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, e outros grupos. Em 2000,[73] reuniram-se vinte mil trabalhadoras rurais, a partir do lema "Contra a fome, a pobreza e a violência sexista". Nessa grande mobilização, aparece de forma proeminente a reivindicação da propriedade conjunta da terra para casais que participam do programa de reforma agrária (DEERE, 2003).[74] Embora reconhecido pela Constituição Federal, os dados indicam que, até 2000, somente 12% dos beneficiários da reforma agrária eram mulheres. Esse dado se modifica em função de políticas afirmativas de gênero adotadas pelo governo federal a partir de 2003: a Portaria nº 981/2003 do INCRA, que torna compulsória a inclusão do nome da mulher como beneficiária, e a Instrução Normativa 38/2007, que dá preferência às famílias chefiadas por mulheres na destinação dos lotes de reforma agrária. Essas medidas, adotadas a partir da pressão das mulheres camponesas organizadas em movimentos sociais, sindicais e autônomos, contribuíram para que, em 2014, 70% dos beneficiários da reforma agrária fossem mulheres.[75]

A segunda Marcha ocorreu em 2003, com cerca de 50 mil mulheres. Além das reivindicações históricas dos movimentos,[76] as mulheres pautaram pela primeira vez a questão das políticas produtivas, tais como: o acesso a crédito, assistência técnica, formação profissional, geração de renda e comercialização. Pautaram também a necessidade de políticas

73 A primeira Marcha das Margaridas foi organizada em homenagem à líder sindical rural Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, e como parte do movimento internacional feminista Marcha Mundial de Mulheres, originado no Canadá, em 1995. (SILIPRANDI, 2013).

74 As mulheres organizadas em movimentos sociais autônomos e mistos também participam dessa mobilização e assumem em suas lutas a demanda do direito da mulher à terra.

75 Conforme o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

76 Na pauta de luta das mulheres destacam-se: o seu reconhecimento como trabalhadoras na agricultura; o acesso à terra para as mulheres na reforma agrária; a ampliação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários; o acesso à documentação básica e as políticas de saúde e educação (SILIPRANDI, 2013).

de prevenção da violência contra as mulheres do campo. Na terceira Marcha das Margaridas, ocorrida em 2007, cerca de 30 mil mulheres trouxeram, para além das questões históricas, a temática da segurança alimentar e nutricional, a partir de uma crítica ao modelo do agronegócio e do hidronegócio, e propuseram a agroecologia como matriz para a construção de um novo modelo produtivo para o campo; temática esta que não fazia parte, até então, da agenda geral do movimento sindical. Nessa mobilização, trouxeram a demanda da luta contra a violência e a necessidade do cumprimento da Lei Maria da Penha, promulgada em 2006. (SILIPRANDI, 2013).

Considerando essas grandes manifestações da Via Campesina nas comemorações do 8 de março e as marchas das Margaridas, pode-se afirmar que a primeira década de 2000 pode ser vista como a fase em que as agricultoras apareceram no espaço público pela primeira vez, "como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando também o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas e exigindo tratamento diferenciado da parte da sociedade e do Estado". (SILIPRANDI, 2013, p. 334). Paralelamente, esses coletivos de mulheres avançaram no aprofundamento do debate das relações de gênero e do seu papel no espaço das famílias e na sociedade, onde trazem como demanda a mudança na divisão do trabalho, denunciam a violência de gênero e questionam a ausência de poder nas relações familiares. Destaca-se que os movimentos de mulheres rurais não têm ficado restritos

> às reivindicações históricas de inclusão das mulheres em políticas públicas, mas avançam na proposição de um modelo de desenvolvimento para o campo que combina questões estratégicas presentes nos movimentos ecologistas/ambientalistas com elementos trazidos historicamente pelo feminismo. (SILIPRANDI, 2013, p. 336).

Nesse contexto, as mulheres da Via Campesina (re)significam o feminismo a partir da materialidade de suas lutas sociais e de um projeto de campo e sociedade.

A CONSTRUÇÃO DE UM FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR NA VIA CAMPESINA

A organização das mulheres camponesas, em movimentos autônomos e mistos, traz presente desde o início de sua formação a influência do pensamento feminista.[77] Em suas lutas por participação política, pelo reconhecimento como trabalhadoras do campo, e por direitos de cidadania, elas colocam em pauta práticas e posturas feministas.

> Na verdade, eu diria, se você olhar mais profundamente, a luta das mulheres, a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas, você vai ver como ela já nasceu de uma perspectiva feminista muito clara, tanto desta compreensão de quem está na luta e é desvalorizada, não é visibilizada. Não há uma visibilidade maior, há, muito pelo contrário, de ser as subservientes, que vão elevando a luta, fazendo o trabalho de base, indo pras comunidades, assumindo os espaços, mas não ocupando sua condição na questão do empoderamento. Então as mulheres enfrentam isto desde o primeiro momento. (S. K., líder do MMC, entrevista, 2011).

Essas posturas feministas, no entanto, não aparecem em seus discursos e em seus materiais de formação, como afirma Valdete Boni (2013), ao analisar o Movimento de Mulheres Camponesas como um movimento camponês e feminista. As mulheres já faziam o debate sobre gênero e classe, mas o tema do feminismo ainda era considerado tabu dentro do movimento, em função de uma presença intensa da Igreja.[78] Por outro lado, cabe destacar que a influência da Igreja, a partir da ala progressista, foi decisiva para a participação feminina. (PAULILO, 2006). Dados de pesquisa de campo. (SCHWENDLER, 2011) revelam que era após os encontros de domingo na Igreja Católica que as mulheres se organizavam para debater a condição da mulher do campo e os seus direitos trabalhistas.

77 A origem do movimento de mulheres rurais se situa no contexto da abertura democrática na década de 1980 e da consolidação do movimento feminista e de mulheres no Brasil. (ALVAREZ, 1990).

78 A situação é semelhante quando nos referimos à organização das mulheres nos movimentos sociais mistos.

Maria Ignez Paulilo (2006) destaca que o que atraía as mulheres para a participação no movimento de mulheres eram as reivindicações trabalhistas, institucionalizadas a partir da Constituição de 1988, e que somente na década de 1990 as questões propriamente feministas começam a ser priorizadas entre as militantes, de modo que elas afirmam a necessidade da autonomia do movimento ante a Igreja, o Estado e os partidos políticos. Para a autora, passar do enfoque trabalhista para o de gênero não foi tranquilo uma vez que o próprio movimento das mulheres trazia presente a concepção dos direitos humanos como universais, sem analisar as contradições entre liberdade e igualdade. De acordo com Joan Scott (1988), estava presente uma concepção masculina de direitos humanos, em que a própria classe social foi apresentada como uma categoria universal. Assim, as mulheres trabalhadoras, como exemplo específico da experiência geral de classe, estariam incluídas em qualquer abordagem sobre a classe trabalhadora como um todo; ou seriam uma exceção problemática, com necessidades e interesses particulares em detrimento da classe política.

A história dos movimentos sociais de campo tem sido marcada fortemente por esta compreensão de que as questões de gênero e de participação das mulheres seriam resolvidas por meio da luta de classe e da implementação do socialismo. Assim, a luta pela transformação social, entendida como geral, devia ter prioridade sobre as lutas consideradas específicas, como as das mulheres. Somado a isso, esses coletivos compartilhavam de uma compreensão da agricultura familiar camponesa e da reforma agrária como sendo neutras em termos de gênero. A família é compreendida a partir de uma visão harmônica e unitária, a partir da premissa de que o que é bom para todos os membros da família, é bom também para a mulher, e que ao beneficiar o chefe de família, todos os membros seriam beneficiados. Além disso, como destaca Paulilo (2006), a imagem de uma família coesa é mais eficiente na luta de classe do que a de uma em conflito. Essa visão harmônica de família, aos poucos vem sendo questionada pelas mulheres que se organizam em lutas e movimentos específicos, a partir das contribuições de uma leitura feminista.

Dessa forma, pode-se afirmar que foi o contato das mulheres camponesas com a temática de gênero que possibilitou que elas fizessem

uma releitura da relação entre classe e gênero. Isso contribuiu para que elas transformassem os *interesses práticos de gênero* – refletem a percepção das condições concretas da posição da mulher dentro da divisão sexual do trabalho – em *interesses estratégicos de gênero* – resultam da análise da subordinação da mulher e da formulação de alternativas mais viáveis do que as existentes. (MOLYNEUX, 1985). Desse modo, a partir de uma intencionalidade política e educativa, elas começaram a construir espaços e ações estratégicas para mobilizar as mulheres para a luta e conscientizá-las da importância de seu empoderamento para modificar as assimetrias de gênero no movimento social, na organização familiar e comunitária, e para conquistar políticas afirmativas de gênero. Nesse contexto, entra a importância tanto da articulação nacional das mulheres como de sua participação e articulação no movimento campesino e indígena transnacional.

Um dado significativo é que o movimento transnacional da Via Campesina e da CLOC assume o conceito de gênero como categoria teórica. Vários fatores contribuíram para este fim, entre eles: a organização de movimentos de mulheres camponesas na década de 1990 que assumiram o feminismo em sua luta; o contato dos movimentos da América Latina com discursos mais avançados sobre igualdade de gênero, proferidos pelas organizações camponesas da Europa; a premissa de que o desenvolvimento de uma nova sociedade, baseada nos princípios da igualdade, da justiça social e da cidadania, implica mudanças nas relações de gênero. (DEERE; ROYCE, 2009). Essa opção, gestada pelo protagonismo das mulheres, produziu vários impactos: diminuiu a resistência dos homens e contribuiu na análise e interpretação da condição de desigualdade a que a mulher tem sido historicamente submetida; orientou o desenvolvimento das lutas específicas de gênero e sua relação com a luta de classe (ESMERALDO, 2013); fomentou a adoção da paridade de gênero nos movimentos sociais mistos, em nível local e transnacional; colocou a temática de gênero e a violência contra a mulher como elementos centrais na construção do modelo de soberania alimentar introduzido pela Via Campesina; e trouxe o debate do feminismo para dentro do movimento camponês. (SCHWENDLER, 2015). "É neste contexto, que entra todo debate de gênero e entra agora também este tema mais recente, que eu chamo um passo de qualidade, no interior

no movimento camponês, que é este debate do feminismo". (I. M., direção nacional do MST, entrevista, 2011).

A incorporação de uma análise feminista na Via Campesina foi facilitada em função da criação de uma Comissão de Mulheres na 2.ª Conferência da Via Campesina (1996) no México.[79] Isso contribuiu para que as mulheres colocassem a dimensão da saúde humana e do alimento saudável, das práticas agrícolas sustentáveis, e da participação da mulher na definição de políticas para o campo como elementos cruciais de uma proposta de soberania alimentar inaugurada pela Via Campesina. (DESMARAIS, 2009; 2011).[80] Essa comissão teve como foco principal, entre 1996 a 2000, as mulheres da América Latina. Um dos reflexos dessa ação foi a realização da 1.ª Assembleia Latino-Americana de Mulheres, realizada antes da II Conferência da CLOC, em Brasília (1997), que aprovou a paridade de gênero na participação. Segundo Desmarais (2011), em 2000, na III Conferência da Via Campesina, na Índia, 43% dos delegados eram mulheres. Elas também organizaram a I Assembleia Internacional de Mulheres, o que contribui para a aprovação de um documento sobre gênero e a institucionalização da paridade de gênero na comissão coordenadora da Via Campesina. Essa estratégia forçou as organizações da Via Campesina a repensar o seu trabalho nos espaços locais e regionais a partir de uma perspectiva de gênero e a adotar medidas que fortalecessem o papel das mulheres. (DESMARAIS, 2009).[81] Na IV Conferência Internacional da Via Campesina e na II Assembleia de Mulheres, realizada em São Paulo, em 2004, a temática da violência física, sexual e psicológica contra a mulher é trazida para o debate.

79 As mulheres participam como protagonistas nos espaços internacionais desde a 1.ª Conferência de criação da Via Campesina, que ocorreu na Bélgica em 1993, e na I Conferência da Coordenação Latino-Americana das Organizações Camponesas – CLOC, em 1994, no Peru.

80 O paradigma da soberania alimentar tem como premissa que a alimentação e a agricultura não se restringem ao comércio e que, para viabilizar o combate à pobreza e à fome, a preservação da vida no campo, a economia e o meio ambiente, assim como a gestão dos recursos de modo sustentável, a produção para os mercados locais e nacionais deve ter prioridade sobre a produção para a exportação. (MARTINEZ-TORRES; ROSSET, 2008). O direito e a autonomia na produção do alimento implicam o acesso à terra, o que transforma o próprio alimento em território em disputa. (FERNANDES, 2015).

81 Uma das evidências desse processo é a incorporação, desde 2000, da cláusula da paridade de gênero nas normas organizativas do MST.

Essa temática é aprofundada no Congresso Mundial das Mulheres da Via Campesina, realizado em 2006, em Santiago de Compostela, na Espanha. O evento teve como objetivo principal a análise do significado da igualdade no contexto do campo a partir de uma perspectiva feminista e a definição de metas para o seu alcance. Entre os principais desafios estavam: avançar o debate teórico para que a perspectiva feminista e as demandas do campo fossem incorporadas nas análises do feminismo; ampliar a articulação entre as mulheres da Via Campesina e criar mecanismos para aprofundar a temática do feminismo no movimento camponês, a partir das demandas do campo; assumir-se como feministas. Entre as metas assumidas estavam: promover uma campanha para combater a violência contra as mulheres, ampliar a discussão do feminismo para as organizações que integram a Via Campesina; fortalecer o reconhecimento dos direitos da mulher à igualdade no acesso à terra e aos recursos produtivos. (VIA CAMPESINA, 2006b).

Foi na V Conferência da Via Campesina, realizada em Moçambique, na África (2008), que se instituiu uma Campanha Internacional pelo Fim da Violência contra as Mulheres, tendo como um de seus slogans: "A Soberania alimentar significa acabar com a violência contra as mulheres". A III Assembleia de Mulheres, vinculada a esta Conferência, trouxe o tema da transformação das relações de gênero como elemento central do debate da soberania alimentar, afirmando que a violência gerada pelo modelo neoliberal de desenvolvimento da agricultura não pode ser separada da violência contra as mulheres. (DESMARAIS, 2011). A declaração final da Conferência destaca que: "Se nós não erradicarmos a violência contra a mulher dentro dos nossos movimentos sociais, nós não vamos avançar em nossa luta, e se nós não criarmos novas relações de gênero, nós não vamos ser capazes de construir uma nova sociedade". (VIA CAMPESINA, 2008, não p.). Segundo Pamela Caro (2011), depois da campanha da Soberania Alimentar, a da violência contra as Mulheres é uma das mais ousadas e importantes campanhas dentro do movimento campesino.

Todo esse debate contribuiu para que o tema do feminismo fosse pautado na IV Assembleia de Mulheres do Campo da América Latina, vinculada ao V Congresso da CLOC-Via Campesina, realizado em Quito, Equador, de 8 a 16 de outubro de 2010. A declaração final da Assembleia de Mulheres

afirma um discurso de matriz feminista dentro da luta de classe, o que fica expresso no lema *Sem feminismo não há Socialismo*. (CLOC-VIA CAMPESINA, 2010). O Congresso não só reconhece essa Declaração, destacando que as mulheres continuam sendo vítimas da violência institucional, laboral e doméstica, mas também se compromete a lutar contra todas as formas de violência contra as mulheres. "Nos comprometemos a construir organizaciones y un continente en que mujeres y hombres disfruten relaciones de equidad, respeto y mutuo apoyo. Declaramos que sin feminismo no hay socialismo". (VIA CAMPESINA, 2010, não p.).

O feminismo também é pautado no Movimento das Mulheres Camponesas, assim como pelas mulheres que se organizam no MST, e nos demais movimentos sociais que participam da Via Campesina – Brasil. A posição feminista do MMC se evidencia na sua 11ª assembleia, em 2010, articulada ao conceito de camponês. "Observa-se nesta posição uma aproximação a princípios do feminismo marxista, mas sempre relacionados a sua condição de mulheres camponesas". (BONI, 2013, p. 79). Esta posição também se evidencia no MST, que é um movimento misto.

> E é com base no materialismo histórico dialético, que a gente tem uma base para fazer uma leitura mais acertada da realidade e que nos permita maior instrumental de transformação [...]. E daí a gente tem estudado com este enfoque da luta feminista, da participação das mulheres, da emancipação humana. (I. M., dirigente nacional do MST, membra fundadora da CLOC/Via Campesina, entrevista, 2011).

> Quando a gente começa a estudar o marxismo e o feminismo, e aí o feminismo como classe social dentro de um projeto de sociedade, as relações de gênero dentro da própria classe, como ela acontece [...]. Isto abriu um leque, um horizonte, e um salto de qualidade na formação política e na afirmação feminista dentro do movimento misto [...]. A gente consegue desenvolver um sistema de diálogo, de debate, de formação e de informação com os próprios companheiros para dizer o seguinte: olha a mais valia social também sobrecai sobre as mulheres quando os homens aceitam a exploração. Por exemplo, esta diferença entre a relação de gênero, como este sistema de exploração historicamente

> penalizou as mulheres no trabalho, na relação familiar; como este sistema historicamente trouxe o núcleo da família como a célula de sustentação do sistema de patriarcado, mas também é a sustentação de um sistema de exploração muito maior. (E. P., dirigente nacional do MST, entrevista, 2011).

Embora a perspectiva feminista na luta das mulheres camponesas, que começam a se assumir como feministas, fique mais evidente a partir do Congresso da CLOC-Via Campesina, há uma relação muito forte com as jornadas de luta realizadas no Dia Internacional da Mulher, tendo como referência simbólica a Ocupação da Aracruz Celulose em 2006, no Rio Grande do Sul, como discutido na seção anterior.[82] Dados de pesquisa de campo, realizada em 2011, com militantes do MST e do MMC, apontam que elas articularam abertamente essas propostas dentro do movimento social. N.P., líder regional do MST, afirma: "Essa ação na Aracruz Celulose gerou uma qualidade na luta de classe a partir da ação das mulheres, uma qualidade na posição feminista das mulheres. Hoje em dia, nós publicamente adotamos uma posição feminista e classista". A adoção desta posição, entretanto, não é uniforme, nem linear. No Brasil, em específico, ela se evidencia mais claramente entre as lideranças e a própria juventude feminina do campo que participa dos movimentos sociais e de espaços de formação onde a temática de gênero e do feminismo é debatida.

Essa identificação das mulheres camponesas como feministas é um fenômeno novo no Brasil e na América Latina. (SCHWENDLER, 2012). O mais interessante é que elas estão (re)significando o feminismo a partir das suas experiências, dos seus saberes, da sua cultura, assim como de suas demandas a partir das transformações políticas e econômicas do campo brasileiro. Esse "feminismo camponês e popular" que tem suas raízes nos movimentos sociais populares, especialmente os do campo, está relacionado à luta de classes e à ação política das mulheres. Seu foco principal está na luta pela vida, pela emancipação humana, contra o sistema patriarcal e capitalista. (SCHWENDLER, 2012).

82 Para uma compreensão mais aprofundada do tema, ver Schwendler (2014).

> Quando nós assumimos o slogan que "Sem feminismo não há socialismo", não é apenas um lema. É uma concepção política, onde o feminismo é considerado como uma demanda para os movimentos sociais, de emancipação humana, a fim de construir outro mundo possível. (I. M., dirigente nacional do MST, entrevista, 2011).

De acordo com Caro (2011), o fato de adicionar uma dimensão antipatriarcal à postura anticapitalista historicamente assumida pelo movimento camponês é novo e subversivo e tem um potencial revolucionário, uma vez que traz à tona a desigualdade de gênero dentro da ideologia e das organizações de esquerda.

> Con la consigna "Sin feminismo no hay socialismo" las campesinas quieren decir que el mundo socialista al que aspiran es uno sin exclusiones sociales de clase, pero también, y no en segundo lugar sino como requisito indispensable, sin exclusiones de género, en el que se pongan en práctica las nociones de justicia e igualdad en el espacio social del "afuera", pero también "puertas adentro", en las organizaciones sociales, en la comunidad y en el mundo privado de la casa, la pareja y la familia. (CARO, 2011, p. 125).

Há uma compreensão ascendente de que "uma forte consciência das desigualdades de classe não leva a uma preocupação semelhante com a desigualdade entre gêneros". (PAULILO, 2006, p. 188). Isso pode ser evidenciado pelo depoimento das líderes campesinas do MST. "A ideia de que classe e feminismo são lutas simultâneas é um elemento que deve ser considerado em nossa luta" (P. N., líder regional do MST, entrevista, 2011). De modo semelhante, a líder local do MST, I. L., em entrevista (2011), ressalta que: "se nós quisermos construir uma sociedade diferente, precisamos lutar por esta transformação. Mas a luta de classes por si só não leva à conscientização de gênero. Eu posso ser um revolucionário, sem consciência de gênero, porque é uma questão cultural".

Essa percepção, que não é uniforme, está mais clara para as militantes que têm assumido papel de liderança e participado de espaços

formativos a partir da temática de gênero e mais recentemente do feminismo. É a partir de sua organização, articulação e formação específica nas esferas local e internacional e das jornadas de luta, como o do Dia Internacional da Mulher, mas também de sua atuação junto ao movimento camponês, que as mulheres têm pautado a necessidade de fazer a luta feminista, mas articulada com a luta de classe, pela transformação mais ampla da sociedade. As Mulheres da Via Campesina – Brasil, tanto aquelas de organizações camponesas mistas como aquelas de grupos autônomos de mulheres, "consideram que a sua luta não se restringe à equidade de gênero e à conquista dos direitos das mulheres e do seu empoderamento, mas envolve também o desenvolvimento de uma modelo de agricultura camponesa e a transformação mais ampla da sociedade". (SCHWENDLER, 2014, p. 72).

> O movimento de mulheres camponesas continua a ter um papel crucial na luta pela libertação da mulher e para a transformação da sociedade. É um movimento que demanda a agricultura camponesa e a reforma agrária. Além disso, o movimento tem a responsabilidade de lutar pela igualdade de gênero, pelo reconhecimento do trabalho das mulheres e de sua capacidade, porque a cultura patriarcal continua e é forte no campo. (J. C., líder fundadora do MMC, entrevista, 2011).

> Se nós mulheres não trouxermos nossas demandas para serem discutidas, ninguém vai fazer isso, mas nós não vinculamos nossa luta só com as nossas demandas. Nós conectamos nossas necessidades com o desenvolvimento de um projeto relacionado à soberania alimentar, como um princípio da luta social, com autonomia política do povo e da produção. Agora, há um debate da campanha contra os pesticidas, que é um tema estratégico, conectado à sociedade, mas que afeta particularmente as nossas vidas como mulheres camponesas. A definição de demandas que estão relacionadas com as nossas vidas, a nossa produção agrícola, a nossa condição de trabalhadoras e mulheres é um elemento novo na luta das mulheres. (I. M., dirigente nacional do MST, entrevista, 2011).

As mulheres da Via Campesina, mediante sua auto-organização e seu ativismo no movimento camponês, vêm construindo uma nova perspectiva feminista que envolve a luta de base, fundamentada na teoria da libertação e no vínculo entre a igualdade de gênero e a luta de classe. (SCHWENDLER, 2014). De forma explícita, afirmam a sua luta por um mundo socialista, entendida como uma sociedade justa, igualitária e, acima de tudo, soberana. Essa proposta se insere em outras lutas coletivas, articuladas a partir da Campanha dos 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. É uma proposta política, a partir dos setores populares, que se afirma diante da transnacionalização do capital e contra o modelo de produção agrícola neoliberal, o agronegócio, com o desafio de construir um Projeto Popular de Agricultura Camponesa na óptica feminista. É um projeto baseado na realidade vivenciada pelas mulheres do campo, fundamentado nos princípios da agroecologia, da cooperação e da soberania alimentar como um direito das comunidades camponesas e dos povos originários. (CARO, 2011; CONTE; MARTINS; DARON, 2009).

O Movimento das Mulheres Camponesas tem sistematizado esta proposta em torno de vários eixos de atuação, os quais se constituem como verdadeiros desafios a serem enfrentados pela Via Campesina – Brasil: a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos da natureza, uma vez que a água, a terra e as sementes são compreendidas como patrimônio dos povos a serviço da humanidade; a mudança na estrutura fundiária e a defesa de uma reforma agrária e urbana, no sentido da mudança de políticas em relação ao uso e à apropriação do território nacional; a reforma agrária como fundamental para a viabilização da produção e da economia camponesa e da soberania alimentar, a partir da produção agroecológica, com ênfase na cooperação e na valorização e valoração do trabalho e da renda gerada pelas mulheres, fundamental para sua autonomia; mudança nas relações sociais e produtivas no campo, que implica também a superação das relações patriarcais no espaço da família e da comunidade camponesa; políticas públicas que promovam a autonomia econômica da mulher camponesa, com o acesso ao conhecimento e à tecnologia; valorização da cultura camponesa e da autonomia sobre o processo do trabalho no campo; o fortalecimento da participação das mulheres em todos os espaços

de decisão, sejam estes os da produção, da política, da vida comunitária e familiar, e a promoção da luta contra todas as formas de violência contra a mulher. (CONTE; MARTINS; DARON, 2009).

As mulheres da Via Campesina têm sido algumas das maiores defensoras da proposta de produção sustentável baseada no princípio da soberania alimentar. Sua defesa passa por uma perspectiva de gênero, o que implica, segundo Irene León (2008, p. 8), uma agenda de reivindicação da valorização da função histórica das mulheres campesinas, vinculada ao processo criativo e ao saber social presente na produção alimentar. Para a autora, a divisão patriarcal do trabalho anulou o valor desses saberes, fazendo deles um espaço para a exclusão. Nesse sentido, a reivindicação das mulheres implica uma agenda de reparação, que passa pela transformação das relações de desigualdade entre os gêneros em todas as esferas. Nesse sentido, como afirma Magdalena León (2005), tomar a soberania alimentar a partir de princípios éticos de igualdade e liberdade implica assumir o caráter econômico da reprodução e considerar a produção de alimentos para o autoconsumo como uma atividade produtiva. Coloca-se aí a necessidade tanto de politizar o espaço de preparação e de distribuição dos alimentos quanto de visibilizar o papel da mulher no processo produtivo.

A reparação das injustiças de gênero implica, segundo Nancy Fraser (1998), transformação das estruturas da economia política e da cultura. A autora argumenta que longe de ocupar duas esferas separadas, as injustiças culturais (reconhecimento) e econômicas (distribuição) estão interligadas, reforçando-se mutuamente e dialeticamente. Normas culturais sexistas e androcêntricas estão institucionalizadas no Estado e na economia. Da mesma forma, as desvantagens econômicas limitam a igualdade de participação na esfera pública, na existência cotidiana e na produção da cultura, levando a um círculo vicioso de subordinação econômica e cultural. Nesse sentido, a superação da subordinação da mulher e a transformação das relações de gênero implicam a interconexão das demandas materiais, principalmente as questões de propriedade, com questões de reconhecimento. (DEERE; LEÓN, 2001).

Francisca Rodrigues, representando a Coordenação das Mulheres do Campo da América Latina, na IV Assembleia de Mulheres da Via

Campesina, vinculada à VI Conferência da Via Campesina, em Jakarta, na Indonésia (2013), afirma que de seu ponto de vista, o feminismo campesino e popular que foi iniciado articulado à proposta já consolidada da soberania alimentar, precisa ir além do mero reconhecimento da mulher. A proposta precisa incluir a autonomia política, econômica e pessoal das mulheres, assim como o exercício da liberdade para definir o próprio projeto de vida, o que implica a transformação da história marcada pela subordinação. A partir de uma perspectiva feminista, é preciso assegurar que o direito de decidir soberanamente sobre o que, como e para quem produzir seja exercido dentro dos marcos da democracia de gênero, caracterizado por uma prática igualitária de poder e de ocupação igualitária de espaços de decisão, de modo a garantir a participação plena das mulheres nas suas comunidades. (VIA CAMPESINA, 2014).

A IV Assembleia das Mulheres (2013) reafirma a importância da soberania alimentar com justiça de gênero, o que implica a luta contra o neoliberalismo, o patriarcado e pelos direitos das mulheres, tendo em vista que, como produtoras históricas de conhecimento na agricultura e na alimentação, principais responsáveis pela produção de alimento nos países mais pobres e como defensoras da biodiversidade, as mulheres são as mais afetadas pelas políticas neoliberais e sexistas. Elas denunciam que as políticas de ajustes neoliberais têm aprofundado as condições de opressão e discriminação, mediante a precarização e instabilidade do trabalho e a desregulamentação das leis trabalhistas, aumentando as situações de violência contra as mulheres e jovens camponesas, que muitas vezes migram para fugir da violência. Além da luta anticapitalista, as mulheres da Via Campesina afirmam a necessidade do combate à cultura patriarcal enraizada nas organizações sociais, na família e em toda sociedade, por meio da erradicação de todas as formas de violência e práticas sexistas no campo; da promoção da igualdade de gênero e enfrentamento da discriminação; da formação sociopolítica, técnica e de gênero dentro das organizações do campo; do fortalecimento dos mecanismos de participação das mulheres camponesas na formulação de políticas públicas e na gestão de recursos e da terra, no acesso à educação e tecnologia. Nesse manifesto, estimuladas pela construção de um feminismo campesino e popular desencadeado pelas mulheres

da América Latina, elas assumem a bandeira de luta pela "soberania da terra, do território e do corpo", dizendo não à violência contra as mulheres em todas as suas expressões, e destacam a necessidade de expandir este debate por dentro das organizações que integram a Via Campesina em nível internacional. (VIA CAMPESINA, 2013a).

Segundo Caro, a inclusão na agenda feminista campesina de temas vinculados ao corpo das mulheres, como a violência e sexualidade, é crucial para a transformação do padrão tradicional das relações de gênero no campo.

> Para disolver las jerarquías y modificar las relaciones sociales entre los sexos, y a más largo plazo las representaciones mentales que acompañan dichas relaciones, y con ello la dominación masculina, la clave está en el ejercicio de los derechos de las mujeres sobre su propio cuerpo y del uso procreador de este. (CARO, 2011, p. 137).

A Declaração final da VI Conferência da Via Campesina ratificou a Declaração da Assembleia de Mulheres, ao afirmar o respeito aos direitos das mulheres e assumir o compromisso com a igualdade entre homens e mulheres, rejeitando, ao mesmo tempo, o capitalismo, o patriarcado, a xenofobia, homofobia e discriminação baseada em questões raciais e étnicas. Declara que a Campanha contra todas as formas de violência contra a mulher (doméstica, social e institucional) está no centro das lutas da Via Campesina. (VIA CAMPESIA, 2013b).

Esse debate é retomado e reforçado na V Assembleia de Mulheres da CLOC-Via Campesina,[83] no contexto do VI Congresso da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo, realizado em 2015, em Buenos Aires, Argentina. As mulheres da América Latina retomam a questão do reconhecimento de seu trabalho na produção e no cuidado e apontam a necessidade de novas relações que permitam dividir a sua carga e responsabilidade. Afirmam que a cultura patriarcal, incorporada estruturalmente

83 Participaram da Assembleia, mulheres de 18 países das Américas, representando cerca de 400 delegadas de organizações campesinas, rurais, afrodescendentes e indígenas. (CLOC-VIA CAMPESINA, 2015a).

ao capitalismo, tem contribuído para reforçar as relações de poder e exploração, com impacto acentuado sobre as mulheres. Reafirmam a luta contra a violência de gênero e reconhecem a contribuição do feminismo na luta pela libertação e dignidade das mulheres. Elas declaram que apostaram na construção de um feminismo popular e campesino, como forma de agregar a diversidade de representações de mulheres do campo (campesinas, indígenas e afrodescendentes) e as diversas cosmovisões que expressam. As mulheres afirmam um feminismo campesino e popular, insubmisso e socialista, que questione as concepções patriarcais e burguesas que são funcionais às políticas de exploração.

> La concepción feminista que estamos construyendo desde la CLOC – Via Campesina está fuertemente ligada a los procesos políticos organizativos, de formación política y de luchas concretas que cambien la vida social, económica y política de la clase trabajadora y en particular de las mujeres. (CLOC-VIA CAMPESINA, 2015a, não p.).[84]

Destaca-se, entretanto, que esta proposta desde sua origem é permeada de tensões. Para muitos, tanto para as organizações como para as comunidades, incluindo muitas mulheres, principalmente as indígenas, ela é subversiva. Francisca Rodrigues, representado a CLOC na IV Assembleia de Mulheres da Via Campesina, afirma que, de um lado, aparecem posições de organizações camponesas mistas que explicitamente rejeitam a ideia de definir o movimento camponês como feminista, com o argumento de que isso debilita as organizações e suas culturas, e viola o conceito de família. Isto pode ser evidenciado a partir do discurso de uma das organizações campesinas presentes no V Congresso da CLOC: "la verdadera revolución socialista vendrá desde el fortalecimiento de la perspectiva de la familia y no de conceptos ajenos y contrarios a nuestras realidades introducidos a

84 Destaca-se que o VI Congresso da CLOC-Via Campesina assume a bandeira das mulheres, e que o feminismo campesino e popular é parte de seu horizonte estratégico de transformação socialista. (CLOC-VIA CAMPESINA, 2015b).

presión debilitando a nuestras organizaciones, familias y cultura".[85] Contudo, por outro lado, há fortes expressões que respondem a essas posições conservadoras, respaldadas na ideia de que a família não é um conceito democrático, senão hierárquico, que foi construído socialmente para amparar a desigualdade. Daí, a importância de um discurso transgressor em torno do feminismo e da categoria de gênero. (VIA CAMPESINA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo trouxe uma reflexão sobre as práticas, os saberes e os discursos de gênero construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo. Com uma breve síntese histórica, buscou-se analisar, a partir da experiência dos sujeitos envolvidos, os processos de organização e luta das mulheres camponesas no Brasil. Essa organização ocorre num contexto em que o país vive mudanças de ordem política, econômica e cultural. O modelo econômico adotado durante a ditadura militar trouxe significativos impactos nas condições de vida do campesinato, e em específico das mulheres, o que contribuiu para a intensificação de conflitos e resistências, e a organização de movimentos sociais e sindicais que lutam pelo acesso e pela permanência na terra, entre eles, o MST, movimento social de maior expressão na América Latina. Ao participarem deste processo de luta de classe, as mulheres começam a se perceber marginalizadas nos principais espaços de decisão.

Esta leitura da desigualdade de gênero, num contexto de luta pela democratização política do país, é influenciada pela presença afirmativa do movimento feminista e de mulheres. Articulado à luta de classe e à luta feminista, as mulheres do campo conquistaram direitos constitucionais, que possibilitam o acesso da mulher à terra e à distribuição de renda, assim como o reconhecimento político e legal de sua condição como mulher trabalhadora do campo. Embora as questões ligadas aos direitos trabalhistas tenham ocupado lugar prioritário na organização inicial das mulheres, este

85 Extrato da carta "Reflexões em torno dos conceitos de feminismo e família", enviada por uma organização campesina ao V Congresso da CLOC, em outubro de 2010.

debate suscitou questões mais amplas, relacionadas à discriminação e à necessidade do empoderamento das mulheres, a partir da categoria de gênero, o que contribui para que elas construam uma agenda de gênero articulado à luta de classe.

A inclusão de uma perspectiva da economia feminista e a compreensão da necessidade de lutar pelo acesso da mulher à terra e a outros recursos como meio de ampliar seu poder de barganha dentro das comunidades e da família é algo recente na organização das mulheres camponesas. Havia uma compreensão no movimento camponês, da qual muitas mulheres compartilhavam, de que a questão da distribuição econômica seria atingida por meio da luta de classe e da incorporação das famílias camponesas no programa de reforma agrária e de políticas agrícolas. Prevalecia, nesse contexto, a compreensão da família como uma unidade harmônica, fortemente influenciada pela Igreja e pelas teorias do campesinato.

Há evidências empíricas e teóricas que permitem afirmar que é a partir de uma releitura do feminismo que as mulheres, que se articulam a partir da Via Campesina no Brasil, na América Latina e no contexto mundial, têm pautado em suas lutas a construção de um *feminismo campesino e popular*. Concorda-se com Boni (2013), que afirma que essa relação com o feminismo, que aparece nos discursos mais recentes do Movimento de Mulheres Camponesas, evidencia mudanças estruturais que vêm ocorrendo nas relações sociais, mas também revela uma nova postura nos espaços coletivos dos movimentos sociais do campo. Nesse contexto, as mulheres começam não só a se assumirem como feministas, mas também (re)significam o próprio feminismo.

Partindo da premissa de que o feminismo é uma construção multidimensional com uma grande diversidade de movimentos e ações, enraizado na crítica das relações desiguais na sociedade, e na busca de oportunidades de participação e reconhecimento das mulheres nos níveis econômicos, políticos, sociais e culturais, as mulheres da Via Campesina defendem um feminismo que agregue a diversidade de representações de mulheres do campo (campesinas, indígenas e afrodescendentes) e as diversas cosmovisões que expressam. Elas defendem um feminismo que: (1) se apoie no modo camponês de ser, de viver e de produzir, portanto, em seus saberes

e em sua cultura; (2) reconheça e fortaleça o papel da mulher no processo produtivo, na esfera pública e privada; (3) busque relações sociais igualitárias e problematize o conceito de família e os regimes patriarcais de gênero que se reproduzem no campo, em diferentes espaços e escalas geográficas; (4) fortaleça as experiências das mulheres camponesas; (5) se utilize da categoria de gênero, de modo interseccional, como instrumento de análise da história de subordinação e resistência da mulher, mas também de luta pela transformação das relações sociais e produtivas no espaço da família, da comunidade, do movimento social e da sociedade; (6) articule a luta pelo socialismo e pela justiça de gênero; (7) contribua para a transformação social e a construção de um modelo de agricultura familiar, a partir dos princípios da agroecologia e da soberania alimentar com justiça de gênero.

Por fim, pode-se afirmar que o *feminismo campesino e popular*, construído fortemente a partir da experiência latino-americana e, em específico, da brasileira, tem algo a dizer e o faz de um jeito próprio. Isso traz o desafio da problematização da própria história do feminismo, a partir do e no espaço da América Latina.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. *Engendering democracy in Brazil*: women's movements in transition politics. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS (ANMTR). *Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos!* Cartilha. Passo Fundo, RS: Impressão Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1997.

BONI, Valdete. Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês e feminista. *Revista Grifos*, n. 34/34, p. 67-88, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *The logic of practice.* Cambridge: Polity Press, 1990. p. 52-65.

CARLOS, Daiane dos S.; CONTE, Isaura I. Oito de março de 2006: em defesa da vida, mais um marco na luta das mulheres camponesas. In: PALUDO, Conceição (Org.). *Mulheres, resistência e luta*: em defesa da vida. São Leopoldo: Cebi, 2009. p. 133-167.

CARO, Pamela. La transgresión del feminismo campesino y popular: Autonomías y soberanías. In: *Autonomía política de las mujeres*: algunas reflexiones. Centro Regional de Derechos Humanos y Justicia de Género. Chile, Junio de 2011, p. 117-142.

Disponível em: <www.humanas.cl/wpcontent/uploads/.../autonomia-politica-22.pdf>. Acesso em: 8 out. 2011.

CLOC – VIA Campesina. *IV Assembleia da Articulação de Mulheres do Campo da CLOC – Vía Campesina,* Declaração de Quito, 2010. Disponível em: <http://cloc-viacampesina.net/es/portugues/120-noticias-em-portugues/397-iv-assembleia-da-articulacao-de-mulheres-do-campo-da-cloc-via-campesina-declaracao-de-quito>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. *V Asamblea de Mujeres.* Buenos Aires, Argentina, 2015a. Disponível em: <http://www.cloc-viacampesina.net/index.php/es/congresos/vi-congreso/v-asamblea-de-mujeres>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. *Declaración Final del VI Congreso de la CLOC LVC.* Buenos Aires, Argentina, 2015b. Disponível em: <http://www.cloc-viacampesina.net/index.php/es/congresos/vi-congreso/2288-declaracion-final-del-vi-congreso-de-la-cloc-lvc>. Acesso em: 12 jun. 2015.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: Na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org). *Mulheres, resistência e luta*: em defesa da vida. São Leopoldo: Cebi, 2009, p. 86-132.

DEERE, Carmen Diana. Women's land rights and rural social movements in the Brazilian Agrarian Reform. *Journal of Agrarian Change*, v. 3, n. 1&2, p. 257-288, 2003.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. *Towards a gendered analysis of the Brazilian Agrarian Reform*: Occasional paper, Storrs, CT: University of Connecticut, 1999.

_____. *Empowering women*: land and property rights in Latin America. Pitt Latin American Series. Pittsburgh, Pa.: University of Pittsburgh Press, 2001.

DEERE, Carmen Diana; ROYCE, Frederick S. Introduction: the rise and impact of national and transnational rural social movements in Latin America. In: DEERE, Carmen Diana; ROYCE, Frederick S. (Orgs.). *Rural Social Movements in Latin America*: Organizing for sustainable livelihoods. Florida, EUA: University Press of Florida, 2009, p. 1-29.

DESMARAIS, Annette A. The Via Campesina: peasant women on the frontiers of food sovereignty. *Canadian Woman Studies/les cahiers de la femme*, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 140-145, 2003.

_____. La Vía Campesina: globalising peasants. In: DEERE, Carmen Diana; ROYCE, Frederick S. *Rural social movements in Latin America*: organizing for sustainable livelihoods. United States of America: University Press of Florida, 2009. p. 33-53.

_____. The International Women's Commission of *La Via Campesina*. In: VISVANATHAN, Naline et al. (Eds.). *The women, gender and development reader.* 2. ed. New York: Fernwood Publishing Halifax Winnipeg; London: Zed Books, 2011. p. 408-413.

ESMERALDO, Gema G. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. de (Orgs.). *Mulheres camponesas*: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista*: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: NEAD, 2009. p. 11-28.

FERNANDES, Bernardo M. Soberania alimentar como território. In: TÁRREGA, Maria C.; SCHWENDLER, Sonia F. (Org.). *Conflitos no campo*: seus sujeitos, seus direitos. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2015. p. 29-52.

FRASER, Nancy. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a "Post-Socialist" Age. In: PHILLIPS, Anne (Ed.). *Feminism and politics*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1998. p. 430-460.

LEÓN, Irene. *Gestoras de Soberanía Alimentaria*. 2008. Disponível em: <http://www.fedaeps.org/alternativas/gestoras-de-soberania-alimentaria>. Acesso em: 8 jul. 2015.

LEÓN, Magdalena. Globalización y libre comercio: un acercamiento desde el feminismo. In: LEÓN, Irene (Ed.). *Mujeres en resistencia, experiencias, visiones y propuestas*. Agencia Latinoamericana de Información, Quito, 2005.

MAHLER, Sarah J.; PESSAR, Patricia R. Gendered geographies of power: analyzing gender across transnational spaces. *Identities*, 7, n. 4, 2001. p. 441-459.

MARTINEZ-TORRES, Maria Helena; ROSSET, Petter M. La Via Campesina: transnationalizing peasant struggle and hope. In: STAHLER-SHOLK, Richard; VALDEN, Harry E.; KUENKER, Glend D. (Eds.). *Latin American social movements in the twenty-first century*: resistance, power, and democracy. Lanham: Rowman and Littlefield, 2008. p. 307-322.

MOLYNEUX, Maxine. Mobilization without emancipation? Women's interests, the state, and revolution in Nicaragua. *Feminist Studies*, v. 11, n. 2, p. 227-254, 1985.

NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. Gênero e desigualdade. *Cadernos Sempreviva*, São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 1997.

PAULILO, Maria Ignez S. El género y la clase en los movimientos de mujeres agricultoras de Brasil. *Agricultura, Sociedad y Desarrollo*, v. 3, p. 175-196, 2006.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 79-89, 2013.

SCHWENDLER, Sonia F. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas*: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009. v. 2. p. 203-221.

_____. Without feminism there is no socialism: discourses and subversive practices in Latin America. *The International Journal of Diversity in Organizations, Communities and Nations*, [s. l.], v. 11, 2012. Disponível em:<http://www.Diversity-Journal.com>. Acesso em: 4 Dec. 2012.

_____. *Women's emancipation through participation in land struggle*. Tese (Doutorado) – University of London, London, 2013.

_____. Dia Internacional da Mulher no campo brasileiro: novas formas de protesto político e de resistência. Tradutora: Camila Gomes da Silva. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, v. 38, n. 1, p. 50-80, jan. / jun. 2014.

_____. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. *Educar em Revista*, n. 55, p. 87-109, jan./mar. 2015.

SCOTT, Joan W. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. de (Orgs.). *Mulheres camponesas*: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 329-343.

STEPHEN, Lynn. *Women and social movements in Latin America*: power from below. Austin: University of Texas Press, 1997.

VIA Campesina. *Rompendo o silêncio*. São Paulo: Via Campesina, Brasil, 2006a. Documentário.

_____. *Report: Via Campesina Seminar on Feminism*. Galicia, 2006b. Disponível em: <http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/women-main-menu-39/293-report-via-campesina-seminar-on-feminism>. Acesso em: 8 jul. 2015.

_____. *Declaration of Maputo*: V International Conference of La Via Campesina. Mozambique, October, 2008. Disponível em: <http://viacampesina.org/en/index.php/our-conferences-mainmenu-28/5-maputo-2008-mainmenu-68/declarations-main-

menu-70/600-declaration-of-maputo-v-international-conference-of-la-via-campesina>. Acesso em: 22 maio 2014.

_____. *V Congreso de la CLOC*: Pronunciamientos, líneas de acción y campañas. Quito, Equador, 2010. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/noticias-de-las-regiones-mainmenu-29/1041-v-congreso-de-la-cloc-pronunciamientos-lineas-de-accion-y-campanas>. Acesso em: 14 jun. 2015.

_____. *Greetings from La Via Campesina to the women of the world.* March, 2011. Disponível em: <http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/women-mainmenu-39/1020-greetings-from-la-via-campesina-to-the-women-of-the-world>. Acesso em: 2 maio 2013.

_____. *Manifesto Internacional de las Mujeres de la Vía Campesina*. Junho, 2013a. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/6-yakarta-2013/declaracion-y-mociones/1806-manifiesto-internacional-de-las-mujeres-de-la-via-campesina-2>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. *The Jakarta Call.* Junho, 2013b. Disponível em: <http://viacampesina.org/en/index.php/our-conferences-mainmenu-28/6-jakarta-2013/resolutions-and-declarations/1428-the-jakarta-call>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. *Report. IV Women's Assemby of La Vía Campesina*. Jakarta, Indonesia, 2014. Disponível em: <http://viacampesina.org/en/images/stories/pdf/2015-06-06%20LVC%20women%20articulation%20report%20EN-rev1-c.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

¿Qué decimos cuando decimos "sujeto"?

María Luisa Femenías

> De la mujer dependerá en adelante demostrar si, desafiando toda una opinión ancestral acerca de sus limitaciones, puede afrontar de modo creador la difícil empresa de la libertad del pensar... (Lucía Piossek Prebisch. La mujer y la filosofía, 1971).

Las personas que integran este núcleo de Estudios de Género, como las de tantos otros Centros e Institutos de investigación, comenzaron sus actividades – estoy segura de ello – a partir de la constatación de un hecho cotidiano, por aquél entonces menos visible: la exclusión, la discriminación o simplemente la negación de conjuntos de personas debido a su condición sexo-genérica y/o a su orientación sexual. Aunque sabemos que no es la única variable de exclusión, sí es históricamente hablando, ha sido la menos visible y la más naturalizada. Aún hoy (según la zona del planeta donde uno nazca) ser mujer o varón determina, desde el nacimiento, espacios de libertad, de educación, de autonomía, de reconocimiento, de ciudadanía y, fundamentalmente, de ser considerado (o no) un sujeto de plenos de Derechos.

Para ilustrar la responsabilidad de la filosofía en la legitimación de esta u otras formas de exclusión, no voy a apelar a viejas y conocidas citas de filósofos clásicos, sino a un filósofo político del siglo XIX, cuyo argumento marcó la imposibilidad, por décadas, del ingreso de las mujeres al orden de la ciudadanía. Entre muchos ejemplos posibles, voy a citar a continuación un breve pasaje del filósofo, economista e historiador James Mill (1773-1836), padre de John Stuart Mill.

Junto con Jeremy Bentham, como se sabe, James Mill fue responsable del modelo del panóptico, bien estudiado por Michel Foucault quién, sin

embargo, no hizo ninguna observación respecto del pasaje al que me refiero. En el marco del examen sobre la pertinencia (o no) de responder positivamente a los reclamos de ciudadanía de las mujeres, James Mill sostuvo que:

> Todos los individuos cuyos intereses están indiscutiblemente incluidos en los de otros individuos pueden ser excluidos de los Derechos Políticos, *sin inconveniente alguno*. Desde esta perspectiva puede considerarse a todos los niños hasta una cierta edad, cuyos intereses están incluidos en los de sus padres. Y también a las mujeres ya que puede considerarse que los intereses de *casi todas ellas* están incluidos o bien en los de sus padres o bien en los de sus esposos. (MILL, 1821, mi énfasis).

Es decir, ante la afirmación de "sin inconveniente alguno" sólo cabe preguntar ¿quiénes no tendrían inconvenientes? Parece claro que el cercenamiento de autonomía e intereses propios necesariamente debía traerles "algunos inconvenientes", a las mujeres (y por extensión al gobierno en general). Mill supone que, las mujeres, al igual que los niños, no tenían intereses propios, ni eran en sentido estricto "sujetos autónomos", por lo que simplemente podían quedar subsumidas a los intereses del sujeto varón, ciudadano, padre o marido con voz y voto. Mill nada dice de las quizá "pocas", pero ciertamente algunas mujeres, que sí tenían intereses propios. Como Aristóteles, parece considerar "muchas" equivalente a "todas".[86]

Las legislaciones de todos los países del mundo han respondido a ese modelo hasta por lo menos después de la segunda guerra mundial, y muchas aún responden de este modo. Y esta cita que ahora nos parece evidentemente descabellada constituyó, por siglos, la norma tácita del sentido común y del mandato social, que consideraba "evidente" que las mujeres no podrían asumir deberes de ciudadanía.

86 Efectivamente, en un pasaje en el que Aristóteles examina el tema del placer como opuesto al dolor, afirma que [en] *las costumbres (ethe), pues lo habitual se convierte ya como en innato, dado que la costumbre es semejante a la naturaleza, porque está cerca lo que es muchas veces de lo que es siempre; y la naturaleza es lo que es siempre (aei); la costumbre de lo que es muchas veces (POLLAKIS)*. Cf. *Ret*. 1370 a 6-8. También, *APr*. 25 b 14-15; 32 b 5-8; *Fís*. 198 b 35; *PA*. 663 b 28. Quizá sobre este transfondo debamos leer la defensa que hace John Stuart Mill en *On Liberty* de la voz de las minorías.

Podría multiplicar los ejemplos, pero solo me interesa subrayar que, a lo largo de la historia, los únicos y verdaderos "sujetos" fueron los varones, y aún así ni siquiera todos ellos. En suma, la totalidad de las mujeres (y algunos varones) debían vivir subsidiariamente, vinculadas al estatus del padre o del marido, de modo voluntario o compulsivo. En algunos lugares de nuestro planeta, aún es así. Esto se corresponde a lo que para otros contextos Hannah Arendt denominó "segregación" en relación al marco legal-formal que la sostenía. Contra esas situaciones legales y sociales excluyentes, se acuñó el concepto de "feminismo" y se reclamó el voto, la educación y el derecho a ser ciudadan en sentido pleno.

Históricamente hablando, tras la noción de "feminismo" y el conjunto de derechos que se reivindican bajo ese concepto, se encolumnaron muchas mujeres y algunos varones, denunciando la situación de "minoría de edad" (por utilizar palabras de Kant) de las mujeres adultas, que la cita de James Mill muestra con claridad. Desde finales del siglo XIX, el "feminismo" constituyó un conjunto heterogéneo de ideas, movimientos políticos, culturales y hasta económicos, que comenzó a desenvolver una intrincada madeja conceptual y social para exhibir los supuestos legitimadores de la discriminación. Su principal objetivo fue desmontar los argumentos teóricos explícitos e implícitos que impedían que las mujeres pudieran constituirse en sujetos igualitarios y ciudadanas de pleno derecho. Por eso, denunciaron el sesgo sexista que atravesaba las clases sociales, las disciplinas, y los espacios culturales, políticos y sobre todo, las teorías que sostenían las leyes.

De este brevísimo *racconto* destaco entonces que el concepto de "sujeto" se entendió históricamente como base sobre la que se edificaron los derechos, la autodeterminación, las libertades, y los deseos de las mujeres. En suma, "sujeto" fue un concepto fundamental que sirvió de referente para sus luchas en tanto sustentador de derechos. "Sujeto" puede parecernos un término familiar, de significado claro y preciso. Pero conviene igualmente hacer algunas aclaraciones. Como se sabe, proviene del latín *subiectus* y quiere decir *poner debajo, someter* (significado habitualmente retomado por Foucault). El *Diccionario de la Real Academia Española de la Lengua* (DRAE) lo define como: "Espíritu humano, considerado en oposición al mundo externo, en cualquiera de las relaciones de sensibilidad o de conocimiento, y

también en oposición a sí mismo como término de conciencia", definición que no aclara demasiado. (DRAE, 2001, 22.ª voz: "sujeto"). Más interesantes para nosotras son las definiciones del *Diccionario Filosófico* de José Ferrater Mora. Su autor advierte, en principio, sobre la necesidad de diferenciar entre los diversos sentidos en que se emplea el término "sujeto" y, en particular, entre sus acepciones lógica, gnoseológica u ontológica, planos que a criterio de Ferrater Mora – con quién coincido – son confundidos con frecuencia. Sin embargo, centrado en los planos más estrictos, las definiciones que ofrece no dicen nada sobre los vínculos del "sujeto" con la ética, la psicología o la política. Y es sobre estos últimos aspectos, que quiero llamar la atención ahora; en especial sobre el plano político que exige sujetos ciudadanos o bien de pleno derecho, o bien cuidados y controlados. Por eso pregunto nuevamente ¿Qué decimos cuándo decimos "sujeto"? en el contexto de las reivindicaciones feministas y de sexo-género. Porque fue precisamente el feminismo el que puso de relieve la importancia de esa categoría en términos políticos, al reclamar que las mujeres fueran "sujeto" igualitarios, de plenos derechos, con reconocimiento político y social vinculado a la ciudadanía, estatus del que carecían. Es decir, reclamaban, en palabras de Hannah Arendt, "el derecho a tener derechos"; esto es a reconocidas como "mayores de edad" (por usar las palabras de Kant), aptas para el ejercicio de su propia razón.

Quizá una de las primeras elaboraciones filosóficas integrales del siglo XX, cuya influencia llega hasta nuestros días, fue la reivindicación de la condición de "sujeto" que realizó Simone de Beauvoir, desde una posición que denominó de moral existencialista. En efecto, en *El segundo sexo* (1949), desnaturalizó, denunció y desmontó muchos de los mecanismos históricamente esgrimidos de lo que denominó "la opresión sexual".[87]

Esa obra, casi olvidada a finales del siglo XX, comenzó a revisarse extensamente gracias a dos circunstancias, a mi criterio, fortuitas: i) las celebraciones de los cincuenta años de la publicación de *El segundo sexo* (*ESS*) en 1999 y el debate liderado por Judith Butler (pero no solo ella), que resignificó su lectura, abriendo nuevamente los contextos polémicos de la

87 Para un análisis más extenso, CAGNOLATI; FEMENÍAS, 2010; FEMENÍAS, 2011.

obra, sus límites y sus aportes, bajo el desafío abierto por los análisis postmodernos y la aplicación de la categoría de "género".[88] Uno de los puntos neurálgicos del análisis de Butler parte de la pregunta de Beauvoir "¿Qué es una mujer?" y de su respuesta en primera persona: "Yo soy una mujer". Respuesta producida desde un trasfondo filosófico ilustrado que entendía el concepto formal de "mujer" y de "sujeto" en términos universales. Ahora bien, nuevamente según el *Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana* (DELC), el término "mujer" también deriva del latín vulgar, y comenzó a extenderse poco más de un siglo antes que el de "sujeto". Por esa época parecía tener una connotación peyorativa: *mujer, mujerzuela, mujeruca, mujererío, mujeril* y finalmente, *mujeriego* (total: tres renglones y medio del DELC). Esto contrasta con la inexistente voz "varón", subsumida bajo la de "hombre" (que ocupa quince renglones). Es decir, todavía hoy, el *Diccionario* cumple con la falacia nominal *pars pro Toto* – que denunció Beauvoir en *ESS* – al solapar "varón" a "hombre" y excluir del uso genérico de "Hombre" (en términos de "ser humano") a todas las mujeres. Sea como fuere, los análisis de Beauvoir ofrecen algunos avances metodológicos importantes: tomar la dialéctica hegeliana como base del análisis de la relación mujer/varón; realizar una historia de los "mitos" que han fundado la exclusión de las mujeres de la categoría de "sujeto"; alentar asumir la "Libertad" dejando el lugar de la victimización y la impotencia y, constituirse en "sujeto pleno de derechos" y alcanzar el propio proyecto. Los marcos de la moral y la filosofía existencialista, a los que refiere Beauvoir al comienzo de su obra, se ven con claridad.

Paradigmáticamente, todos los Derechos Universales del Hombre (DDHH) e han ido obteniendo se fundan en esta suerte de "programa" y, aún hoy, es necesario utilizar la redundante frase de "DDHH de las mujeres" a fin de explicitar su alcance. Beauvoir concibe así muchas formas de "ser mujer" y de vivir en un cuerpo sexuado signado como "de mujer". La relectura butleriana, por su parte, retomó algunas críticas ya elaboradas por discípulas disidentes de Beauvoir de la década de los setenta, y las concentró contra lo que denomina los supuestos biologicistas de la filósofa francesa y su esencialismo, al punto de rechaz ar la apelación final de Beauvoir en

88 BUTLER, J. Sexo y género en El segundo sexo de Simone de Beauvoir. *Mora*, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n. 4, 1998. Dossier organizado por M. L. Femenías.

ESS a que las mujeres lucharan para constituirse "sujetos", y construir sus propios ideales regulativos, sus reivindicaciones y sus derechos en términos de su libertad situada.[89]

Para la crítica postmoderna y postfundacionalista actual, sin embargo, "mujer" y "sujeto" son conceptos sustantivos, densos, complejos y polémicos al punto de dividir aguas interpretativas. Aproximadamente a partir de los setenta, ambos términos – "mujer" y "sujeto" – entraron en crisis; sobre todo a partir de lo que suele denominarse el giro lingüístico que, en cierto sentido, llevó a la resignificación filosófico-conceptual de los universales, gracias a la expansión de la concepción narrativista de la filosofía y al borramiento de la distinción histórica entre formal / material, efectuada a partir de los análisis de Paul de Man. Esas lecturas rompieron con la distinción formal-sintáctica/material-semántica de los discursos atendiendo fundamentalmente a su materialidad. Las conceptualizaciones habituales del feminismo de los setenta – tanto liberal cuanto marxista –, que giraban en torno a un conjunto de conceptos de raigambre ilustrada (clase, igualdad, sujeto, hombre, derechos, etc.), fueron desestabilizadas por las relecturas del giro "post". La segunda novedad en los análisis fue la extensa aplicación de la categoría analítica de "género". Sobre esas bases, se condenó la noción de sujeto autónomo, que presuponía Beauvoir, y se retomó su vieja acepción de sujeto-sujetado.

En general, Butler partió de las interpretaciones disidentes a la filósofa francesa como, por ejemplo, "deseo de homologación al modelo masculino" y, al mismo tiempo, "incapacidad de comprender el erotismo de la maternidad" (Kristeva); infravalorar lo femenino de sí misma y ignorar la vía más importante de realización de las mujeres: la maternidad (Agacinski); universalismo excluyente (Wittig), entre otras.[90] El foco más urticante de las críticas se centró en su aceptación de la base biológica del dimorfismo sexual, como un "dato" independiente de la "opción sexual" de cada quién. Desde diferentes sectores – la mayoría de los cuales se visibilizaría más tarde bajo la denominación de *queer* – se atacó su posición entendida como

89 Me extiendo sobre este punto en *Sobre sujeto y género*. (Re)Lecturas feministas de Beauvoir a Butler, Rosario, Pro-historia, 2011.

90 Cf. entre otras, AGACINSKI, 1998: Cap. "Libertad y Fecundidad"; WITTIG, 2006.

de un "esencialismo biologicista", deudor del disciplinamiento patriarcal del deseo y de la metafísica de la sustancia. En suma, sea para continuarla, defenderla, criticarla o rechazarla, la obra de Beauvoir se convirtió en un referente polémico ineludible del feminismo del siglo XX, que abrió una vez más la pregunta: ¿Qué es el sujeto?

El ejemplo más claro de que el fracaso de una interpretación es el éxito de un nuevo punto de partida – y creo no equivocarme al decirlo – es la lectura de Judith Butler; la más influyente de las últimas décadas en nuestro medio. Desde sus primeras obras, Butler examinó y criticó la concepción beauvoiriana de "sujeto"; por un lado, sobre la base de la hipótesis de que las concepciones de "sujeto" y de "varón" se superponen – como ya habían sostenido Luce Irigaray y Susan Bordo – y, por otro, rechazando las corrientes teóricas que, a su juicio, fundan la cultura en la institución de la diferencia sexual reificada.[91] En consecuencia, tomando de Kristeva el concepto de *lo abyecto*, denominó así el lugar de lo inhabitable, de lo invivible, como la zona más densamente poblada por quienes no disfrutan del estatus de sujeto y, paradójicamente, definen su dominio.

Su crítica a la categoría de "sujeto" no implica, sin embargo, su negación o su repudio. La estrategia de Butler fue retomar la noción foucaultiana de sujeto en términos de "sujetado"; es decir, inscripto de modo incompleto e inestable en el discurso.[92] Fundamentalmente, su apuesta teórica interroga por las condiciones de construcción (o de emergencia) del sujeto, en tanto conjunto de premisas ya dadas, que interpreta como un modo de fundacionalismo.[93] En efecto, la formación de sujeto exige, a su juicio, la identificación normativa con el "sexo" como dato biológico dado, en tanto constructor regulativo y normativo que se materializa en el cuerpo. Por ello, rechaza también como innecesario el concepto de género. Sexo y género ya son inscripciones /construcciones culturales.[94] Invita, en consecuencia, a examinar y discutir las definiciones usuales de sexo, género, mujer/varón. Así, respecto de "mujer" – ún antes de examinar si una mujer

91 BUTLER, 1998, p. 10 -21; BUTLER, 1990; BUTLER, 1997.
92 FEMENÍAS, 2013.
93 BUTLER, 1992.
94 BUTLER, 1993; MARTÍNEZ, 2012.

debe o puede constituirse en "sujeto" – denuncia que el concepto está internamente intersectado por diversas variables: clase, etnorraza, edad, religión, orientación sexual, entre otras; y que la división sexo/género produce identidades causales discretas.

Butler sostiene que inscribir un binarismo fijo y excluyente da lugar a la heterosexualidad melancólica.[95] Es decir, haciendo una lectura crítica de Freud y de Lacan, en *Gender Trouble* (1990), por ejemplo, sostiene que los debates feministas sobre los significados de "género" desembocan una y otra vez en problemas cuya indeterminación – cree – lleva al feminismo al fracaso, lo que para ella, no tiene una valencia negativa. El fracaso es inevitable y constituye un desafío. En principio, porque, en la línea de Foucault, el fracaso del disciplinamiento abre el espacio de la resistencia, la libertad y la ambigüedad que todos debemos enfrentar. Por eso, "mujer" es fundamentalmente una "realidad cultural" más que una sustancia natural. Más aún, la noción misma de "naturalidad" está constituida en y a través de actos performativos que constriñen discursivamente, a la vez que producen, el cuerpo por y dentro de las categorías normativas del sexo. Para Butler, entonces, el sexo es una producción que crea el efecto de lo natural, de lo originario y de lo inevitable, pero, en verdad, al igual que el género, es una construcción de la cultura.

En esa misma línea conceptual, Butler sostiene que toda identificación como mujer o varón no es sino una "fantasía" porque, el género se constituye por identificaciones sucesivas, y toda identificación es invariablemente una fantasía dentro de una fantasía – una doble figuración – donde el género es, precisamente, una fantasía actuada por y a través de estilos corporales constituidos por sus significaciones.[96] Para Butler, el género es, así, una disciplina más que regula, estabiliza o normaliza la sexualidad. Los géneros no son ni verdaderos ni falsos sino, simplemente, productos fabricados como efectos verdaderos del discurso acerca de una identidad

95 BUTLER, 1995; MARTÍNEZ, 2010.

96 BUTLER, 1992, p. 334-336. En palabras de Foucault, se trata del cuerpo como superficie de significaciones de la política. Para Butler, como la interioridad es una función del discurso público y social, la fantasía también se regula públicamente a través de la superficie política del cuerpo. Cf. FOUCAULT, 1989, p. 32 et seq.

primaria y estable.[97] Fiel a su posición postfundacionalista, Butler disuelve cualquier resabio que considera esencialista, tal como cuerpo-mujer/varón, sujeto, y similares. Al mismo tiempo niega los beneficios del género como herramienta conceptual al considerarlo construido de modo estable como *locus* de la identidad y de la agencia cada individuo singular. El sexo-género será inestable y se alcanzará performativamente como parodia; por ende, no prescriptivo. Esto es así, porque el sexo-género paródico no remite a un original (no hay originales), sino a otra parodia; género y original son *paródicos*, en el sentido de actuaciones de la "fantasía".[98] El género refleja a quien actúa (*the doer*) puesto que, en consonancia con la filosofía nietzscheana, no hay ser detrás del hacer; es decir, sólo hay acción.[99]

Ahora bien, si en sus primeros escritos Butler puso el acento en el problema del dimorfismo sexual del sujeto-sujetado, en sus obras posteriores, bajo la influencia de Theodor Adorno, por un lado, y Hannah Arendt y Emmanuel Levinas, por otro, vuelve sobre la pregunta por el sujeto, pero desde otro punto de mira. En *Dar cuenta de sí mismo* (2005), siguiendo a Adriana Cavarero, pregunta: ¿Quién eres?, ¿Quién es un sujeto?[100] Es decir, la pregunta pregunta por las condiciones que hacen que seamos "sujetos" discretos, poniéndolo en relación inmediata al sujeto con la alteridad.[101] Pero no con una alteridad dialéctica a la manera de Hegel, sino, por el contrario, con una inscripción de sujeto que se suelda con el deseo, profundizando una línea ya explorada por Foucault.[102] Esto permite una interpelación crítica a la misma inscripción discursiva, al tiempo que subraya la polivalencia de todo discurso, que – también como en Foucault – se nos impone como una serie de segmentos discontinuos cuya función táctica no es ni uniforme ni estable; por el contrario, implica constantes "reutilizaciones de fórmulas idénticas para objetivos contrarios".[103] Sobre ese complejo entramado, los sujetos están "sujetados" e "interpelados" a la vez, y el discurso constituye

97 BUTLER, 1992, p. 337.
98 Ibid., p. 338.
99 BUTLER, 1990, viii.
100 LEVINAS apud BUTLER, 2012, p. 10-13; 38-5; BUTLER, 2005, p. 3-4; CAVARERO, 2013, p. 149.
101 Me extiendo sobre esto en (2013, p. 349-370).
102 CASALE-CHIACCHIO, 2009.
103 FOUCAULT, 1995, p. 122-123.

su materialidad. Es decir, el entramado discursivo es la materialidad donde el sujeto está sujetado e interpelado a la vez. De modo que el sujeto no existe en sí y por sí en busca de reconocimiento – como sucede en Hegel y en de Beauvoir – sino que, por el contrario, su interpelación es ya un proceso de subjetivación que se despliega por completo en el discurso.

En la línea de Foucault, considerar individuo a un "sujeto" implica recortar un "átomo ficticio", "una representación 'ideológica' de la sociedad" entendida como un conglomerado de sujetos, donde el sujeto es sólo una ficción correlativa a una realidad fabricada por una tecnología específica de poder; una disciplina.[104] Por tanto, tampoco para Butler, el individuo preexiste a su interpelación como sujeto. Surge precisamente como resultado de estrategias y prácticas de individuación. La individuación es justamente una de las estrategias que divide "la multitud, la masa compacta, el lugar de intercambios múltiples, donde las individualidades se funden en un efecto colectivo" para reemplazarla "por una colección de individualidades separadas"; es decir, discretas iteradas, y segregadas. Con todo, como en Foucault, para Butler no puede haber una sujeción, una dominación o una autoridad totales. El poder se ejerce, se traslada, recorre y circula. Nuestra resistencia implica impedir que "el poder" nos domine y se infiltre en nuestra interioridad.[105] Por consiguiente, el desafío constante es aumentar nuestro poder y debilitar las fuerzas que nos separan y nos dividen: ¿Cómo hacerlo?, ¿Cómo actuar y pensar de forma más efectiva en favor nuestro y en contra de las disciplinas? En otras palabras, ¿Cómo resistir en vistas a nuestra liberación?

Butler recoge tácitamente esta pregunta y la despliega en, al menos, dos sentidos. Por un lado, ¿De qué "liberación" estamos hablando, si ya no hay trascendencia, ni ideales que alcanzar? Sólo hay un futuro que consiste en las fuerzas activas del presente cuyo triunfo o persistencia no garantizan nada. Por otro, ¿Qué carácter le damos a las cuestiones morales y a la responsabilidad de sujetos que no entiende ni como auto-idénticos ni como autónomos? Nuevamente en *Dar cuenta de sí mismo*, se pregunta

104 FOUCAULT, 1989, p. 198 et seq.

105 Esto lleva al problema de la interioridad/exterioridad del sujeto, que abordaremos en otra oportunidad.

por la filosofía moral desdoblando la cuestión otra vez en dos: por un lado, reconoce que las relaciones morales surgen en el contexto de las vínculos sociales; por otro, que las cuestiones morales cambian según el contexto; más aún, que los contextos son inherentes a la cuestión moral y su ambigüedad.

Sus obras más recientes exhiben una fuerte preocupación ético--moral y política centrada en el problema de la vulnerabilidad y de la convivencia; ¿De quién? De cada quien que responda a la pregunta ¿Quién eres?

Respecto de la responsabilidad, y retomando a Adorno, Butler sostiene que el *ethos* colectivo es en general conservador, por lo que una *cierta ética* siempre es utilizada para la represión y la violencia. Dicho en palabras de Tamar Pitch, se trata de la función represiva de las normas del "decoro" y de la "decencia", que tienen un uso político y disciplinador, en tanto controlan por miedo la exclusión social.[106] Si la ley sanciona el delito, la mirada social controla los gestos, las actitudes, los estilos de vida, y excluye, provoca el rumor y difunde el miedo; es decir, reprime más allá de la ley. El concepto de *ethos anacrónico* refuerza la posición adorniana de Butler. Es decir, los problemas morales surgen cuando las normas de comportamiento dejan de ser obvias e indiscutidas en la vida de una comunidad. En otras palabras, cuando algunos sectores o grupos sociales desafían públicamente el *ethos* colectivo normativo, que ha venido perdiendo autoridad y consenso.[107] Se trata de este modo de un sujeto transgresor y, a la vez, transformador. En otras palabras, un sujeto en el que las disciplinas (en sentido foucaultiano) han fracasado es capaz de subversión y, en consecuencia, de transformación social.

Butler se apoya, por un lado, en la estructura repetitiva de las normas y, por otro, en su fracaso constitutivo. Si en sus primeros escritos tanto la subversión cuanto la transformación apuntan a la matriz de inteligibilidad normativa de los sexo-géneros, es decir al binarismo heterosexual, jerarquizante, hegemónico y obligatorio (conceptos que toma de M. Wittig), sus escritos más recientes remiten claramente al problema de la convivencia.[108]

106 PITCH, 2013; 2015.

107 FEMENÍAS, 2011, p. 24-33.

108 Traduzco por "convivencia" la palabra *cohabitation* que utiliza Butler, para respetar su sentido, tergiversado en las transliteraciones al uso. Cf. BUTLER, 2012; BUTLER, ATHANASIOU, 2013 y ROSE, 2013.

En *Parting Ways* (2012) o *Dispossession* (2013), por ejemplo, Butler apela tanto al deseo de norma cuanto al de convivencia; a la identidad cuanto al reconocimiento del otro que está en mí. ¿Cómo explicar-explorar que la base de esa relación es la forma psíquico-constructiva del poder? En *The Psychic Life of Power* (1997) había ofrecido algunas pistas. A su juicio, la manera en que el poder actúa debe entenderse a partir de un "giro" (*turning*).[109] El poder que constituye al sujeto *gira* sobre sí en una función tropológica que lo funda *qua* "agente" con otros. Por eso, el lugar de la sujeción es al mismo tiempo el de la resistencia, que habilita e inaugura agencia: esa es precisamente la paradoja del sujeto. El *tropo*, retóricamente especular, marca sujeción e instala agencia sostenida en un anclaje pasional (*passionate attachment*) que sólo puede definirse por el deseo. El deseo rompe con el carácter pasivo del vínculo que sujeta al sujeto e inaugura la liberación, activando en agencia sus fuerzas presentes. En sus obras más recientes, Butler consolida también el anhelo de identidad como interrogación o búsqueda de sí a través del otro; del encuentro donde el sujeto y la alteridad conforman las lábiles fronteras del Yo.

En palabras que recuerdan a Buber[110] y o a Levinas, gracias a la fuerza cuestionadora y resignificativa de los grupos, de los colectivos, se alcanza la potencia del encuentro. A través del otro se busca el sí mismo, en el espacio público compartido. Las prácticas significadas socialmente, impulsan el funcionamiento de ese encuentro son: la matriz del poder en general; la puesta en acción de los reglamentos y las normas que rigen la inteligibilidad y que actúan a través de la repetición. Puesto que no hay un "más allá" sustantivo de dichas prácticas, es imposible actuar independientemente a las mismas. Para Butler, igual que en el caso del sistema de sexo-género, la acción de las normas se vuelve a realizar y experimentar una y otra vez ratificando, actualizando, reforzando los significados sociales ya establecidos.[111] Por eso, sólo es posible la subversión en el seno de las prácticas de significación repetitiva.[112] Si voy en la senda correcta, la primera

109 BUTLER, 1997, p. 3-4 passim.

110 Especialmente en BUBER, M.; *Paths in Utopia*. Boston: Beacon Press, 1958; BUBER, M. *Yo y Tu*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1979.

111 DE SANTO, 2014. (en prensa).

112 BUTLER,1990, p. 176.

condición de la subversión, es que la estructura de significación se modifica inevitablemente con el tiempo y en relación con la comunidad en la que se desarrolla; su metamorfosis resulta pues ineludible. En ese sentido, la repetición de las prácticas de citación se relacionan con otros elementos del contexto, se descentran de los imperativos sociales, desplazando la norma y, al hacerlo, descontextualizándola, re-contextualizándola y, por consiguiente, *subvirtiéndola*. Se trata de una tarea crítica que supone funcionar dentro de la matriz del poder, sin replicar las relaciones de dominación, donde la repetición de la ley, no es su consolidación, sino su constante desplazamiento.[113]

Además, como toda norma encubre un cierto carácter fantasmático y de irrealizabilidad, funciona como ideal regulativo (kantianamente hablando y pese a Butler), en términos de una ficción inalcanzable. Si en *Deshacer el género* (2004), Butler sostiene que la distancia entre el género y sus casos naturalizados es, precisamente, la distancia entre la norma y sus corporizaciones, la norma se torna de hecho "una norma" en la medida en que las prácticas sociales la instituyen una y otra vez, a través de los rituales de la vida cotidiana.[114] Es el mismo esquema que propone en *Parting Ways*: la convivencia [pacífica, se entiende] es posible en la repetición de rituales de paz, a pesar de que los contextos sean para el sujeto transgresor y transformador, mucho más complejos y los análisis de Butler hayan sido tachados de poco menos que ingenuos.

Vuelvo al fracaso del disciplinamiento de la norma y el modo en que, como imperativo fantasmático, en su incorporación concreta, se establece la agencia, la libertad, la intención y la responsabilidad ético-política contextuada del sujeto-agente. Como sostiene De Santo, la distancia entre la norma y su encarnación es lo que habilita a decidir, en pequeño grado, sobre las propias prácticas. Precisamente en esa brecha es posible dislocar algunos puntos de la matriz normativa, sea heterosexual o cualquier otra. Sólo suponiendo el doble condicional de la operación normativa (repetición y fracaso), las prácticas concretas pueden producir variables en la significación; trastocar el orden normativo y generar nuevos modelos, abriéndose paso

113 BUTLER, 1990, p. 64.
114 BUTLER, 2006, p. 78.

al terreno de *lo político*, en el que se entretejen la agencia y la capacidad de acción.[115]

No obstante, como se dijo, el fracaso constitutivo de la norma, aunque funciona como condición de posibilidad de la subversión, ni la asegura ni la garantiza: las condiciones de posibilidad si bien necesarias, no son suficientes. Por ello, para una efectiva subversión, Butler apela a la esfera ético-política en un sentido que aparece claramente tematizado en *Dar cuenta de sí mismo*. Butler acepta cierto grado de responsabilidad, dentro de la lógica citacional y la reproducción o reificación del régimen de la institución de la guerra, por ejemplo. Es decir, si bien la repetición puede reforzar o dislocar los contextos y sus normas, no puede prever qué tipo de efectos tendrá una cierta práctica en un contexto determinado. Ningún criterio resulta útil para ratificar o rectificar una acción a futuro a fin de que sea eficazmente subversiva. O, dicho en otros términos, toda acción puede llegar a reforzar el mismo sistema que intenta subvertir. La *expectativa performativa* puede no cumplirse y las categorías de resistencia, resignificación y subversión pueden fracasar cuando prometen la transformación inmanente y suponen brindar claves para la mutación de ciertas instituciones, sea la de la heterosexualidad normativa o la de la guerra. Sólo se puede incidir en el carácter inestable de la matriz de inteligibilidad, proporcionando una apertura dinámica, que fracture los modos naturalizados de aceptar/comprender "lo dado".

Con todo, el constante acento que pone Butler en la agencia más que en el sujeto, parece querer revertir una situación aparentemente "negativa" del esquema foucaultiano, y reforzar la tríada sujeto-deseo-agencia. En esta dimensión político-social, Butler consolida el anhelo de interrogación, de cuestionamiento o de búsqueda de sí a través del otro y encuentra al sujeto y la alteridad conformando al Yo. Ante la pregunta ¿Quién eres? Cada quién recibe una respuesta diferente porque en realidad su pregunta también lo es; el *otro que el yo* se supera como a una parte de sí mismo.

Hasta aquí, el relato parece tener un alcance individual. Sin embargo – vale la pena recordarlo – nunca se logra ese giro en la singularidad; la

115 DE SANTO, 2014.

citacionalidad siempre depende de un grupo que afirma, reconoce, afianza, rechaza o sostiene. El giro siempre se lleva a cabo en el grupo social. De modo que el poder no es sólo aquello a lo que hay que someterse y resistir, sino que la producción misma de la agencia depende de él. Ese giro exige nuevos relatos posibles de un discurso que es, por definición, denso, opaco y multívoco. Sin que lo hayamos elegido, paradójicamente, es origen y sostén de la agencia que somos y que dinámicamente favorece la reversibilidad de los lugares y su redefinición.[116] Contrariamente a "la organización soberana del poder" – que atribuye a las feministas de los setenta – Butler arguye que en la red del poder, el sujeto queda hasta cierto punto fuera de sí, retornando de su resistencia con un plus: haberse constituido activamente en agente, ahí donde el deseo lo supone en permanente desplazamiento, nunca autoidéntico. Algunas cualidades del sujeto beauvoiriano quedan subsumidas en la noción butleriana de agencia.

Me gustaría, por último, llamar la atención sobre la cuestión del sujeto y su relación con la identidad, noción que en sus primeras obras critica extensamente. En sus textos más recientes, Butler vuelve a preguntarse por la identidad del sujeto-agente, más allá de que su desplazamiento constante lo define como no-autodéntico. Reclamar identidad y definir al sujeto – agente como no-autoidéntico es a primera vista paradojal. Butler apela a la identidad, en especial a la identidad judía (*Jewish identity*), especialmente en *Parting Ways* y *Dispossession*. Si la contingencia de todo fundamento impide que pueda haber conocimiento absoluto, y si la escena se resuelve necesariamente en términos de deseo y agencia, siempre insatisfechos, sin conclusión ni síntesis final, sólo como apertura, me pregunto, ¿Cómo entender la identidad? Si la agencia es un logro individual, pero sobre todo colectivo, ¿también la identidad lo es?

Me surgen algunas dudas: ¿Se ha leído erróneamente a Butler cuando se la ha inscripto en una línea deudora del individualismo moderno, por ejemplo, de un Austin, un Adorno o una Arendt? Por el contrario, ¿Se

116 BUTLER,1997, p. 79.

la debe inscribir en una línea comprensiva próxima a los comunitaristas en relación a sujetos colectivos y sus consecuencias? Si no hay "individuo" previo a la disciplina que individúa, ¿cómo entender el potencial de sucesivas individuaciones disciplinares que definen de modo sincrónico, pero también diacrónico, a los sujetos? ¿Se debe integrar la identidad al colectivo agenciado en un espacio público? Si, a nivel individual, la identidad se constituye en un proceso psicológico mediante el cual un sujeto asimila un aspecto, rasgo o atributo de otro y lo transforma total o parcialmente en sí mismo, sobre la base de ese modelo ¿es posible pensar series sucesivas de identificaciones múltiples colectivas?[117]

Sucede que, por lo general, la sociedad ofrece (esta es la crítica fuerte de Butler) un número limitado de modelos identificatorios: varón/mujer, normal/anormal, racional/emocional; bueno/malo, etc. Ese binarismo excluyente constituye un límite simbólico que define y reduce el campo de las identificaciones posibles, a la vez que produce un "afuera" temible que salvaguarda la hegemonía del binarismo simbólico. Es decir, al mismo tiempo que normativiza, abyectiza sus miembros, forcluyendo las figuraciones *ethicas* no-hegemónicas que puede ofrecer una sociedad.[118] El desafío identificatorio es apelar a la proliferación de inscripciones no normalizadas que desarticulan la lógica binaria y abren alternativas que, en términos de Butler, conllevan a la liberación en tanto se instalan sujetos políticos nuevos, que serán necesariamente transgresivos pero también transformativos.

*

Me acompañaron desde un punto de partida en el "sujeto" hasta llegar al "agente" ¿Era necesario este recorrido? Sí y no. Si aceptamos la categoría de "sujeto" podemos iniciar un recorrido que, tomándola como punto de partida, nos lleve a desplegar sus vínculos, insuficiencias y adherencias a fin de legitimar las necesidades, los derechos y los deseos de quienes se incluyan en ella. Es el abanico que se abre a partir de la instalación de esa categoría, sin cuestionarnos por ella y sus compromisos ontológicos, éticos

117 BUTLER, 1995; FEMENÍAS, 2013; MARTÍNEZ (en prensa).
118 BUTLER, 1993, p. 103-104.

y políticos. El recorrido inverso – propongo – también parte de ella, pero para examinar cómo ha llegado a constituirse, qué exclusiones la definen necesariamente, cómo ha legado a ser como es y cuáles son los compromisos que arrastra consigo a pesar de que el sentido común y la filosofía tradicional en general la entiendan como una categoría "neutra". En otras palabras, se interroga por lo que denominaré las condiciones de su emergencia, su construcción y sus compromisos ontológicos. Ambos caminos tienen recorridos inversos, sin que uno niegue o anule al otro; ambos iluminan zonas diversas de un mismo espacio. Obviar esto último es desconocer las sinuosidades de los modos filosóficos.

Queda mucho por hacer. Por ahora, he revisado rápidamente algunos desarrollos de la noción de "sujeto" y su resignificación en términos de "agente". Para Butler, el significado de esa expresión depende por completo de cómo sigamos usándola. Por tanto, si las palabras son instrumentos diferentes de nuestro lenguaje, son instrumentos caracterizados por su uso y, en apretada síntesis, los usos habituales de agencia se parecen demasiado a los usos habituales de sujeto. Sólo una actitud contra intuitiva como la filosófica abre el campo de las diferencias, las tensiones y hasta las oposiciones. La dimensión histórico-social y lingüística que abre Butler da paso hacia una perspectiva que posibilita una mirada política que, al mismo tiempo, permite llevar a cabo las desnaturalizaciones necesarias para conceptualizar de otro modo las nuevas formas de humanos, como productos históricos, emergentes epocales, que se acomodan no-armónicamente en las instituciones modernas. Los géneros, la diáspora, la identidad y los desafíos de la convivencia se han convertido en los nuevos marcos de referencia de Butler, tanto como antes para otras filósofas lo fueron la etnorraza, la clase, o la elección sexual, ahora casi invisibilizadas. Apostar por el descentramiento y la impugnación de las tendencias homogeneizantes son desafíos que es preciso aceptar. También, examinar si el mito del sujeto, del agente o del nosotras/os, como etiquetas cuyo significado depende del uso que hacemos de ellas, permiten imaginar, proyectar, resignificar el lugar de vulnerabilidad que llamamos "nuestra vida." Sumar interpretaciones, más que excluir o rechazar, enriquece este camino.

REFERENCIAS

ADORNO, Theodore. *Minima Moralia*. Madrid: Ediciones Akal, 2004.

AGACINSKI, S. *Política de sexos*. Madrid: Taurus, 1998.

ARENDT, H. *La condición humana*. Barcelona: Paidós, 1993.

_____. Little Rock. In: _____. *Tiempos presentes*. Barcelona: Gedisa, 2002. p. 91-112.

BORDO, Susan. *Unbearable weight*. California: University of California Press, 2003.

BUBER, M. *Paths in utopia*. Boston: Beacon Press, 1958.

_____. *Yo y Tu*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1979.

BUTLER, Judith. *Gender trouble*. New York: Routledge, 1990.

_____. Contingent foundations: Feminism & the question of "Postmodernism". In: BUTLER, J.; SCOTT, J. (Eds.). *Feminist theorize the politics*. New York: Routledge, 1992. p. 3-21.

_____. *Bodies that matter*. New York: Routledge, 1993.

_____. Melancholy gender/refused identifications. *Psychoanalytic Dialogues: The International Journal of Relational Perspectives.* Publisher: Taylor; Francis (Routledge), v. 5, issue 2, p. 165-180, 1995. (Special Issue: Symposium on Sexuality/Sexualities).

_____. *The psychic life of power*. Stanford University Press, 1997.

_____. Sexo y género en Simone de Beauvoir. *Mora*, n. 4, 1998 (versión original: "Sex and Gender in Beauvoir´s Second Sex", en *Yale French Studies*, *Simone de Beauvoir*: Witness to a Century, n. 72, invierno de 1986).

_____. *Giving an account of oneself*. New York: Fordham University Press, 2005.

_____. *Vidas precarias*. El poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. *Parting ways*: Jewishness and the Critique of Zionism. Columbia: University Press, 2012.

BUTLER, J.; ATHANASIOU, A. *Dispossession*: the performative in the political. Conversations with Judith Butler. Cambridge: Polity Press, 2013.

CAGNOLATI, B.; FEMENÍAS, M. L. *Las encrucijadas de "el otro sexo"*. La Plata: EDULP, 2010.

CASALE, R.; CHIACCHIO, C. *Máscaras del deseo*. Buenos Aires: Catálogos, 2009.

CAVARERO, Adriana. *Inclinazioni.* Critica Della rettitudine. Milano, Raffaello: Cortina Editore, 2013.

DE BEAUVOIR, S. *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard, 1997. (v. I –II).

DE MAN, P. *Alegorías de la lectura*. Barcelona: Lumen, 1990.

DE SANTO, M. Modos de construir género: de la *performance* a la performatividad. In: ABELLÓN, P.; DE SANTO, M. *Dos lecturas sobre el pensamiento de Judith Butler*. Villa María: UNVM, 2015 (en prensa).

DICCIONARIO DE LA REAL ACADEMIA ESPAÑOLA DE LA LENGUA. Madrid: Real Academia Española de la Lengua, 2014.

FOUCAULT, M. *Vigilar y castigar*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1989.

_____. *Historia de la sexualidad 1*. La voluntad de saber. Madrid: Siglo XXI, 1995.

FEMENÍAS, M. L. Butler lee a Beauvoir: fragmentos para una polémica en torno del "sujeto". IIEGe, FFyL, UBA, *Mora*, 4, p. 3-27, 1998.

_____. *Judith Butler*: Una introducción a su lectura. Buenos Aires: Catálogos, 2003.

_____. *Sobre sujeto y género (re)lecturas feministas de Beauvoir a Butler*. Rosario: Prohistoria, 2011.

_____. Butler, la muerte del hombre y el sujeto opaco. *Revista de Psicoanálisis*, Argentina, Asociación Psicoanalítica Argentina, Tomo LXX, 2/3, p. 349-370, 2013.

FEMENÍAS, M. L.; DE SANTO, M. de. Ethos anacrónico, una herramienta para pensar la violencia. En: FEMENÍAS, M. L. *Aspectos del discurso jurídico*. Rosario: Prohistoria, 2014. p. 77-93.

FEMENÍAS, M. L.; MARTÍNEZ, Ariel. *Judith Butler*: Las identidades del sujeto opaco. La Plata: Editorial de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2014.

FERRATER MORA, J. *Diccionario de Filosofía*. Eds. Vs. Disponible en: <http://www.mercaba.org/Filosofia/FERRATER/Jos%C3%A9%20Ferrater%20Mora%20-%20Diccionario%20Filos%C3%B3fico%20A.pdf.>. Acceso en: jul. 2015.

IRIGARAY, Luce. *Speculum de la otra mujer*. Barcelona: Saltés, 1974.

_____. *Ethique de la différence sexuelle*. Paris: Minuit, 1976.

KRISTEVA, Julia. *Desire in Language.* New York: Columbia, University Press, 1980.

MARTÍNEZ, A. Los cuerpos del sistema sexo/género. Aportes teóricos de Judith Butler. *Revista de Psicología*, Segunda época, Universidad Nacional de La Plata (Argentina), Facultad de Psicología, v. 12, p. 127-144, 2012.

_____. Una huida de lo *real*. Vuelcos y rupturas de las referencias psicoanalíticas en el pensamiento de Judith Butler. In: FEMENÍAS, M. L.; MARTÍNEZ, Ariel. *Judith Butler*: Las identidades del sujeto opaco. La Plata: Editorial de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2014. p. 187-215.

MILL, James. *On government*. En: TERENCE, Ball (Ed.). *Political writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 1-44.

PIOSSEK, Prebisch, Lucía. *La mujer y la filosofía (1971)*. Reeditado en De la trama de la experiencia (Ensayos). Tucumán, 1994.

PITCH, T. *Contro il decoro, l´uso político della pubblica decensa*. Bari: Laterza, 2013. (Traducción castellana: Contra el decoro y otros ensayos. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2015).

ROSE, J. *Judith Butler, an Interview*. Disponible en: <www.vimeo.com/62158416>. Acceso en: 17 jul. 2015.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales, 2006a.

_____. No se nace mujen. En: _____. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Madrid: Editorial Egales, 2006b. p. 31-43.

_____. La marca del género. En:_____. *El pensamiento heterosexual y otros ensayo*. Madrid: Editorial Egales, 2006c. p. 103-116.

Sobre as Organizadoras

MARLENE TAMANINI

É professora na Universidade Federal do Paraná, Brasil, doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, com Pós-doutorado na Universidade de Barcelona, Espanha – bolsa Capes –, pesquisadora, professora e coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR/PR, vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR. Ministra disciplinas na área de sociologia, epistemologia e metodologia da pesquisa. Pesquisa e ministra disciplinas com ênfase em gênero, família, cuidado, trabalho, sexualidade e corpo. É autora do livro: *Reprodução Assistida: uma perspectiva de gênero: O olhar das Ciências Humanas*, pela editora da UFSC/SC. Tem inúmeros artigos no campo da reprodução humana assistida em laboratório, na área de gênero e trabalho, de violência, direitos sexuais e reprodutivos com transversalidades em bioética, tecnologias e interdisciplinaridade.

ROSELI BOSCHILIA

É doutora em História pela Universidade Federal do Paraná, onde também trabalha como professora do Departamento de História. Seus temas de pesquisa principais são imigração, memória, autobiografia e relações de gênero. Recentemente, realizou atividades de pós-doutorado nas universidades do Porto e na Aberta, de Lisboa, com bolsa da Capes. Entre as publicações mais atuais destacam-se alguns capítulos de livros, publicados no exterior como: "Pequenos viajantes: reflexões sobre o deslocamento de menores da região norte de Portugal para o Brasil no século XIX" (Porto, 2014);"Memória e subjetividade: as venturas e desventuras de uma imigrante portuguesa" (Lisboa, 2014); "Mulheres à proa: relatos sobre a experiência da emigração

portuguesa no século XIX" (Porto, 2016) e "As mulheres imigrantes portuguesas sob o véu da invisibilidade: um balanço historiográfico" (Veneza, 2017).

SÔNIA FÁTIMA SCHWENDLER

É PhD em Estudos Ibéricos e Latino-Americanos pela University of London, Queen Mary College (bolsa Capes), onde atua atualmente como pesquisadora associada (Advanced Research Fellowship), através do projeto "Gender and Education in Rural Areas in Brazil" (British Academy/Newton Fund). Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Paraná, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Educação. Vice-líder do Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR e Membro da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo. Seus principais temas de ensino e pesquisa são movimentos sociais e educação do campo; estudos de gênero e feminista; Trabalho pedagógico não formal; e Educação de jovens e adultos. É coautora e co-organizadora de diversos livros, entre eles, *Conflitos Agrários: seus sujeitos, seus direitos* (2015). Entre seus artigos de revista mais recentes destacam-se "O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais" (2015); "An education in gender and agroecology in Brazil's Landless Rural Workers' Movement", com Amaranta Thompson (2017).

Sobre as Autoras

ANA PAULA VOSNE MARTINS

É professora da Universidade Federal do Paraná desde 1993, foi fundadora (1994) e coordenou o Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR até 2015. Foi vice-diretora do Setor de Ciências Humanas e entre 2011 e 2013 coordenou o Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Atualmente é bolsista sênior de pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e História Moderna, atuando como pesquisadora e orientando trabalhos sobre os seguintes temas: gênero, cultura e medicina; história das mulheres; políticas públicas materno-infantis; gênero e saúde; escrita de mulheres; gênero, assistência e filantropia.

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS

Professora Titular da PUC/SP, pesquisadora PQ 1A do CNPq. Coordenadora do Núcleo de Estudos da Mulher da PUC/SP; integrante do Comitê do Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Autora de vários livros: *Trama e poder* (Sette Letras), *Cotidiano e Cultura* (Edusc), *Por uma história das mulheres* (EDUSC), *Meu Lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade* (Companhia Editora Nacional), *O corpo Feminino em Debate* (Ed. UNESP), *Melodia e Sintonia: o masculino, o feminino e suas relações em Lupicínio Rodrigues* (Bertrand), *Dolores Duran: Experiências Boêmias em Copacabana nos anos 50* (Bertrand).

HILDETE PEREIRA DE MELO

Doutora em Economia, Professora Associada da Universidade Federal Fluminense, Editora da Revista *Gênero*, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG) do Programa de Pós-Graduação em Política Social da

Universidade Federal Fluminense. Foi membro efetivo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher na gestão Sarney (1985/89) e no segundo governo Lula e no primeiro de Dilma Rousseff foi Coordenadora de Educação e assessora especial da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Participou da diretoria de várias associações científicas e profissionais. Estuda feminismo, mercado de trabalho, gênero, pobreza e história econômica e da ciência. Estas linhas de pesquisa têm resultado em artigos e relatórios publicados em livros e revistas nacionais.

VERÓNICA GIORDANO

Es investigadora de CONICET con sede en el Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe. Es docente de Historia Social Latinoamericana en la Carrera de Sociología y de Estudios Comparados en la Maestría en Estudios Sociales Latinoamericanos (UBA). Sus principales líneas de investigación refieren a la sociología histórica comparada de América Latina y en particular a los estudios con perspectiva de género. Recientemente, ha publicado *Ciudadanas Incapaces. La construcción de los derechos civiles de las mujeres en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay en el siglo XX*, Teseo, Buenos Aires, 2012 y junto con Waldo Ansaldi, ha escrito *América Latina. La construcción del orden*, Ariel, Buenos Aires, 2012.

ELSE R. P. VIEIRA

Professora Catedrática de Estudos Brasileiros e Latino-Americanos Comparados, Coordenadora de Português e Editora de Resenhas do *Hispanic Research Journal* do Queen Mary College da Universidade de Londres, onde também criou um Grupo de Trabalho de Gênero e Sexualidade na Imigração Brasileira. Ex-Professora Visitante das Universidades de Oxford, Pompeu Fabra (Barcelona) e Universidade Federal de Juiz de Fora. Ex-pesquisadora sênior da Universidade de Nottingham onde criou o Banco de Dados *Landless Voices*. Ex-Professora e Coordenadora da Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do Projeto Integrado Internacional *Entre-Lugares da Literatura da Diáspora Brasileira* (CAPES, 2013-14); na Europa, do Projeto *Trabalho e Gênero na Imigração Brasileira*, CNPq (2011-13) e copesquisadora do Projeto em andamento "Gender Diversity and Education in Rural Brazil" (British Academy/ Newton Fund).

MARÍA LUISA FEMENÍAS

PhD. Directora del Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género (CINIG) y de la Especialidad en Educación, Géneros y Sexualidades (EGS) de la Universidad Nacional de La Plata. Profesora plenaria de *Antropología Filosófica* (carrera Filosofía) y de *Fundamentos de los DDHH de las Mujeres* (Carrera de posgrado en DDHH) la Universidad Nacional de La Plata. Profesora y de la Universidad de Buenos Aires (en uso de licencia), y Profesora visitante en numerosas universidades latinoamericanas y europeas. Dirige proyectos de investigación y seminarios de grado y posgrado desde 1998. Es co-editoria de la revista *Mora* (F.F. y L, UBA) desde su fundación en 1992 y exDirectora de la Biblioteca Crítica de Feminismo y Géneros (Edulp, UNLP). Ha publicado numerosos libros y artículos sobre temas de Feminismo Filosófico y Filosofía de Género en revistas especializadas del país y del exterior.

Editora UFPR
Disponibilizado no site da Editora UFPR, em junho de 2019.

Encontra-se, nesta obra, parte dos muitos protagonismos teóricos e militantes de pesquisadoras e pesquisadores do campo de estudos de gênero e das teorias feministas. Os conteúdos nela contidos têm como propósito dar voz e visibilidade ao trabalho exaustivo, intenso e complexo que se realiza para desnaturalizar concepções de ciência, de sujeitos e de direitos, em especial quando estes conceitos demonstram sua fragilidade para dialogar com a diversidade da experiência de mulheres e de tantos outros sujeitos que integram hoje os desafios analíticos das teorias feministas, lesbianas e *queer.* Seus diferentes enfoques denunciam a desigualdade de gênero, a discriminação e a invisibilização da mulher, tanto na esfera profissional, experiência cotidiana, inserção política, quanto no campo da sua produção teórica. Apresentam-se diversos eixos reflexivos que são comuns aos desafios relacionados à implantação de novas políticas, capazes de superar modelos binários e etnocêntricos. Os textos destacam a importância do referencial teórico das perspectivas de gênero e das práticas sociais e políticas feministas, no processo de transformação do pensamento acadêmico, social e da cultura vigente. Mostram-se as diferentes vozes e lugares de enunciação da luta feminista, que se dá a partir dos distintos grupos sociais inseridos na construção de direitos e que trazem, não só demandas específicas, mas também afirmam, a partir de sua identidade, a necessidade de referenciais teóricos e de uma agenda política onde o "diferente" e a diversidade possam, como sujeitos, fazer e pensar a história.

série
PESQUISA
ISBN 978-85-8480-146-6
9 788584 801466